



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 039

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 2013

ANO II

SUMÁRIO

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	Capa
SECRETARIA GERAL	0450
ASSESSORIA DA MESA	0451
TAQUIGRAFIA	0458
SEC. PLAN. E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO	0488

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

RESOLUÇÃO Nº 233, DE 13 DE MARÇO DE 2013.

Dá nova redação à dispositivo da Resolução nº 189, de 26 de maio de 2011.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. O *caput* do art. 1º da Resolução nº 189, de 26 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica instituída uma cota mensal de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinada exclusivamente ao ressarcimento de despesas com transportes e correlatas realizadas no exercício da atividade parlamentar."

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 13 de março de 2013.

Deputado HERMÍNIO COELHO
Presidente ALE/RO

RESOLUÇÃO Nº 234, DE 13 DE MARÇO DE 2013.

Institui o formulário "Declaração de Cumprimento da Lei da Ficha Limpa Estadual", no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica instituído no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia o Formulário "Declaração de Cumprimento da Lei da Ficha Limpa Estadual", em atendimento ao disposto na Lei nº 2.928, de 19 de dezembro de 2012.

Art. 2º. Os servidores públicos que foram nomeados antes da vigência desta Resolução, para provimento de cargos em comissão e funções gratificadas e não se enquadrarem nas vedações elencadas no artigo 2º da Lei nº 2.928, de 2012, deverão preencher a Declaração de Cumprimento da Lei da Ficha Limpa Estadual, conforme modelo constante do Anexo I, reconhecer firma em Cartório de Notas e entregar à Superintendência de Recursos Humanos até o dia 30 de março de 2013, sob pena de ter seu recebimento de proventos bloqueados pelo órgão de pessoal correspondente.

Parágrafo único. A recusa ou não apresentação da Declaração no prazo estipulado no *caput* fará presumir que o servidor enquadra-se em qualquer das vedações contidas no artigo 2º da referida Lei, acarretando, por consequência em sua exoneração, conforme previsto no artigo 6º do mesmo diploma legal.

Art. 3º. Os servidores públicos que forem nomeados após a vigência desta Resolução, para provimento de cargos em comissão e funções gratificadas, quando da apresentação dos documentos para nomeação deverão preencher a Declaração de Cumprimento da Lei da Ficha Limpa Estadual, conforme modelo constante do Anexo II, reconhecer firma em Cartório

MESA DIRETORA

Presidente: **HERMÍNIO COELHO**
1º Vice-Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
2º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **MARCELINO TENÓRIO**
4º Secretário: **VALDIVINO TUCURA**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Chefe da Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

de Notas e entregar à Superintendência de Recursos Humanos, como requisito de nomeação.

Parágrafo único. Anualmente, até o dia 20 de março, os servidores comissionados deverão renovar a Declaração de Cumprimento da Lei da Ficha Limpa Estadual, sob as mesmas penas descritas no *caput* do artigo 2º e seu parágrafo único.

Art. 4º. A Declaração de Cumprimento da Lei da Ficha Limpa Estadual possui fé pública, presumindo-se que com sua apresentação as informações prestadas pelo servidor são verídicas, em cumprimento à Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 e artigo 299 do Código Penal.

Art. 5º. Caso o servidor tenha sido denunciado por enquadrar-se em quaisquer das vedações elencadas no artigo 2º da Lei 2.928, de 2012, será submetido à apuração das informações, independentemente de ter apresentado a Declaração de Cumprimento da Lei da Ficha Limpa Estadual e, comprovando-se a veracidade dos fatos contidos na denúncia ou correlata, o declarante sujeitar-se-á às sanções civis, administrativas e criminais pertinentes.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 13 de março de 2013.

Deputado HERMÍNIO COELHO
Presidente ALE/RO

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI DA FICHA LIMPA ESTADUAL (Lei nº 2.928 de 19.12.2012)

Eu,,
portador (a) do CPF sob o n.º,
matricula nº, ocupante do cargo/função,
lotado (a) no,
desta Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, **AFIRMO**
ter pleno conhecimento do disposto nos **artigos 5º e 6º da Lei Estadual nº 2.928 de 19 de dezembro de 2012** e das vedações do art. 2º da referida Lei.

Diante disso, **DECLARO** não incorrer nas hipóteses de impedimento para nomeação de Cargo em Comissão e Funções Gratificadas, nesta Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

DECLARO, ainda, sob as penas da lei, em especial aquelas previstas na Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Porto Velho, de de

ASSINATURA

OBS.: Esta DECLARAÇÃO deverá ser apresentada com firma reconhecida.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI DA FICHA LIMPA ESTADUAL (Lei nº 2.928 de 19.12.12)

Eu,,
portador (a) do CPF sob o n.º,
matricula n.º, ocupante do cargo/função,
lotado (a) no,
desta Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, **AFIRMO**
ter pleno conhecimento do disposto no **art. 5º da Lei Estadual nº 2.928 de 19 de dezembro de 2012** e das vedações do art. 2º da referida Lei.

Diante disso, **DECLARO** não incorrer nas hipóteses de impedimento para nomeação de Cargo em Comissão e Funções Gratificadas, nesta Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

D:**DECLARO**, ainda, sob as penas da lei, em especial aquelas previstas na Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, e no Art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Porto Velho, de de

ASSINATURA

OBS.: Esta DECLARAÇÃO deverá ser apresentada com firma reconhecida.

SECRETARIA GERAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 00113/2013.

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2013/ALE-RO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças genuínas e originais de fábrica nos veículos automotores que compõem a frota da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência- Anexo 01.

Em atendimento ao disposto no art. 7º, inciso IV, do Decreto nº 3.555/00, que aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, **HOMOLOGO** o resultado da presente licitação em favor da empresa: **DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS RONDOBRAS LTDA** inscrita no CNPJ nº 34.748.137/0008-17, no valor de R\$ 115.111,00 (Cento e quinze mil, cento e onze

reais) no item 1- serviços; e R\$ 255.024,00 (Duzentos e cinquenta e cinco mil e vinte e quatro reais) no item 2- Peças, com percentual de desconto de 28% (vinte e oito por cento), no valor global de R\$ 370.135,00 (Trezentos e setenta mil cento e trinta e cinco reais), por estar em conformidade com as normas legais, em obediência à Lei Federal nº. 10.520/02, Resolução ALE 152/07, Decreto nº 3.555/00 e Lei nº. 8.666/93.

Porto Velho/RO, 15 de março de 2013.

Arildo Lopes da Silva
SECRETÁRIO GERAL ALE/RO

ASSESSORIA DA MESA

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA ITINERANTE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA OITAVA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia catorze de março do ano dois mil e treze, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, com sua sede, eventualmente, transferida para o município de Guajará-Mirim, na Igreja Batista da Liberdade, localizada na Avenida Giacomio Casara, 1757, Bairro Nossa Senhora de Fátima, sob a Presidência dos Senhores Deputados Hermínio Coelho - Presidente, Edson Martins - 2º Vice-Presidente e Senhora Deputada Epifânia Barbosa; secretariada pelo Senhor Deputado Lebrão - 1º Secretário; com a presença dos Senhores Deputados Adelino Follador, Adriano Boiadeiro, Cláudio Carvalho, Edson Martins, Hermínio Coelho, Jean Oliveira, Kaká Mendonça, Lebrão, Maurão de Carvalho, Saulo Moreira, Valdivino Tucura, Zequinha Araújo e Senhoras Deputadas Ana da 8, Epifânia Barbosa, com a ausência dos Senhores Deputados Euclides Maciel, Flávio Lemos, Jaques Testoni, Luiz Cláudio, Luizinho Goebel, Marcelino Tenório, Marcos Donadon, Neodi, Ribamar Araújo, e Senhora Deputada Glaucione. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. Foi dada por lida e aprovada a ata da sessão extraordinária anterior, e o Senhor Presidente determinou a sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Nesse momento o Senhor Presidente, com base no que dispõe o inciso I, artigo 135 do Regimento Interno, transformou a Sessão Extraordinária em Comissão Geral, com a finalidade de ouvir os representantes das Instituições da Região de Guajará-Mirim. O Mestre de Cerimônia convidou as seguintes autoridades a tomarem assento junto à Mesa com os Senhores Deputados Hermínio Coelho e Lebrão: Senhora Deputada Ana da 8, Excelentíssimo Senhor Dúlcio da Silva Mendes - Prefeito do Município de Guajará-Mirim, Excelentíssimo Senhor Vereador Fábio Garcia de Oliveira (Netinho) - Presidente da Câmara Municipal de Guajará-Mirim, Excelentíssimo Senhor Williames Pimentel de Oliveira - Secretário de Estado da Saúde

- Representando o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Senhor Márcio de Souza Badra - Presidente da Associação Comercial, Industrial e Serviços de Guajará-Mirim, Senhor Cícero Alves de Noronha - Vice-Presidente do CDE-SEBRAE/RO e 1º Vice-Presidente da FACER-RO, Reverendíssimo Padre Genivaldo Ubinger - Representante da Diocese de Guajará-Mirim, e Professor Jorge Queiroga - Diretor do Campi UNIR de Guajará-Mirim. Em seguida, o Senhor Presidente franqueou a palavra aos seguintes oradores: Senhor Márcio de Souza Badra, Senhor Cícero Alves de Noronha, Professor Jorge Queiroga, Padre Genivaldo Ubinger, Professora Marilete Soares Diniz, Senhorita Mariza Mendes Ramos - aluna do 3º ano do Ensino Médio da Escola Alkindar Brasil de Arouca, Senhora Rosilene Frei, Senhor Vereador Fábio Garcia de Oliveira, Senhor Deputado Cláudio Carvalho, Senhora Deputada Ana da 8 - que entregou cópias das Leis de Utilidade Pública de sua autoria, Senhor Vereador Isaías Fernandes, Senhora Olívia Duarte Bandeira, Senhora Deputada Epifânia Barbosa, Senhor Secretário Williames Pimentel, Senhor Prefeito Dúlcio da Silva Mendes, Senhor Vereador Roberto Iampa Oro Win, e Senhores Deputados Adelino Follador, Edson Martins, Kaká Mendonça, Maurão de Carvalho, Jean Oliveira, Zequinha Araújo, Valdivino Tucura, Adriano Boiadeiro, Saulo Moreira e Lebrão. Logo após, o Senhor Presidente declarou encerrada a Comissão Geral, retornando ao curso normal da Sessão Extraordinária. Passando-se à **ORDEM DO DIA**, foram apresentadas e lidas as seguintes matérias: Ofício nº 013/DL/CMGM/13, de 09 de março de 2013, encaminhando para conhecimento e providências que se fizerem necessárias, Requerimentos e Indicação de Vereadores da Câmara Municipal de Guajará-Mirim; Requerimento de autoria do Senhor Deputado Zequinha Araújo que "Requer à Mesa, na forma regimental, seja concedido Voto de Louvor ao Pastor Capelão João Miranda Paiva, pelos relevantes serviços prestados, através do Projeto Social Capelania Bom Samaritano, no município de Guajará-Mirim"; Indicações de autoria do Senhor Deputado Hermínio Coelho sugerindo ao Poder Executivo: "construção de um Posto de Saúde no distrito de Iata, município de Guajará-Mirim", "construção de Ginásios de Esportes cobertos, nas Escolas do município de Guajará-Mirim", "construção de uma Creche no bairro Próspero, município de Guajará-Mirim", "construção de uma Escola de Ensino Fundamental para atender às crianças das comunidades do Rio Negro Ocaia, Santo André e Ricardo Franco, no município de Guajará-Mirim", "reforma do Estádio Municipal João Saldanha, no município de Guajará-Mirim", "construção de uma Escola de Ensino Médio para atender às comunidades de Bom Sucesso, Lage Novo, Cachoeirinha, Ramal do Macaco e Senap, no município de Guajará-Mirim", "reforma do Ginásio de Esportes Afonso Rodrigues, no município de Guajará-Mirim", "construção de uma Casa de Apoio para atender aos estudantes indígenas do município de Guajará-Mirim", "construção de uma Creche no bairro Triângulo, no município de Guajará-Mirim", "aquisição de materiais para climatizar e equipar com móveis as salas de aulas e a secretaria da Escola Alkindar Brasil Arouca, do município de Guajará-Mirim", "construção de Postos de Saúde no distrito Surpresa e

no ramal Bom Sucesso-quilômetro 40, no município de Guajará-Mirim”, e “construção de uma Escola de Ensino Médio no bairro Jardim das Esmeraldas, no município de Guajará-Mirim”; Indicações de autoria do Senhor Deputado Zequinha Araújo sugerindo ao Poder Executivo: “reparos asfálticos na Estrada que dá acesso ao Núcleo Agrícola do Iata, no município de Guajará-Mirim”, “reformas da quadra, vestuários, banheiros e piscinas, bem como a construção do calçamento do Ginásio Poliesportivo Afonso Rodrigues, no município de Guajará-Mirim”, “reformas das arquibancadas, com grades de segurança, banheiros, alambrados de proteção e edificação do muro do entorno do Estádio Municipal João Saldanha, no município de Guajará-Mirim”, “limpeza e encascalhamento das Estradas Vicinais do Bom Sossego até Cachoeirinha, no município de Guajará-Mirim”, “limpeza e encascalhamento das Estradas Vicinais do Lago das Garças, no município de Guajará-Mirim”, e “limpeza e encascalhamento das Estradas Vicinais do Palheta, no município de Guajará-Mirim”. Na segunda parte da **ORDEM DO DIA**, foi aprovado em discussão única e votação, pelo processo de votação simbólica, por maioria de votos, o Requerimento de autoria do Senhor Deputado Zequinha Araújo que “Requer à Mesa, na forma regimental, seja concedido Voto de Louvor ao Pastor Capelão João Miranda Paiva, pelos relevantes serviços prestados, através do Projeto Social Capelania Bom Samaritano, no município de Guajará-Mirim”. Atendendo ao requerimento do Senhor Deputado Kaká Mendonça, o Secretário da sessão procedeu à chamada para verificação de quórum, onde constatou-se a presença dos Senhores Deputados Adelino Follador, Adriano Boiadeiro, Hermínio Coelho, Kaká Mendonça, Lebrão, Maurão de Carvalho, Saulo Moreira, Valdivino Tucura, Zequinha Araújo e Senhoras Deputadas Ana da 8, Epifânia Barbosa, e a ausência dos Senhores Deputados Cláudio Carvalho, Edson Martins, Euclides Maciel, Flávio Lemos, Jaques Testoni, Jean Oliveira, Luiz Cláudio, Luizinho Goebel, Marcelino Tenório, Marcos Donadon, Neodi, Ribamar Araújo, e Senhora Deputada Glaucione. Com onze dos Senhores Deputados presentes, não houve quórum para deliberação de matérias, ficando transferida a Ordem do Dia para a próxima sessão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, antes de encerrar, convocou sessão ordinária, para o dia 19 de março, às 15:00 horas, no horário regimental. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura da presente ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada. Plenário das Deliberações às vinte e uma horas e quatro minutos do dia catorze de março do ano dois mil e treze.

**PROPOSIÇÕES APRESENTADAS
NA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 8ª LEGISLATURA**

PROJETO DE RESOLUÇÃO MESA DIRETORA – Institui o formulário “Declaração de Cumprimento da Lei da Ficha Limpa

Estadual”, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica instituído no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia o Formulário “Declaração de Cumprimento da Lei da Ficha Limpa Estadual”, em atendimento ao disposto na Lei nº 2.928, de 19 de dezembro de 2012.

Art. 2º. Os servidores públicos que foram nomeados antes da vigência desta Resolução, para provimento de cargos em comissão e funções gratificadas e não se enquadrarem nas vedações elencadas no artigo 2º da Lei nº 2.928, de 19 de dezembro de 2012, deverão preencher a Declaração de Cumprimento da Lei da Ficha Limpa Estadual, conforme modelo constante do ANEXO I, reconhecer firma em Cartório de Notas e entregar à Superintendência de Recursos Humanos **até o dia 30 de março de 2013**, sob pena de ter seu recebimento de proventos bloqueados pelo órgão de pessoal correspondente.

Parágrafo único. A recusa ou não apresentação da Declaração no prazo estipulado no *caput* fará presumir que o servidor enquadra-se em qualquer das vedações contidas no artigo 2º da referida Lei, acarretando, por consequência em sua exoneração, conforme previsto no artigo 6º do mesmo diploma legal.

Art. 3º. Os servidores públicos que forem nomeados após a vigência desta Resolução, para provimento de cargos em comissão e funções gratificadas, quando da apresentação dos documentos para nomeação deverão preencher a Declaração de Cumprimento da Lei da Ficha Limpa Estadual, conforme modelo constante do ANEXO II, reconhecer firma em Cartório de Notas e entregar à Superintendência de Recursos Humanos, como requisito de nomeação.

Parágrafo único. Anualmente, até o dia 20 de março, os servidores comissionados deverão renovar a Declaração de Cumprimento da Lei da Ficha Limpa Estadual, sob as mesmas penas descritas no *caput* do artigo 2º e seu parágrafo único.

Art. 4º A Declaração de Cumprimento da Lei da Ficha Limpa Estadual possui fé pública, presumindo-se que com sua apresentação as informações prestadas pelo servidor são verídicas, em cumprimento à Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 e Artigo 299 do Código Penal.

Art. 5º. Caso o servidor tenha sido denunciado por enquadrar-se em quaisquer das vedações elencadas no artigo 2º da Lei 2.928, de 19 de dezembro de 2012, será submetido à apuração das informações, independentemente de ter apresentado a Declaração de Cumprimento da Lei da Ficha Limpa Estadual e, comprovando-se a veracidade dos fatos contidos na denúncia ou correlata, o declarante sujeitar-se-á às sanções civis, administrativas e criminais pertinentes.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 11 de março de 2013.

Deputado HERMÍNIO COELHO
Presidente ALE/RO

Dep. Maurão de Carvalho
1º Vice-Presidente

Deputado Edson Martins
2º Vice-Presidente/ALE

Deputado José Lebrão
1º Secretário/ALE

Dep. Glaucione Rodrigues
2ª Secretária/ALE

Dep. Marcelino Tenório
3º Secretário/ALE

Dep. Valdivino Tucura
4º Secretário/ALE

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR MESA DIRETORA – Altera a Lei Complementar nº 653, de 15 de março de 2012, que “Alterou dispositivos da Lei Complementar nº 326, de 11 de novembro de 2005”.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

Art. 1º. Os anexos II e III da Lei Complementar nº 653, de 15 de março de 2012, que “Alterou dispositivos da Lei Complementar nº 326, de 10 de novembro de 2005”, passam a vigorar na forma dos anexos I e II desta Lei Complementar.

Art. 2º. A Assembleia Legislativa, seguindo o princípio da irredutibilidade salarial, providenciará a adequação na remuneração dos servidores comissionados, através da rescisão dos contratos existentes com o devido pagamento de suas verbas rescisórias.

Parágrafo único. As novas tabelas dispostas nos anexos I e II desta Lei Complementar só poderão ser aplicadas nas novas nomeações, sendo mantidos os valores das tabelas anteriores até que se providencie as devidas rescisões contratuais dos atuais servidores comissionados da Assembleia Legislativa do Estado.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta do orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO I
(ANEXO VIII – LC 326/2005)**

CODIGO	VENCIMENTO
RDS	13.147,00
DGS-01	9.920,00
DGS-02	7.040,00
DGS-03	4.320,00
DGS-04	3.520,00
DGS-05	2.720,00
DGS-06	2.160,00
DGS-07	1.600,00
DGS-08	1.360,00
DGS -09	1.120,00

**ANEXO II
(Anexo X da Lei Complementar nº 326/2005)**

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO GRUPO ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA PARA OS CARGOS DE ASSESSOR PARLAMENTAR – AP, ASSESSOR TÉCNICO – AT, ASSISTENTE PARLAMENTAR – ASP E ASSISTENTE TÉCNICO – AST

CODIGOAP/AT/AST/ASP	VENCIMENTO
01	680,00
02	690,00
03	700,00
04	710,00
05	730,00
06	748,00
07	792,00
08	836,00
09	880,00
10	924,00
11	968,00
12	1.012,00
13	1.056,00
14	1.144,00
15	1.320,00
16	1.400,00
17	1.460,00
18	1.584,00
19	1.760,00
20	2.000,00
21	2.200,00
22	2.860,00
23	3.080,00
24	3.300,00
25	3.520,00
26	4.400,00
27	5.720,00
28	6.160,00
29	6.600,00
30	7.040,00

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados, tendo em vista que esta Casa encontra-se no limite do que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, faz-se necessário no momento, uma adequação financeira e orçamentária ajustar-se à referida Lei. O momento porque passa o Estado de Rondônia, não é dos melhores e nossa Assembleia, como não poderia deixar de ser, está dando o exemplo, isto é, cortando na própria carne.

Foi necessário fazer um corte na ordem dos 20% (vinte por cento) em todos os cargos comissionados, tanto os de

Direção da Assembleia, quanto os de Gabinete, de modo que dessa forma, não ultrapássemos os limites legais.

Plenário das Deliberações, 12 de março de 2013

Deputado HERMÍNIO COELHO
Presidente ALE/RO

Dep. Maurão de Carvalho
1º Vice-Presidente

Deputado Edson Martins
2º Vice-Presidente/ALE

Deputado José Lebrão
1º Secretário/ALE

Dep. Glaucione Rodrigues
2ª Secretária/ALE

Dep. Marcelino Tenório
3º Secretário/ALE

Dep. Valdivino Tucura
4º Secretário/ALE

REQUERIMENTO COLETIVO - Requer informações junto à Procuradoria Geral do Estado – PGE - Os Parlamentares que o presente subscrevem, na forma do art. 31, § 3º da Constituição Estadual e do art. 179, inciso III, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado, requerem que sejam solicitadas à Senhora Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira, Procuradoria Geral do Estado, as informações abaixo:

- Como se explica que o Tribunal no dia 20, 22 e 27 de agosto de 2012, tenha negado 11 recursos impetrados pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, por decurso de prazo ou por erro do recurso adequado?

- Qual o embasamento legal que justifique o aumento do contrato de vigilância do Estado com a Empresa Rocha, Segurança e Vigilância, de R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais) ao ano, para 57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de reais) ao ano? E que seja encaminhado cópia do referido contrato de ambos os valores.

- Qual a explicação para o parecer contrário da PGE ao reenquadramento dos servidores da SEDAM, que tiveram o Plano de Carreira Cargos e Salários aprovado por esta Casa e estão aguardando desde abril de 2012, que até o momento não ocorreu, uma vez que há casos idênticos na SEAD e SEDUC e o parecer da Procuradoria Geral do Estado foi favorável?

- Cópia do contrato do Governo do Estado com um escritório de advocacia sobre uma consultoria realizada no início do atual Governo (2011), para tratar da dívida do extinto BERON, cujo montante chegou a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

- Porque não está sendo pago pelo Governo do Estado, os valores referentes à elevação de nível dos trabalhadores da Educação, aprovado por esta Casa em agosto de 2012, o porquê da divergência entre Procuradores nesse sentido, uma vez que o Estado investiu na qualificação desses servidores e que foi discutido durante muito tempo até que fosse aprovado?

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares, quando da convocação da Senhora Procuradora Geral do Estado no dia 05 p.p. para falar sobre os assuntos elencados no Requerimento de convocação que entre outros temas, tratou das emendas parlamentares,

vários deputados fizeram questionamentos que por não constarem do requerimento de convocação, ficaram sem resposta e ficou acordado que faríamos outro requerimento de forma detalhada para ser encaminhado e desta forma obtermos as respostas devidas.

Sendo assim, solicitamos cópias do contrato com a empresa de vigilância que a nosso ver, já era superfaturado e mesmo assim teve seus valores triplicados; do contrato com uma consultoria que também ultrapassou a casa dos milhões; como também queremos respostas sobre a questão de servidores da SEDAM e da SEDUC os quais não estão vendo respeitados seus direitos aprovados em lei por esta Casa, bem como a questão da perda de prazo e recursos inadequados pela Procuradoria Geral do Estado, trazendo enorme prejuízo ao Estado.

Por estes motivos solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares para nossa Propositura.

Plenário das Deliberações, 12 de março de 2013.
C O L E T I V O.

PROJETO DE RESOLUÇÃO MESA DIRETORA - Institui o formulário "Declaração de Cumprimento da Lei da Ficha Limpa Estadual", no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, aprovou, e, eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia o Formulário "Declaração de Cumprimento da Lei da Ficha Limpa Estadual", em atendimento ao disposto na Lei nº 2.928, de 19 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Os servidores públicos que foram nomeados antes da vigência desta Resolução, para provimento de cargos em comissão e funções gratificadas e não se enquadrarem nas vedações elencadas no artigo 2º da Lei nº 2.928, de 19 de dezembro de 2012, deverão preencher a Declaração de Cumprimento da Lei da Ficha Limpa Estadual, conforme modelo constante do ANEXO I, reconhecer firma em Cartório de Notas e entregar à Superintendência de Recursos Humanos **até o dia 30 de março de 2013**, sob pena de ter seu recebimento de proventos bloqueados pelo órgão de pessoal correspondente.

Parágrafo único – A recusa ou não da apresentação da Declaração no prazo estipulado no *caput* fará presumir que o servidor enquadra-se em qualquer das vedações contidas no artigo 2º da referida Lei, acarretando, por consequência em sua exoneração conforme previsto no artigo 6º do mesmo diploma legal.

Art. 3º - Os servidores públicos que forem nomeados após vigência desta Resolução, para provimento de cargos em comissão e funções gratificadas, quando da apresentação dos documentos para nomeação deverão preencher a Declaração de Cumprimento da Lei da Ficha Limpa Estadual, conforme modelo constante do ANEXO II, reconhecer firma

em Cartório de Notas e entregar a Superintendência de Recursos Humanos, como requisito de nomeação.

Parágrafo único – Anualmente, até o dia 20 de março, os servidores comissionados deverão renovar a Declaração de Cumprimento de Lei da Ficha Limpa Estadual, sob as mesmas penas descritas no *caput* do artigo 2º e seu parágrafo único.

Art. 4º - A Declaração de Cumprimento da Lei da Ficha Limpa Estadual possui fé pública, presumindo-se que com sua apresentação as informações prestadas pelo servidor são verídicas, em cumprimento à Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 e artigo 299 do Código Penal.

Art. 5º - Caso o servidor tenha sido denunciado por enquadrar-se em quaisquer das vedações elencadas no artigo 2º da Lei 2.929, de 19 de dezembro de 2012, será submetido à apuração das informações, independentemente de ter apresentado a Declaração de Cumprimento da Lei da Ficha Limpa Estadual e, comprovando-se a veracidade dos fatos contidos na denúncia ou correlata, o declarante sujeitar-se-á às sanções civis, administrativas e criminais pertinentes.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI DA FICHA LIMPA ESTADUAL

(Lei nº 2.928 de 19.12.12)

Eu.....Portador (a)
Do CPF sob o nº....., matrícula nº
....., ocupante do
Cargo/função....., lotado (a) no
....., desta Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, **AFIRMO** ter pleno conhecimento do disposto nos **artigos 5º e 6º da Lei Estadual nº 2.928 de 19 de dezembro de 2012** e das vedações do art. 2º da referida Lei.

Diante disso, **DECLARO** não incorrer nas hipóteses de impedimento para nomeação de Cargo em Comissão e Funções Gratificadas, nesta Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

DECLARO, ainda, sob as penas da lei, em especial aquelas previstas na Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, e no Art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras;

Porto Velho, de de

ASSINATURA

OBS.: Esta DECLARAÇÃO deverá ser apresentada com firma reconhecida.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares, este Projeto de Resolução visa tão somente a regulamentação dos procedimentos relativos aos servidores desta Casa ao que estabelece a Lei nº 2.928, de 19 de dezembro de 2013, a "Lei da Ficha Limpa Estadual".

Portanto, nada mais justo, que todos concordemos para a aprovação desta Proposição.

Plenário das Deliberações, 11 de março de 2013.

Mesa Diretora – Deputados Estaduais/ALE
Hermínio Coelho – Presidente – ALE/RO
Maurão de Carvalho – 1º Vice-Presidente/ALE
Edson Martins – 2º Vice-Presidente/ALE
José Lebrão – 1º Secretário/ALE
Glaucione Rodrigues – 2ª Secretária/ALE
Marcelino Tenório – 3º Secretário/ALE
Valdivino Tucura – 4º Secretário/ALE

PROJETO DE RESOLUÇÃO MESA DIRETORA - Dá nova redação ao dispositivo da Resolução nº 189, de 26 de maio de 2011.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA RESOLVE:

Art. 1º - O *caput* do art. 1º, da Resolução nº 189, de 26 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica instituída uma cota mensal de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinada exclusivamente ao ressarcimento de despesas com transporte e correlatas realizadas no exercício da atividade parlamentar.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhora e Senhores Parlamentares,

Tomamos iniciativas em apresentar esta propositura, em função das atividades inerentes a este Poder Legislativo, especialmente, com realização de sessões itinerantes e audiências públicas nos mais diversos municípios do Estado, e considerando, com isso, o aumento da demanda de transporte, e, face, a precariedade da frota de veículos, as despesas com deslocamento sobrecarregam os próprios parlamentares.

Diante disso, entendemos que a nossa proposta tem por objetivo a compensação financeira aos parlamentares.

Razão pela qual solicitamos o apoio e voto dos Nobres Pares a fim de aprovarmos este Projeto de Resolução.

Plenário das Deliberações, 12 de março de 2013.

Mesa Diretora – Deputados Estaduais
Hermínio Coelho – Presidente – ALE
Maurão de Carvalho – 1º Vice-Presidente-ALE
Edson Martins – 2º Vice-Presidente- ALE
José Lebrão – 1º Secretário- ALE
Glaucione Rodrigues – 2ª Secretária- ALE
Marcelino Tenório – 3º Secretário-ALE
Valdivino Tucura – 4º Secretário-ALE

INDICAÇÃO DEPUTADA EPIFÂNIA BARBOSA – PT - Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros para atender o município de São Miguel do Guaporé.

A Parlamentar que a presente subscreve, na forma regimental, indica a necessidade de instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros para atender o município de São Miguel do Guaporé.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação se faz presente visando o atendimento de solicitação advinda dos moradores do município de São Miguel do Guaporé, em virtude do mesmo dispor de uma população estimada segunda Censo 2010 de 21.828 habitantes.

Diante do acima pautado, insta salientar que a unidade do corpo de bombeiros mais próximo do referido Município se encontra a cerca de 100 Km de distância, que são as unidades presentes no município de Ji-Paraná e Rolim de Moura.

Ante a esta realidade, bem como ao constante crescimento populacional, sem que seja este o real motivo a instalação da unidade pleiteada, que se faz de fato pela segurança dos que ali habitam, para que não fiquem a mercê de um atendimento que se rápido for, apenas poderá ser realizada cerca de 1 hora após a ocorrência, visto a distância da unidade mais próxima.

Certo de que a presente proposição irá contar com o apoio dos nobres Deputados desta Casa de Leis.

Plenário das Deliberações, 06 de março de 2013
Dep. Epifânia Barbosa – PT.

PROJETO DE LEI DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO – PMDB - Declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Boi Bumbá Veludinho, no município de Porto Velho/RO.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultural Boi Bumbá Veludinho, no município de Porto Velho/RO.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhores Parlamentares,

A Associação Cultural Boi Bumbá Veludinho, no município de Porto Velho-RO, vem desenvolvendo importante eventos em benefício da população, associação que cumpre um papel importantíssimo na capital, atuando em eventos culturais e enriquecendo o folclore da nossa região, no sentido também de levar entretenimento e sociabilidade as famílias desta região, participando de festivais. Todas essas ações de cunho sociocultural turístico e ambiental, vêm de forma brilhante proporcionar o bem-estar e a sociabilidade das comunidades

onde são realizados os eventos, respaldando assim, melhores condições de relacionamentos e respeito entre a população.

Plenário das Deliberações, 12 de março de 2013
Dep. Zequinha Araújo – PMDB.

INDICAÇÃO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR – DEM - Indica ao Governo do Estado com cópia a SEDUC a necessidade da construção de uma quadra poliesportiva na escola E.E.E.F.M Cora Coralina, no município de Ariquemes – RO.

O Deputado que a presente subscreve, na forma regimental, indica ao Governo do Estado com cópia a SEDUC a necessidade da construção de uma quadra poliesportiva na escola E.E.E.F.M Cora Coralina, no município de Ariquemes – RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados, nossa propositura é de grande relevância para a citada Escola, pois, a demanda de alunos é muito grande tendo aproximadamente 2.800 alunos, 25 salas de aula, para os alunos poderem usar a quadra existente são necessário que quatro turmas ocupem o espaço ao mesmo tempo para a pratica de educação física, e mais um agravante, estão abrindo mais cinco turmas nesta escola e esses alunos não terão espaço para a prática de educação física, sendo esta matéria da grade curricular.

Plenário das Deliberações, 05 de março de 2013
Dep. Adelino Follador – DEM.

INDICAÇÃO DEPUTADO LEBRÃO – PTN - Indica ao senhor Governador do Estado a necessidade de transferir ao município de Guajará - Mirim mediante doação as edificações pertencente ao Estado de Rondônia onde estão as instalações do Posto de Saúde Maria Augustinho.

O Parlamentar que a presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao senhor Governador do Estado sobre a necessidade de transferir ao município de Guajará-Mirim mediante doação edificações pertencente ao Governo do Estado - Rondônia onde está as instalações do Posto de Saúde Maria Augustinho.

JUSTIFICATIVA

A presente propositura visa atender as necessidades do Município, que é carente de prédio público.

A doação dessas Edificações possibilitará o domínio patrimonial imobiliário ao município de Guajará-Mirim, que será utilizada para fins de interesse dos habitantes daquela municipalidade.

Contamos com o apoio dos nobres Deputados para aprovação desta indicação.

Plenário das Deliberações, 06 de março de 2013.
Dep. Lebrão – PTN.

INDICAÇÃO DEPUTADO LEBRÃO – PTN - Indica ao senhor Governador do Estado a necessidade de estadualização da linha 108 que começa sobre a ponte do rio São Miguel até o município de Seringueiras com 25 Km de extensão.

O Parlamentar que a presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao senhor Governador do Estado sobre a necessidade de estadualização da linha 108 que começa sobre a ponte do rio São Miguel até o município de Seringueiras com 25 Km de extensão.

JUSTIFICATIVA

A Estadualização desta linha é uma necessidade da população, pois ela já apresenta uma extensão muito grande e uma população considerável e garantirá melhores condições de vida aos moradores na sua grande maioria agricultores.

Facilitará ainda, o fluxo de veículos no transporte de alimentos, no transporte escolar e outros.

Contamos com o apoio dos nobres Deputados para aprovação desta indicação.

Plenário das Deliberações, 04 de março de 2013
Dep. Lebrão – PTN.

INDICAÇÃO DEPUTADO EDSON MARTINS – PMDB – Indica ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia, Dr. LÚCIO MOSQUINI a recuperação e encascalhamento da Linha 101 entre a BR 364 até o Distrito de União Bandeirantes no município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que abaixo subscreve, indica na forma regimental, seja a presente indicação encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Dr. LÚCIO MOSQUINI, Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia – DER, solicitando com urgência a recuperação e encascalhamento da Linha 101 entre a BR 364 até o distrito de União Bandeirantes no município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

A referida linha está quase intrafegável, dificultando intensamente a trafegabilidade de veículos e pessoas na região.

A população tem encontrado muitas dificuldades, pois o mau estado de conservação da referida linha tem também prejudicado em muito, a comercialização dos seus produtos agrícolas, pecuários e hortifrutigranjeiro.

Ante ao exposto, agradecemos o apoio dos Nobres Deputados quanto a aprovação desta proposição.

Plenário das Deliberações, 12 de março de 2013.
Dep. Edson Martins – PMDB.

INDICAÇÃO DEPUTADO EDSON MARTINS – PMDB – Indica ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia, Dr. LÚCIO MOSQUINI a recuperação e

encascalhamento de todas as Linhas Vicinais do distrito de União Bandeirantes no município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que abaixo subscreve, indica na forma regimental, seja a presente indicação encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Dr. LÚCIO MOSQUINI, Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia – DER, solicitando a recuperação e encascalhamento de todas as Linhas Vicinais do distrito de União Bandeirantes no município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Todas as Linhas Vicinais do distrito de União Bandeirantes necessitam com urgência de recuperação e encascalhamento pois estão quase intrafegáveis, dificultando intensamente a trafegabilidade de veículos e pessoas na região.

A população tem encontrado muitas dificuldades, pois o mau estado de conservação da referida linha tem também prejudicado em muito, a comercialização dos seus produtos agrícolas, pecuários e hortifrutigranjeiro.

Ante ao exposto, agradecemos o apoio dos Nobres Deputados quanto a aprovação desta proposição.

Plenário das Deliberações, 12 de março de 2013.
Dep. Edson Martins – PMDB.

INDICAÇÃO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR – DEM – Indica ao Governo do Estado com cópia a SEDUC à necessidade urgente da correção da rede elétrica da Escola E.E.E.F.M Mato Grosso no município de Monte Negro/RO.

O Deputado que a presente subscreve, na forma regimental, indica ao Governo do Estado com cópia a SEDUC a necessidade da correção da rede elétrica da Escola E.E.E.F.M Mato Grosso no município de Monte Negro/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados, nosso propositura é de grande urgência para a citada Escola, pois, da forma que se encontra a rede elétrica não terá condições de serem instalados os ares-condicionados que já foram licitados e correm o risco de ficarem parados por esta questão, e isto trará muitos transtornos, pois a comunidade escolar que espera ansiosa, verá os aparelhos parados sem uso, será motivo de muitas queixas e reclamações dos governantes de nosso Estado.

Plenário das Deliberações, 05 de março de 2013.
Dep. Adelino Follador – DEM.

INDICAÇÃO DEPUTADO LEBRÃO – PTN – Indica ao Senhor Governador do Estado a necessidade de transferir ao município de Guajará-Mirim mediante doação as edificações pertencentes ao estado de Rondônia onde está as instalações do Posto de Saúde Sandoval Meira.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos regimentais indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de transferir ao município de Guajará-Mirim mediante doação as edificações pertencentes ao Governo do Estado de Rondônia onde estão as instalações do Posto de Saúde Sandoval Meira.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa atender as necessidades do município, que é carente de prédios públicos.

A doação dessas edificações possibilitará o domínio patrimonial imobiliário ao município de Guajará Mirim, que será utilizada para fins de interesse dos habitantes daquela municipalidade.

Contamos com o apoio dos nobres Deputados, para a aprovação desta indicação.

Plenário das Deliberações, 06 de março de 2013.
Dep. Lebrão – PTN.

INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR – DEM –
Indica ao Governo do Estado com cópia a SEDUC à necessidade urgente da correção da rede elétrica da Escola E.E.E.F.M Aurélio B. de Olanda no município de Monte Negro/RO.

O Deputado que a presente subscreve, na forma regimental, indica ao Governo do Estado com cópia a SEDUC a necessidade da correção da rede elétrica da Escola E.E.E.F.M Aurélio B. de Olanda no município de Monte Negro/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados, nosso proposição é de grande urgência para a citada Escola, pois, da forma que se encontra a rede elétrica não terá condições de serem instalados os ares-condicionados que já foram licitados e correm o risco de ficarem parados por esta questão, e isto trará muitos transtornos, pois a comunidade escolar que espera ansiosa, verá os aparelhos parados sem uso, será motivo de muitas queixas e reclamações dos governantes de nosso Estado.

Plenário das Deliberações, 05 de março de 2013.
Dep. Adelino Follador – DEM.

INDICAÇÃO DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO – PMDB –
Indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade de recuperação, encascalhamento e construção de pontes na estrada 1º de maio, em União Bandeirantes que dá acesso a Aldeia Karipuna, no município de Porto Velho/RO.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Senhor Governador do Estado, com cópia ao DER, a necessidade de recuperação, encascalhamento e construção de pontes na estrada 1º de maio, em União Bandeirantes que dá acesso a Aldeia Karipuna, no município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados, em atendimento ao clamor desta nobre população indígena, estamos indicando ao Governo do Estado, com cópia ao DER, para que providencie o mais rápido possível, a necessidade de recuperação, encascalhamento e construção de pontes na estrada 1º de maio, em União Bandeirantes que dá acesso a Aldeia Karipuna, no município de Porto Velho. Pois essa estrada tem um percurso de 36 Km e encontra-se de forma intransitável, dificultando o tráfego e causando transtorno a essa comunidade. Resolvendo esse impasse, esse povo será beneficiado com escoamento de sua produção e, também, otimizará tempo em casos de emergências a essas famílias e seu entorno.

Portanto, conto com a grandeza e sensibilidade dos nobres pares, no acolhimento de nossa proposição, que vem ao encontro aos anseios de uma população que acredita na representação responsável desta casa de lei.

Plenário das Deliberações, 28 de fevereiro de 2013.
Dep. Zequinha Araújo – PMDB.

TAQUIGRAFIA

ATA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA Em 5 de março de 2013

Presidência dos Srs.
Lebrão – 1º Secretário
Hermínio Coelho – Presidente
Maurão de Carvalho – 1º Vice-Presidente
Edson Martins – Deputado

Secretariado pelos Srs.
Epifânia Barbosa – Deputada
Lebrão – 1º Secretário

(Às 15 horas e 16 minutos é aberta a Sessão)

PARLAMENTARES PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Adriano Boiadeiro (PRP), Ana da 8 (PT do B), Cláudio Carvalho (PT), Edson Martins (PMDB), Epifânia Barbosa (PT), Euclides Maciel (PSDB), Flávio Lemos (PR), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Kaká Mendonça (PTB), Lebrão (PTN), Luiz Cláudio (PTN), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Marcos Donadon (PMDB), Maurão de Carvalho (PP), Neodi (PSDC), Ribamar Araujo (PT), Valdivino Tucura (PRP) e Zequinha Araujo (PMDB).

PARLAMENTARES AUSENTES: Jaques Testoni (PSD) e Saulo Moreira (PDT).

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Havendo número legal, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 7ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito à 1ª Secretária que faça a leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Secretária *ad hoc*) – Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada. E solicito à senhora Secretária que proceda à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Secretária *ad hoc*) – Ofício nº 004/2013 – Tribunal de Justiça, encaminhando Projeto de Lei que altera a Lei nº 2.936, a qual dispõe sobre a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, dessa forma, solicita urgência da análise do presente projeto de lei.

– Ofício nº 61/2013 – Tribunal de Justiça, comunicando a procedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre a Lei nº 2.538/2011.

– Ofício nº 364/2013 – SEFIN, encaminhando a avaliação do cumprimento das metas fiscais do Governo do Estado de Rondônia, referente ao 3º Quadrimestre de 2012.

– Ofício nº 100/2013 – Caixa, informando a celebração de Contrato com a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária, no valor de R\$ 950.00,00.

– Ofício nº 304/2013, Ministério Público, comunicando a liberação da 3ª parcela, no valor de R\$1.286.934,00, referente ao Convênio nº029/2010/SESAN.

– Ofício nº 350/2013 – Caixa, informando a celebração de Contrato com a SEJUS, no valor de R\$8.580.000,00.

– Ofício nº54 – Tribunal de Justiça, comunicando que foi acolhida parcialmente a Ação Direta de Inconstitucionalidade do artigo 3º da Lei nº 2.850/2012.

– Ofício nº 358/2013 – SESDEC, em atenção ao ofício nº075/GP, que versa sobre ameaças de morte contra o senhor Eliomar Patrício, informa que a SESDEC já solicitou providência junto às Polícias Civil e Militar.

– Ofício nº 1472/2013 – Supremo Tribunal Federal, solicitando cópia do Relatório Final da CPI que trata das usinas hidrelétricas do rio Madeira.

– Ofício s/n do Presidente da Assembleia Legislativa/Deputado Hermínio Coelho, notificando a TRIP LINHAS ÁEREAS S/A de abster-se da desativação do serviço de transporte aéreo no

percurso Porto Velho – Ji-Paraná – Porto Velho, sob pena de desatendimento do benefício de que trata a Lei nº 2.386/10.

– Requerimento do Senhor Deputado Cláudio Carvalho, justificando sua ausência na Sessão do dia 28 de fevereiro de 2013.

– Requerimento do Senhor Deputado Euclides Maciel, justificando sua ausência nas Sessões dos dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2013.

– Requerimento do Senhor Deputado Zequinha Araújo, justificando sua ausência na Sessão do dia 28 de fevereiro de 2013.

– Requerimento do Senhor Deputado Saulo Moreira, justificando sua ausência nas Sessões dos dias 21 e 28 de fevereiro de 2013.

– Requerimento do Senhor Deputado Valdivino Tucura, justificando sua ausência nas Sessões dos dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2012.

– Requerimento do Senhor Deputado Jaques Testoni, justificando sua ausência na Sessão do dia 28 de fevereiro de 2013.

– Requerimento do Senhor Deputado Hermínio Coelho, justificando sua ausência nas Sessões dos dias 21, 27 e 28 de fevereiro de 2013.

– Requerimento da Senhora Deputada Glaucione, justificando sua ausência na Sessão do dia 28 de fevereiro de 2013.

– Comunicado nºs AL000003/2013, do Ministério da Educação, informando da liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Neste momento, suspendo a Sessão por tempo indeterminado. Está suspensa a Sessão.

(Suspende-se esta Sessão às 15 horas e 24 minutos, reabrindo-a às 15 horas e 39 minutos)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Está reaberta a Sessão. Cumprimento aqui o Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais, SINDSEF, o nosso companheiro Daniel Pereira. Também o Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais, SINDAFISCO, Adailton Lima. Obrigado, Presidente. Sílvia de Souza e Comunidade da Associação Boa Safra da Zona Leste de Porto Velho. Sr. Vereador Elionaldo Guimarães, Câmara Municipal de Vale do Paraíso. Comunidade Chacareira e Produtores Rurais Vale do Sol, Porto Velho. Luiz Pires, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Porto Velho, STTR. Antônio Carlos da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviários do Estado de Rondônia, SINTTRAR. Sr. Clay Nilton

Alves, Presidente do Sindicato dos Motoristas Profissionais Oficiais no Estado de Rondônia, SIMPORO. Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Rio Alto, Colina Verde, município de Jorge Teixeira. E Sr. Luiz Dionísio de Souza, Presidente da Associação dos Produtores Hortigranjeiros Vale do Sol, ASPROHOUS. Obrigado a todos pela presença.

Suspendo a sessão por conveniência técnica.

Está suspensa a sessão.

(Suspende-se esta Sessão às 15 horas e 42 minutos, sendo reaberta às 16 horas e 10 minutos)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Está reaberta a Sessão. Registro a presença aqui do Presidente do Sindicato dos Servidores da SEJUS, o companheiro Anderson Pereira. Obrigado, Anderson, pela presença; do Sr. Júlio Cesar, Presidente da Câmara Municipal de Burity; do Vereador Miguelzinho Sena, da Câmara Municipal de Candeias de Jamari; do Avenilson Trindade, Diretor Administrativo Financeiro da CAER; Edmilson Costa, Coordenador Executivo Estadual da Associação Brasileira de Radiofusão Comunitária; companheira Márcia Cristina, Presidente da CAERD; obrigado, Márcia, pela presença; Sr. Luiz Pereira de Souza, Prefeito do Município de Vale do Paraíso; Manoel Rodrigues, Manoelzinho do SINTERO, obrigado pela presença; Valdeci Pereira da Costa, Supervisor da EMATER de Ariquemes; obrigado, Valdeci; Claudeones de Souza, Presidente da Associação dos Moradores do Jardim Vitória, Setor Militão; Joy Luis Monteiro, Presidente do Sindicato dos Técnicos Tributários de Rondônia; obrigado, Joy, pela presença.

Senhores Deputados, neste momento transformo esta Sessão em Comissão Geral, nos termos do artigo 135, inciso III do nosso Regimento Interno, para recebermos a Excelentíssima Sra. Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira, Procuradora Geral do Estado, que comparece atendendo a convocação formulada por esta Casa para prestar informações sobre os assuntos descritos no requerimento e demais correlatos.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Então, vamos dar início, portanto, Sessão em Comissão Geral, nos termos do artigo 135, inciso III do Regimento Interno, para recebermos Procuradora Geral do Estado.

Para compor a Mesa, nós convidamos, e já está à Mesa, o Exmº. Sr. Deputado Hermínio Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa. O Exmº. Sr. Desembargador Roosevelt Queiroz da Costa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. O Excelentíssimo senhor Deputado Lebrão, primeiro Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, que já está à Mesa.

Por determinação do senhor Presidente, nós solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados Glaucione e Kaká Mendonça que conduzam a este Plenário e conduzam até a Mesa a Drª Maria Rejane Sampaio Santos Vieira, Procuradora Geral do Estado.

Muito obrigado, Senhores Deputados Glaucione e Kaká Mendonça que conduziram a Excelentíssima Senhora

Procuradora Geral do Estado Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira.

Convidamos ainda para compor a Mesa o Exmº Senhor Conselheiro, Dr. José Euler Potyguara de Melo, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Exmª Srª Drª Érika Patrícia Saldanha, Procuradora Geral do Ministério Público do Tribunal de Contas. Exmº Sr. João Francisco Afonso, Promotor de Justiça, representando a Procuradoria de Justiça do Estado de Rondônia. Convidamos para o Plenário os demais Procuradores do Estado de Rondônia, podem sentar-se nas cadeiras reservadas a Vossas Excelências aqui à direita ou mesmo nas cadeiras reservadas a S. Exªs os senhores Deputados.

Senhor Presidente, registramos ainda a presença do Senhor Edvaldo Soares, Secretário-adjunto da Casa Civil. Aqui presente também o Exmº Senhor Conselheiro Paulo Curi Neto, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado. Exmº Sr. Dr. Geraldo Henrique Guimarães, Promotor de Justiça. Drª Jane Rodrigues Mayone, Procuradora Geral adjunta do Estado. Dr. Jorge Júnior Miranda de Araújo, Procurador do DETRAN, representando a OAB/RO. Senhoras e Senhores Procuradores do Estado e já nominados aqui os Presidentes dos Sindicatos e também os convidados que ocupam as galerias.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Peço ao senhor Secretário que proceda à leitura do Requerimento que convocou a Procuradora Geral do Estado para esta Sessão.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO Nº298/13 DE AUTORIA COLETIVA. Os Deputados que o presente subscrevem, requerem à Mesa, nos termos do artigo 31 da Constituição do Estado, em consonância com o artigo 135, do Regimento Interno, a convocação da Procuradora Geral Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira a comparecer a esta Casa na Sessão Ordinária do dia 05 de março de 2013, às 16 horas, para dar informações referentes às seguintes Emendas Parlamentares dos convênios realizados com entidades, morosidades na tramitação do Processo da Procuradoria Geral do Estado, deficiência de arrecadação da dívida ativa, restituição de verbas junto a Previdência Social e a dívida do BERON, que continua sendo debitada na conta do Estado. Plenário das Deliberações, 23 de fevereiro de 2013. Lido o Requerimento, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Eu vou conceder a palavra à nossa Procuradora, pelo prazo de vinte minutos, para ela responder, mais ou menos, assim, o que está aqui no requerimento, e depois a gente vai abrir para o Plenário, para todos os Deputados, para as nossas autoridades presentes aqui e também pelo menos para um representante de Sindicato, aqui, também, vir representando os Sindicatos, as categorias dos servidores do Estado vir fazer questionamentos aqui para a Procuradora. Porque muito se fala que a nossa Procuradoria, hoje, ela trabalha, ela está trabalhando ao contrário, coisa que eu nem acredito muito. Eu acredito que se o Estado, não acredito assim, pra mim se a Secretária, a Procuradoria está trabalhando puxando o Estado pra baixo é exatamente porque o Governador concorda com isso, porque se eu sou Governador

e tenho uma Procuradora que atrapalha o Estado, eu a demito na hora. Mas aí é boa, esta Sessão aqui é boa para nós tirarmos a limpo isso, porque nós não podemos mais aceitar um Estado que não tem dinheiro, não tem dinheiro para abastecer uma viatura, não tem dinheiro para pintar uma Delegacia, nem para passar uma cal na Delegacia, pode estar perdendo tanto dinheiro como tem se falado aí. Então, vamos abrir para a nossa Procuradora.

Eu peço a todos que estão presentes, aqui, para a gente garantir a fala de todo mundo e vamos ver se a gente vê quem é que está certo, quem é que está errado nesta história toda. E o objetivo nosso, Doutor Deputado Ribamar, é que a gente faça pelo menos o básico, a nossa parte, para que o nosso Estado não venha passar por tantos percalços, os nossos fornecedores estão com tantos meses sem receber e dizendo que nós estamos perdendo receita, perdendo dinheiro por incompetência ou por má vontade de alguém. Por isso que é bom a gente tirar a limpo essas histórias e que daqui pra frente o nosso Estado venha realmente a caminhar, que nós, tanto os Procuradores como os políticos, o Governador, Deputados, venhamos a fazer a nossa parte em prol deste Estado para que o nosso Estado possa sair da situação em que se encontra.

Passo a palavra à nossa Doutora Maria Rejane. A senhora tem vinte minutos. Eu acredito que já dá para a senhora fazer, se não der a gente vai dar o tempo necessário para a senhora fazer as primeiras falas e depois a gente vai abrir para que todo mundo fique livre, aberto aí para questionar, fazer questionamentos à senhora.

Com a palavra a Doutora Maria Rejane.

A SRA. MARIA REJANE SAMPAIO VIEIRA – Boa tarde a todos. Excelentíssimo senhor Deputado Hermínio Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Excelentíssimo senhor Desembargador Roosevelt Queiroz da Costa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia; Excelentíssimo senhor Deputado Lebrão, 1º Secretário da Assembleia Legislativa; Excelentíssimo senhor Conselheiro Doutor José Euler Potyguara de Melo, Presidente do Tribunal de Contas do Estado; Excelentíssima senhora Doutora Érika Patrícia Saldanha, Procuradora Geral do Ministério Público de Contas; Excelentíssimo senhor Doutor João Francisco Afonso, Promotor de Justiça, neste ato representando o Procurador Geral de Justiça, Doutor Everton.

Senhores Deputados, senhoras e senhores.

Um cumprimento especial aos meus colegas Procuradores de Estado que aqui se encontram presentes. Estou aqui, hoje, nesta Casa Legislativa, atendendo convocação de Vossas Excelências, conforme consta no Ofício nº053/2013. O Requerimento que foi aprovado nesta Casa foi subscrito por diversos Parlamentares para que, na qualidade de Procuradora Geral do Estado, viesse aqui esclarecer os seguintes pontos: 1 – Liberação de Recursos Objeto de Emendas Parlamentares. 2 – Convênios realizados com entidades. 3 – Morosidade na tramitação de Processos na PGE. 4 – Deficiência de arrecadação da Dívida Ativa. 5 – Restituição de verba junto à Previdência Social. 6 – Dívida do BERON que continua sendo debitada na conta do Estado.

Antes de adentrar nos pontos, obrigatoriamente, até para que eu possa criar um liame de raciocínio, eu devo iniciar a minha explanação explicando para aqueles que obviamente não conhecem, mas eu tenho certeza que os senhores Deputados têm pleno conhecimento, mas é para que eu mesma possa, para que possa facilitar minha fala aqui neste Plenário. Devo dizer que as Procuradorias do Estado elas têm como escopo primacial a vigilância da submissão da atuação do administrador público aos princípios constitucionais administrativos que estão elencados na Constituição Federal. Em especial a legalidade, a moralidade, a impessoalidade, a probidade, dentre outros.

Senhores e senhoras, tal determinação, a do controle, administração e da representação judicial e a consultoria jurídica da unidade federada, como sabemos, está disposta na Constituição Federal, e é no artigo 132 que aponta a representação do Estado através da Procuradoria e de seus Procuradores, e na Constituição Estadual, no artigo 104. No âmbito do Estado de Rondônia também temos a nossa Lei Orgânica Lei Complementar nº620/11. Compete a Procuradoria do Estado, através dos seus dignos Procuradores, a manifestação nos Processos Administrativos, oportunidade em que funcionam na qualidade de consultores e no âmbito judicial naquelas demandas em que o Estado seja parte ou no polo ativo ou no polo passivo. É nessa linha, senhores e senhoras, que devo dizer do trabalho que é executado na PGE de Rondônia.

Atualmente, o quadro da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia é composto por 54 Procuradores, 54 Procuradores aprovados em concurso de provas e títulos, Procuradores que estão lotados na capital e no interior do Estado. Também temos uma representação da Procuradoria em Brasília para acompanhamento dos Processos nos Tribunais Superiores. Então, esse número de 54 Procuradores envolve todas as regionais, a representação em Brasília e as setoriais aqui na capital. Após esta breve explanação, eu passo aos pontos trazidos na convocação, e sigo a ordem elencada no Ofício desta digna Casa.

Liberação de recursos objetos de Emendas Parlamentares. O presente gráfico permite visualizar que ano a ano as Emendas Parlamentares elas têm sido atendidas pelo Estado, especialmente poderíamos dizer pelo Governo do Estado, e quando devidamente tem sido instruído pelos órgãos, pelas Secretarias de origem dos convênios, elas são rapidamente efetivadas pela PGE. A análise do crescimento do atendimento destas emendas será melhor visualizada no decorrer desta explanação.

A Procuradoria do Estado tinha o entendimento, nós podemos verificar nesse quadro que de 2010 a 2011 nós tivemos um acréscimo de 123,42%, de 2011 a 2012, 48,87%, o que impõe a afirmativa de que nós tivemos um acréscimo de 232,50% de liberação de Emendas Parlamentares. Esses dados obviamente coletados no âmbito da Procuradoria do Estado.

Naquele gráfico ali, fica bem fácil também, muito mais fácil para que os senhores possam verificar, constatar essa evolução da liberação dos processos relativamente a Emendas Parlamentares.

Bem, nós poderíamos aqui traçar assim duas situações que foram vistas pela Procuradoria do Estado, uma que diz respeito a alguns convênios que deixaram de ser feitos em virtude das entidades constarem ou estarem respondendo à tomada de conta especial. E nós também tivemos outra situação que vale o destaque, porque foi algo que realmente mereceu dos Procuradores de Estado, especialmente lotados na Procuradoria de Contratos e Convênios, um estudo mais aprofundado a respeito do assunto que diz respeito aos convênios cujo objeto eram bens usados.

Quanto ao primeiro caso das entidades submetidas à Tomada de Contas Especial, nós temos um posicionamento de seguir a Portaria Interministerial 507, de 2011, e esta Portaria veda que as entidades que estejam sob tomada de contas especial que elas venham a celebrar convênios com o Estado de Rondônia. A tradição no nosso Estado sempre foi a tradição de seguirmos essas normativas de ordem federal, a exemplo da Instrução Normativa nº 01, do STN.

Quanto à questão de bens usados, no primeiro momento nós tivemos algumas, tivemos algumas controvérsias, e as controvérsias, senhores, fazem parte do Direito, nós que atuamos no Direito temos que nos debruçar em cima do estudo aprofundado e até que nós possamos nos convencer a respeito do que efetivamente, de qual posicionamento que efetivamente nós vamos adotar.

Quanto a bens usados também, nós encontramos soluções para que fossem realizados convênios. A Deputada Glaucione pode testemunhar isso. Então, aquisição de bens usados com dinheiro de convênio é tratado na jurisprudência como uma exceção, efetivamente é uma exceção. Por quê? Porque para que o Estado venha conveniar e para que o objeto seja um bem usado é necessário que, no caso concreto, e aí eu repito, caso concreto, que a compra do usado seja a única disponível, observado o contexto do investimento que se pretende realizar ou que seja a mais eficiente, observados os princípios da economicidade e da vantajosidade. É necessário que a Secretaria, no caso, comprove nos autos, e isso não é papel do Procurador, o Procurador não está ali para impedir que o convênio se realize, mas ele está ali com a sua obrigação legal e obrigação constitucional de bem orientar o administrador, de dizer para o administrador, então, "que justifique, se for o caso de que aquele bem usado é único, ou é aquele que atende aos princípios da economicidade e da vantajosidade para realização daquele convênio". A compra de bem usado sem o devido cuidado pode vir a vulnerar o princípio da impessoalidade, e como falei na introdução dessas palavras, eu disse aos senhores que os princípios que regem a administração pública, os princípios basilares são aqueles que estão na matriz constitucional, contida no artigo 37, eles devem ser observados em toda a ação do Procurador do Estado, inevitavelmente.

Realizamos vários e inúmeros convênios em que o objeto eram bens usados, isso partindo, obviamente, das narrativas dos escritos constantes nos autos e que foram feitos pelas próprias Secretarias, pelas diversas Secretarias. E elas efetivamente fizeram um porquê, explicaram o porquê das compras dos bens usados e demonstraram essa economicidade, essa vantajosidade. Os raríssimos casos que efetivamente não foi possível a efetivação do convênio, esses casos não se deram

precipuamente por conta do objeto, mas por falha na instrução processual.

Quanto à suposta morosidade no andamento dos processos dentro da Procuradoria de Contratos e Convênios, com o devido respeito, senhores, mas essa afirmativa não procede. Os números mostram, estão aí para nos mostrar que a Procuradoria de Contratos e Convênios atuou de forma correta e apenas não foram conveniados aquelas situações em que efetivamente os autos vieram mal instruídos ou que não foram instruídos depois de devolvidos ou despachados para as Secretarias. O que devo dizer é que dentro da Procuradoria do Estado nós temos priorizado o contato direto com as assessorias de Secretarias e de Parlamentares. Esses contatos ocorrem via telefone, eles ocorrem através de e-mails, nós procuramos facilitar essa conversação porque nós também estamos vocacionados para implementar as políticas públicas do Estado.

Temos recebido também cotações faltantes, muitas vezes o próprio Procurador imprime as certidões que estão ausentes nos autos para evitar que o processo seja devolvido para a Secretaria e que isso possa trazer ou redundar em qualquer tipo de prejuízo para o desenrolar dessas políticas públicas.

:Considerando o prazo que nós tivemos para trazer para os senhores esse justo esclarecimento, a Procuradoria de Contratos e Convênios, de 323 processos, de 323 convênios elaborados, ela, por amostragem, fez uma análise, que é a que está contida neste quadro, uma amostragem de 184 convênios que foram realizados. Então, foram analisados muitos processos, eu quero registrar que nesse número total de 323 não constam os convênios que foram realizados no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria de Estado da Educação; e motivo aos senhores: primeiro, pelo prazo exíguo que nós tivemos para trazer essa amostragem; e segundo, porque lá nós temos Procuradores que estão dentro dessas Secretarias exatamente para dar agilidade aos processos dessas duas grandes Secretarias. Isso é algo também que denota a responsabilidade que todos nós temos com a celeridade e com os pontos cruciais dentro do Estado. A Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria de Estado da Educação têm Procuradores que estão lotados lá, estão lá exatamente para acelerar a elaboração dos pareceres e a elaboração de contratos e convênios. No gráfico de processos de convênios analisados é possível perceber que, com relação às entidades privadas, o percentual de convênios firmados chega a 62% de convênios firmados com entidades privadas. E os 38% restantes não foram efetivados por problemas e por razões que não podem ser atribuídas à atuação da Procuradoria do Estado, mas sim por falta da declaração de vínculo, inexistência de dívida, certidões e falhas no plano de trabalho.

Com relação às Prefeituras, os municípios, em virtude da maior exigência que os municípios têm por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal, o número de convênios que foram firmados com os municípios chegou ao montante de 29%. E isso também nós podemos justificar nos nossos registros, esses convênios só não foram realizados pela ausência de certidões e erros que não foram sanados nos planos de trabalhos.

Nesse quadro, muito rapidamente, um destaque para essas três primeiras Secretarias: SEAGRI, SEAS E SECEL. Nós podemos perceber que o volume de valores conveniados nessas três Secretarias foi bem grande, bem alto, e ele chega a mais de 50% dos valores que foram conveniados. E nesse caso, nesse caso nós podemos ver que os senhores, pela nossa experiência, nós percebemos que a maioria das emendas parlamentares são destinadas, são encaminhadas através dessas três Secretarias, principalmente. Então, isso é para demonstrar aos senhores que não houve nenhum tipo de desprestígio, desrespeito às emendas que foram encaminhadas pelos senhores.

Morosidade de tramitação de processos no âmbito da PGE.

Quanto à morosidade, alegada, no trâmite de processos dentro da PGE, há um gráfico, tem um gráfico que vai demonstrar. Nós podemos perceber, e eu quero dizer aos senhores que essas informações podem ser coletadas no *site* da PGE, onde os senhores vão poder verificar a entrada e saída dos processos. Nós tivemos um número muito maior de saída de processos. Esse gráfico permite visualizar que, ano a ano, o número de processo que sai da PGE é bem superior àqueles que entram no mesmo período e eu vou explicar aos senhores os motivos disso: isso é devido a um represamento de processos dentro da Procuradoria. Nós fizemos um concurso recentemente e ingressaram novos Procuradores, que vieram obviamente somar com os outros Procuradores que já estavam na Casa. O número hoje, 54, como eu falei no início, já é um número pequeno, imaginem antes do ingresso de 22 Procuradores de Estado. Então, esse ingresso acabou facilitando e ajudando para que nós pudéssemos, através de mutirões, de forças-tarefas, atuar em algumas áreas que tínhamos processos represados. Em especial o da Procuradoria de Controle dos Direitos do Servidor, que nós tínhamos um número alto, cerca de onze mil processos dentro da área e que nós pudemos dar vazão a esses processos, e dar o retorno a todos aqueles que aguardavam a resposta merecida. De 2011 até hoje, dados que eu pude verificar antes de sair da Procuradoria, nós temos mais de seis mil e quinhentos processos, nós tivemos mais de seis mil e quinhentos processos que ingressaram dentro da Procuradoria para análise, e saíram mais de dezessete mil processos. A análise de um processo não é algo que se faz de uma forma irresponsável, sem o cuidado devido. O Procurador precisa se ater e analisar, olhar todos os autos, toda a instrução processual e quando for o caso, até pedir para que o processo seja melhor instruído. Então, há uma necessidade de um trabalho apurado, um trabalho, de certa forma, até científico em cima de cada procedimento. Portanto, senhores, vejam que a saída de dezessete mil processos no âmbito da Procuradoria Geral do Estado não pode ser tratada como morosidade.

Deficiência de arrecadação da dívida ativa.

Bem, a dívida ativa, através da Lei Complementar nº 620/2011, foi passada, a competência da dívida ativa foi transferida à Procuradoria do Estado, normativamente falando. Mas, efetivamente, esta Procuradoria só foi, só começou seus efetivos, trabalhos, a partir de fevereiro de 2012. Foi designado à época um Procurador de Estado para atuar na Procuradoria

da Dívida Ativa e, obviamente, já ficou na direção da área. Um Procurador na Dívida Ativa é muito pouco? É. Mas quando nós olhamos numa vastidão de situações que são submetidas à análise da Procuradoria, nós não tínhamos, de imediato, a possibilidade de colocar mais colegas ali. Logo em seguida, assim que foi possível, num processo de estruturação, mais outro Procurador foi lotado, servidores também foram colocados, foram lotados na área e treinados pela Secretaria de Finanças, porque efetivamente quem tinha o *know-how*, quem tinha a expertise a respeito da inscrição em dívida ativa era a Secretaria de Finanças. E a Procuradoria precisava ter esses dados e aprender com os técnicos da Secretaria de Finanças. Foi o que foi feito nesse processo de transição, fizemos ajustes, aprendemos a utilizar o SITAFE, fomos ajustando o sistema SITAFE com PROJUDI também. E hoje nós temos de CDA, que foram enviadas via SITAFE pela Secretaria de Finanças para a PGE, cerca de doze mil, quinhentos e quarenta e oito certidões de dívida ativa. O valor estimado dessas certidões é de trezentos e quinze milhões de reais. Execuções fiscais que foram enviadas via PROJUDI ao Tribunal de Justiça, as que foram distribuídas no período de 2012 a 2013, duzentas e dezoito CDA's. Nós tivemos cento e trinta e cinco (135) que foram devolvidas por incongruência entre os dados do nosso sistema com o sistema do Tribunal de Justiça, fato esse que já está sendo corrigido, e segundo informações das setoriais responsáveis pela dívida ativa e execução fiscal, até o dia dez de março essas execuções estarão prontas, estarão corrigidas e em condições de serem recebidas pelo sistema do Tribunal de Justiça. O valor estimado do que foi encaminhado via PROJUDI é de R\$ 103.306.334,75. Essas certidões e essas execuções foram escolhidas. Houve um processo de escolha das dívidas maiores, incluídas as empresas que vieram para cá trabalhar nas obras das usinas. Nós também já inscrevemos em dívida ativa e já executamos. Uma dessas empresas, inclusive, com inscrição em dívida ativa, já nos procurou e já promoveu o pagamento perante a Secretaria de Finanças de um determinado débito que estava lançado e inscrito em dívida ativa.

Também não ficamos somente no ajuizamento das execuções fiscais. Nós, durante todo esse período, recebemos apoio irrestrito do Tribunal de Justiça, através da Corregedoria, que nos procurou e buscando a melhor solução para o Estado de Rondônia, apontou à Procuradoria alguns problemas que nós deveríamos corrigir. E quero dizer aqui que, como qualquer instituição, a Procuradoria do Estado também tem seus problemas, tem suas deficiências, mas o nosso compromisso, senhores, é em solucioná-los, em fazer o melhor para o Estado. E com esse apoio que nós tivemos do Tribunal de Justiça, que nos levou alguns pontos que nós deveríamos ter mais cuidado e melhorar, nós também fomos em busca de otimizar essas execuções. Nós também, agora no mês de fevereiro, dia 15 de fevereiro, como os senhores sabem, foi aprovada aqui nesta digna Casa a Lei de Protesto, a chamada Lei de Protesto. E essa lei foi preparada no âmbito da Procuradoria do Estado. Nós, juntamente com a Corregedoria do Tribunal de Justiça, chegamos a um determinado texto e fizemos inúmeras reuniões com o Tribunal de Justiça, encaminhamos para cá, obviamente o senhor Governador encaminhou para cá e Vossas Excelências

aprovaram essa Lei, a Lei do Protesto. Em 15 de fevereiro, agora já com a Lei de Protesto, nós preparamos, inicialmente a título de teste, porque essa inclusive foi a própria recomendação do Instituto de Protesto, que nós fizéssemos da forma como estava sendo feita pela Procuradoria da Fazenda Nacional, que nós enviássemos um lote de teste. E que nós enviássemos esse lote de teste com aquelas dívidas que não pairavam dúvidas acerca da certeza e da liquidez daquelas dívidas. São as dívidas que são declaradas pelos contribuintes, em que eles mesmos dizem o quanto devem. Então nós encaminhamos, nesse primeiro lote, cinquenta certidões de dívida ativa para protesto. No dia 28 de fevereiro de 2013 foi fechado mais um lote de cento e vinte e três certidões, totalizando cento e setenta e três títulos encaminhados para protesto. Um outro lote, contendo mais duzentas CDA's será encaminhado agora, no próximo dia 15. O resultado que nós temos é exitoso. Nós tivemos cerca de 25% de resultado positivo desse primeiro lote, dessa primeira leva de dívidas, de certidões que foram encaminhadas a protesto. Não posso deixar de registrar que a Central de Distribuição Eletrônica dos títulos de executivos fiscais, chamado de CRA, não está ainda instalada. Então, até a preparação desses lotes, senhores, é uma preparação que é feita certidão por certidão. Hoje nós temos dois colegas Procuradores lotados na Dívida Ativa e eles, além de todas as incumbências que eles têm, que não é somente a de inscrever em dívida ativa, mas a de analisar processos administrativos, de prestar informações, de dar baixa, de cumprir ordem judicial, eles também têm que, mecanicamente, manualmente preparar esses lotes para o protesto, para encaminhar para o Instituto de Protesto.

Restituição de verba junto à Previdência Social:

O que posso dizer a respeito desse tema é que no âmbito da Procuradoria foi recepcionado os autos do processo nº 01.1401.00062-00/2012, cujo objeto era contratação de empresa especializada na execução de medidas de apoio e assessoria visando à revisão via administrativa da dívida fundada e flutuante, recuperação de créditos. Esses autos foram capitaneados pela Secretaria do Estado de Finanças e recebeu da Procuradoria do Estado a análise devida. Consta no Parecer 113 do Gabinete da PGE, em 2013. Esses autos foram enviados para a Secretaria de Finanças no dia 07 de fevereiro de 2013. Isso também pode ser constatado por Vossas Excelências no site da Procuradoria do Estado.

Dívida do BERON:

A ACO 1119, que trata desse tema está na mesa do Ministro Ricardo Lewandowski para apreciação desde o dia 23 de maio de 2012. Ele precisa proferir o seu voto e após isso será levado o procedimento a julgamento pelo Supremo Tribunal Federal. A Procuradoria do Estado atuou instruindo esses autos. Com a Procuradoria houve uma atuação ostensiva e muito favorável do Tribunal de Contas do Estado, que também atuou nesses autos, colaborando com a Procuradoria do Estado. Então, a instrução desses autos, tudo que foi efetivamente necessário para que hoje esse processo estivesse na mesa do Ministro, foi trabalho, atuação da Procuradoria do Estado. Senhor Presidente, muito obrigada.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu quero, antes de abrir para os Deputados e para as nossas autoridades aqui fazerem questionamento, abrir também para todos que estão presentes aqui. Eu queria citar aqui, queria colocar uma situação aqui. No dia 27 de agosto do ano passado, 27 de agosto de 2012, tem aqui um Recurso Especial nº 0007.905-87/2011.8.22.0000. Esse é um recurso. Isso tudo só no dia 27 de agosto do ano passado. Aí tem mais o Recurso Especial 0008.849042/2011.8.22.0000; aí tem mais outro Recurso Especial nº 0008.46529/2011.8.22.0000; outro Recurso Extraordinário aqui, 00084.6529/2011.8.22.0000, tem mais um Recurso Ordinário 0004.801.53/2012.8.22.0000 e tem mais o Recurso, aqui o Mandado de Segurança 0006.601.19/2012.8.22.0000, foram sete recursos negados pelo Tribunal de Justiça contra o Estado porque o Estado ou perdeu o prazo ou entrou de forma errada, isso só num dia. O Tribunal, só o dia que eu peguei aqui, dia 27 de agosto do ano passado, o Estado perdeu todos. O Tribunal negou todos porque ou eles entraram fora do prazo ou entraram de forma errada, com recurso errado. Aqui está a prova, eu quero que você responda isso e me explique isso aqui, porque isso aqui é só do dia 27, num dia só o Estado perdeu sete recursos, isso aqui pode ver que tem um monte de milhão aqui dentro, um monte de milhão, aqui não tem os valores e tem que ser levantado depois o que foi que o Estado perdeu com isso aqui.

Outra coisa também que eu queria questionar aqui, é o seguinte: a Procuradoria fala que está tendo muito cuidado, Presidente Roosevelt, Dr. Euler, nosso Promotor Francisco Afonso, eles falam que têm muito cuidado e é muito importante, se nós todos que cuidamos do que é dos outros tivéssemos cuidado e zelo por tudo, seria uma maravilha! Mas muitas vezes esse zelo só vem quando é exatamente para atrapalhar o Estado ou para atrapalhar o povo. Porque eu quero que a Procuradoria me explique por que foi, como foi, qual foi a lei que eles se basearam, qual foi a justificativa para aumentar um contrato de vigilância de dezenove milhões/ano, que nós já dizíamos que era superfaturado, o próprio Confúcio Moura dizia que era superfaturado e deveria ser mesmo, porque esse esquema da vigilância aí, que é eterno aqui no Estado de Rondônia, eles aumentaram, quando o Confúcio assumiu em janeiro de 2011, com noventa dias, março de 2011, eles elevaram, Dr. Roosevelt, sem este Estado construir um banheiro numa escola, não construíram um banheiro numa escola ainda, principalmente na época que foi feito o contrato, eles aumentaram de dezenove para cinquenta e sete milhões, e isso passou pela Procuradoria. Nessas horas a Procuradoria, a não ser que a Procuradoria tenha uma justificativa bem fundamentada para justificar, eu vou até falar uma palavra, uma palavra meio pesada aqui para justificar esse assalto, este assalto ao nosso Estado, aí, Doutora, é exatamente isso. Aqui a Assembleia, eu não sei se foi o Deputado Neodi, eu não sei outros presidentes que entraram com ação, entraram com processo e a Assembleia recuperou mais de trinta milhões de crédito do INSS, que eles cobravam a mais da Assembleia e do Estado, são mais de trezentos milhões, Deputado Kaká, e é só ter uma empresa que faz o serviço, parece que tem uma empresa que faz o serviço que é contrato de risco, ela ganha uma comissão do que ela recupera, e a Procuradoria diz que

é contra isso, é contra o Estado recuperar esses trezentos e poucos milhões. E mais grave ainda, mais grave ainda o que eu vou falar aqui para vocês, eu estava com uns noventa dias que não falava com o Governador Confúcio e estive na Procuradoria uns dez dias atrás, inclusive ele chamou a nossa Procuradora lá na hora e eu a conheci no dia, não conhecia ainda a Procuradora, e o Governador falou para mim o seguinte: que tinha um esquema aqui neste Estado, um esquema onde envolvia gente da Procuradoria, gente dos que arrecadam, Auditor Fiscal, onde tinha um esquema para lesar o Estado, isso quem falou para mim foi o Governador Confúcio Moura e eu não acredito que ele vai dizer que isso é mentira, e está aqui o nosso Ministério Público, inclusive o nosso Tribunal de Contas, está a Justiça aqui exatamente para a gente, porque por mais que aconteça tanta coisa neste Estado, parece que tem gente que não se exempla, que não teme nada. Isso aqui parece ser coisa parecida, o esquema é exatamente isso, o Estado perde tudo, quem entra com ação contra o Estado para receber o dinheiro, o Estado nunca se defende, o Estado nunca ganha uma causa, perde todas, perde todas. E quando o Estado entra para receber de algum sonegador que não paga há anos os impostos, o Estado também não ganha, o Estado também não ganha. É isso, Presidente Roosevelt, que a gente tem que tirar a limpo aqui nesse negócio, tem que tirar a limpo, porque o que eu estou falando aqui não é mentira, Deputado Kaká, o Estado só perde.

Aqui tem gente que é preso pela Polícia Federal, daqui a pouco vai para a Justiça, reclama milhões de indenização do Estado e ganha, e o Estado paga, não leva nem para precatório, não leva nem para precatório. Aí é isso, Doutora, que a gente tem que... Porque eu não me conformo como é que um Estado tão rico como o nosso, ninguém paga tanto imposto no mundo como o brasileiro paga e a humilhação é geral, não tem combustível para abastecer a viatura, não tem uma ambulância numa cidade tipo Rolim de Moura. De Rolim de Moura o cara tem que vir em cima de um caminhão para o João Paulo, vir em cima de um caminhão, seiscentos quilômetros por essa BR cheia de buracos do jeito que está aí. Isso tudo eu acredito, Presidente Roosevelt, que é consequência desses desmandos, dessas coisas que acontecem e eu não sei se é falta de coragem ou é falta não sei de que, mas existe mesmo, porque isso quem falou foi o Governador Confúcio Moura que existe uma quadrilha dentro da própria estrutura do Estado onde tem, é lógico que não são todos, porque tem muitos trabalhadores no Estado, na Procuradoria e também nos auditores que são gente decente, mas tem os malandros, existe mesmo isso e quem falou isso foi o Governador e nós vamos tomar providência com relação a isso. Aí eu quero que a senhora me responda duas coisas: isso que eu falei sobre essa questão do Estado perder tudo e o que o Estado tinha que buscar, a gente não vê nenhuma ação, essa questão do BERON que diz que só depende do Ministro do Supremo, está só esperando o Estado e alguém do Banco Central chegar lá e dizer que está mais ou menos entendido que o Lewandowsky dá a canetada anistiando essa dívida para sempre, tirando essa dívida, que nós nunca fizemos ela, das nossas costas, que ninguém responde com verdade mesmo, e é isso que a gente quer aqui, é tirar a limpo essas coisas.

Eu não quero fazer mal e nem quero julgar ninguém, a senhora, a nossa Procuradora eu nem a conhecia, não sei, não tenho informação nenhuma se ela é uma pessoa desonesta ou honesta, não tenho nenhuma, não quero o mal de ninguém, mas eu quero o bem do Estado, e se tem alguém saqueando este Estado, nós vamos ter que combater e tentar botar esse povo na cadeia e tirar do serviço público, tirar do serviço público. Era isso que eu queria que a senhora respondesse, sobre o BERON, mas de forma mais clara, de forma esses processos que a gente perde e qual é a justificativa da Procuradoria para dar um parecer legalizando um contrato que era dezenove milhões para cinquenta e sete milhões.

A SRA. MARIA REJANE SAMPAIO SANTOS – Excelência, quanto a esse mencionado contrato, eu me dirijo a V. Ex.^a respeitosamente, mas eu invoco o Regimento desta Casa, pois eu não fui convocada para essa finalidade, portanto eu não tenho dados para lhe passar. Agora, se V. Ex.^a quiser, eu poderei fazer esse levantamento e encaminhar para o senhor.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Nós vamos pedir o contrato, a Assembleia vai requerer o contrato antes e depois, os dois contratos para a gente analisar bem.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Senhor Presidente, eu só queria fazer uma pergunta...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Luizinho.

O SR. LUZINHO GOEBEL – Só queria fazer uma pergunta para nossa Procuradora, a título de informação, para esclarecimento, porque me fizeram esse pedido aqui que está dentro do tema dessa pergunta...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Luizinho, deixe a Procuradora responder a questão e logo em seguida V.Ex.^a está inscrito para fazer a pergunta.

A SRA. MARIA REJANE SAMPAIO SANTOS – Quanto aos prazos que o senhor menciona que houve ou perda de prazo ou a medida judicial adotada incorreta, se V. Ex.^a quiser já me passar isso, eu tomo isso como uma denúncia e será encaminhada à Corregedoria da Procuradoria Geral do Estado para apuração.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Está aqui. Isso aqui é um documento do Diário Oficial da Justiça de Rondônia, do Tribunal de Justiça. Isso daqui é um dia só o Estado perdeu sete ações, e eu não tenho conhecimento que o Estado ganhe uma, o Estado só perde, só perde.

A SRA. MARIA REJANE SAMPAIO SANTOS VIEIRA – Não, Senhor Presidente, não é verdade, nós temos uma Procuradoria de Execução Judicial e temos um núcleo de cálculos que é a Procuradoria Setorial responsável pela análise das execuções em que o Estado de Rondônia é parte passiva ou em alguns deles também é parte ativa. Nessa Procuradoria, nós temos

uma atuação muito cuidadosa e o nosso núcleo de cálculos também, ele é bastante atuante, eu não tenho agora para Vossa Excelência dados precisos, mas as últimas informações, posso passar para Vossa Excelência através de ofício isso, com dados precisos para que Vossa Excelência possa ser cientificado da atuação dessa Procuradoria em que ela deixou, evitou que o Estado pagasse cerca de oitenta milhões de reais nos últimos tempos. Então nós temos sim uma atuação muito grande, nós temos um cuidado rigoroso com as execuções, agora tomo essa sua informação como denúncia porque na verdade essa atribuição é da nossa Corregedoria, mas como Vossa Excelência já está nos passando aqui, eu já encaminharei para o nosso Corregedor.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu esqueci, eu já estou falando demais, eu esqueci que me passaram aqui, no setor da dívida ativa só tem um computador e quando chove o servidor tem que sair da sala, no caso aqui no Estado seis meses chove, no caso os seis meses de chuva não tem como o trabalhador trabalhar. Isso é a informação que eu tenho, eu queria saber da senhora se procede isso ou se é mentira de quem me passou isso aqui.

A SRA. MARIA REJANE SAMPAIO SANTOS VIEIRA – Senhor Presidente, nós temos dois procuradores lotados na Procuradoria da Dívida Ativa.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – É uma impressora que estão me falando aqui.

A SRA. MARIA REJANE SAMPAIO SANTOS VIEIRA – Nós temos dois Procuradores, Senhor Presidente, a nossa estrutura física efetivamente é inegável que ela é uma estrutura física precária, ela vêm se deteriorando ao longo dos anos, e nós já estamos praticamente com uma data agendada para os próximos trinta ou quarenta dias para a mudança da Procuradoria para outro prédio, onde nós vamos ficar livres desses problemas que decorrem da estrutura física da PGE. Senhor Presidente. Vossa Excelência falou também da questão de recuperação de crédito e do BERON não é?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sim.

A SRA. MARIA REJANE SAMPAIO SANTOS VIEIRA – A Procuradoria não é contra e nem poderia ser contra a recuperação de créditos previdenciários em absoluto. O que eu mais uma vez tenho que deixar claro para os senhores, é que o processo, ele não é montado e não é capitaneado pela Procuradoria do Estado, os autos, eles têm que sair de uma determinada Secretaria instruídos e encaminhados para parecer da Procuradoria, jamais houve qualquer posicionamento contrário a recuperação de créditos, isto seria absolutamente contra qualquer postura de um Procurador de Estado, porque se nós estamos vocacionados para o bem público, para o bem social nós não poderíamos em hipótese alguma ser contra a recuperação de créditos que o Estado tenha. Recentemente foi noticiado na imprensa e mais ou menos saiu na notícia a PGE e os trezentos milhões, o processo que foi encaminhado para a

PGE e que tinha como objeto a recuperação de crédito foi aquele que eu apresentei a Vossas Excelências, que eu inclusive passei o número, aquele processo, ele teve início na Secretaria de Finanças e foi encaminhado para a Procuradoria, para que a Procuradoria analisasse uma determinada situação relativamente a uma licitação. Então se houve uma decisão administrativa da Secretaria de Finanças Senhor Presidente, de licitar, a Procuradoria, ela têm que analisar da forma como chega, ela tem que ser provocada, ela não pode, não é ela que inicia, não é ela que monta esse processo. Agora deixar registrado, não existe em absoluto nada contra a recuperação de créditos, seria absurdo inclusive isso. Quanto à questão do BERON, Senhor Presidente, me perdoe, eu pensei que tinha sido claro o suficiente, mas houve uma longa caminhada processual, e essa longa caminhada processual ela foi feita por um Procurador de Estado, por Procuradores de Estados que atuaram no Supremo Tribunal Federal. Lá em Brasília hoje nós temos dois colegas que estão atuando perante aos Tribunais Superiores e que estão sempre indo no gabinete, sempre indo buscar esse retorno do Ministro Ricardo Lewandowski, entretanto, nós não temos como acelerar, nos falta esse poder para que o Ministro venha e analise o processo que está ali à sua mesa, é um assunto extremamente delicado que envolve não só o Estado de Rondônia, como os senhores sabem que é uma matéria que vai repercutir em nível nacional porque nós estamos demandando com uma situação relativamente ao BACEN e a UNIÃO, já tentamos também chegar a um determinado acordo com o BACEN, mas entendemos que esse acordo também, ele tem que ser submetido à análise da Advocacia Geral da União - AGU, mas todo o empenho, tudo que foi necessário ser feito pela Procuradoria do Estado, senhores, foi feito.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu vou abrir aqui para os nossos Deputados e também os Membros da Mesa aqui os nossos convidados, queria agradecer a presença aqui do nosso Presidente Roosevelt, Presidente do Tribunal; nossa Procuradora do Tribunal de Contas, Dra. Érika; o Presidente Euler, o nosso Dr. Francisco Afonso, está aqui representando o nosso Dr. Héverton.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Questão de ordem Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Eu sugeria a Vossa Excelência, como tem várias indagações a serem feitas para a Procuradora Geral, cumprimentar a Dra. Maria Rejane, cumprimentar todos os membros da Mesa em nome Dr. Euler; Ministério Público, Dr. Afonso; Dr. Roosevelt, Presidente do Tribunal de Justiça; Dra. Érika, do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado. Encaminhar o seguinte: quando algum Deputado indagar uma pergunta relacionada a um item, os que tiverem a mesma dúvida entrarem num esclarecimento único porque se não a gente vai ficar aqui toda hora, vai lá e volta cá. Então é uma sugestão que eu dou, para quando alguém indagar qualquer situação relacionada à convocação da nossa Procuradora Geral, se assim o Deputado Luizinho, me permitir

eu já quero começar por mim aqui, e naquilo que eu vou indagar aqui por alguns pontos, os Deputados que tiverem nessa mesma linha de raciocínio para a gente já ir matando de uma forma generalizada. Eu quero dizer primeiro do respeito que esta Casa tem e sempre teve pela Procuradoria Geral do Estado. É tão verdadeiro isso que no passado a gente já chegou mudar o Regimento de lá, que um Procurador poderia qualquer outro que às vezes não tinha nenhum preparo de conhecimento que os cinquenta e quatro, acredito eu, têm, porque terem se dedicado e por terem passado num concurso público com o objetivo único e a missão de ser realmente vigilante de tudo aquilo que é submisso do Estado. Então essa é a função de vocês, esse é o papel de cada senhor Procurador e de cada senhora Procuradora que tem nada mais, nada menos do que isso. Uma das minhas preocupações quando se fala de um chamamento público que a Procuradoria Geral do Estado, que é copiando uma Portaria Interministerial que é a nº 507, de novembro de 2011, para a liberação de recursos para as entidades. Olha bem: primeiro que existem outros Estados da Federação, na verdade isso aqui é do Governo Federal, essa Portaria é do Governo Federal, cabe ao nosso Governador ou através de um Decreto, ou através de uma Lei, se ele quiser copiar o Governo Federal mandar para esta Casa ou fazer um Decreto sem passar por aqui. Esse é um ponto. Eu estou falando isso porque tem base aqui em outros Estados que eu mandei levantar, que é o caso do Distrito Federal, que é o caso de São Paulo que além de publicar, tem uma prestação de contas nos sites mostrando a emenda de qual Parlamentar que é, qual é o objetivo da emenda e aí eu quero me atentar a isso por quê? Porque eu falei aqui no começo do trabalho legislativo; esta Casa, aqui é o Parlamento, é a Casa do Povo, aqui representa na verdade o povo de Rondônia, cada Deputado, cada um com o seu estilo, aqui tem o representante do Direito, aqui tem um representante da agricultura, aqui tem do servidor público, então, aqui é uma Casa do Povo. E quando eu vejo ali que setenta e nove milhões o ano passado foi investido na agricultura, isso que mostra que o nosso Estado hoje só é um gigante porque esta Casa e o Governo tem dado a sua parcela de contribuição para que a nossa agricultura fomenta para podermos ter uma economia forte para pagar os salários dos Procuradores, dos Deputados, dos Promotores e dos Juízes; aí me preocupa ficar vedado de uma forma, às vezes, aí eu faço uma outra pergunta; leigo no assunto e longe de mim para querer entender alguma coisa. Será que todos os convênios que foram feitos ou assinados até metade de 2012 sem respeitar essa instrução, é ilegal? Me deixa dúvida. Se hoje é ilegal, Deputado Jean, então o que foi feito para trás é ilegal. Quero acreditar que não, porque quem anda no interior vê a alegria e a felicidade, Presidente Roosevelt, de uma associação receber um resfriador de leite da EMATER ou do Estado e poder só de estar ali aquele resfriador, o laticínio ser obrigado a pagar dez ou doze centavos a mais por litro de leite daquele que acorda 05 horas da manhã com chuva para poder fazer da economia desse Estado um Estado forte. Então eu fico preocupado com relação a essa questão, a não ser que tivesse através de um Decreto do Governador ou de uma Lei. Então, eu gostaria que Vossa Excelência me explicasse, que como eu falei, a gente é leigo no assunto, mas eu estou aqui com cópia de São Paulo,

de Minas que através de Decreto ou de Lei, do Distrito Federal, liberando recurso, acontece o que vinha acontecendo em Rondônia e que a partir de agora através dessa instrução, vocês estão colocando de forma que é ilegal. Então, o meu questionamento com relação a isso, cabe a isso, se algum Deputado quiser nessa mesma linha, eu acho que nesse assunto a Procuradora poder, ou então, que possa responder a minha com relação a esse item e depois eu quero entrar e questionar os demais itens aqui que foi questionado, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Senhor Presidente, Questão de Ordem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – A senhora podia ir anotando aí, cada três perguntas, três questionamentos a senhora responde. Pois não, Deputado Maurão.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – A Procuradora disse que, ela até disse no início aqui que o processo da dívida ativa foi indevido, não tinha nenhuma legalidade que eu entendi para que pudesse ser resgatado esse recurso. Eu, conversando com o Secretário de Fazenda e cobrando do Secretário e até ele me pediu que pudesse ajudar na questão do resgate desse dinheiro da Previdência. No dia que eu estive na presidência, que Vossa Excelência tinha saído de férias e a gente tratou esse assunto. E aí, nós pegamos um processo nosso, que nós resgatamos de dois anos para cá quase quarenta milhões de reais e aí foi onde o Secretário de Fazenda solicitou cópia daquele processo para que ele pudesse analisar e pudesse encaminhar a PGE e que eles pudessem pegar como base para não perder o recurso da Previdência. Eu tirei cópia, pedi ao Secretário Geral que tirasse cópia e encaminhasse ao Secretário de Fazenda, eu fiz questão, Presidente, de pegar o processo e levar direto para a Procuradora Geral, entregando na preocupação, que no mês de maio esses recursos todos vão prescrever. Aí lá a gente acabou descobrindo que já tinha um processo e o Secretário tinha me adiantado, que já tinha um processo que tinha um ano que estava tramitando na licitação dele e ele foi desclassificado por causa de uma certidão da Junta Comercial. E aí o dinheiro está aí no mês de maio perdendo trezentos milhões de reais e o Estado sem dinheiro hoje para fornecedor, sem dinheiro hoje para pagar as nossas emendas, sem dinheiro hoje para passar para os Poderes, que nós tivemos que demitir nesta Casa, cortar na própria carne por uma irresponsabilidade, que a Lei, só se for diferente Presidente, eu sou leigo, a Lei vale para a Casa tem uma validade, lá para o Estado tem outra. Porque nós podemos fazer o processo, fazer a uma dispensa, que foi o Presidente Neodi, ainda na época que abriu esse processo e resgatou esse dinheiro e o Estado não, o Estado passou um ano com o processo tramitando e aí chegou no final da empresa que concorria, foi desclassificada por causa de uma certidão que tira na internet, poderia ir lá e tirar na internet e não deixar perder o dinheiro. Então, o que a gente vê, o que a gente vê por parte da PGE, da Procuradoria, que parece que ela está trabalhando contra o Estado, está querendo que o Estado quebre, está querendo que o Estado não arrecade, é isso que nós estamos vendo. Isso é um item, isso é um item, os outros

nós vamos daqui a pouco discutir e os Poderes sabem disso e não só os Poderes, mas todos os Deputados desta Casa, portanto, Procuradora, a gente vê, como o Presidente disse aí, acharam um jeito de aumentar um contrato de dezenove para cinquenta e sete, mas não acham um jeito de resgatar um recurso que são mais de trezentos milhões e agora no mês de maio prescreve. É essa a nossa preocupação e a nossa indagação.

O SR. LUIZ CLÁUDIO – Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não Deputado Luiz Cláudio.

O SR. LUIZ CLÁUDIO – Se for de acordo com que o Deputado Kaká disse, uma pergunta de um Parlamentar para gente ganhar tempo. Eu gostaria só de ser mais objetivo na pergunta do nobre Deputado Kaká com relação a entidades a serem conveniadas; como associações, entidades filantrópicas. Pelo que eu entendi Deputado Kaká, só podem ser feitos convênios, se for através de chamamento público. Eu acho que o parecer, é instrução da PGE, talvez não seja esse, eu estive conversando com o Procurador, e ele me disse que esse não é o entendimento, não é o entendimento. Porque quando uma entidade, principalmente ligada ao setor produtivo que seja uma associação, ela é sem fins lucrativos, ela apresenta a demanda, principalmente a EMATER, apresenta a demanda aos nossos gabinetes, então, na verdade é uma necessidade que vai atender a coletividade, vai atender a comunidade. Então, eu gostaria de ser mais objetivo a esta pergunta do nobre Deputado Kaká que é muito importante com relação a dizer: não há o impedimento da PGE de fazer um convênio para uma entidade que o Parlamentar apresentar a demanda da própria comunidade, é isso que eu gostaria de saber da nobre Procuradora.

A SRA. MARIA REJANE SAMPAIO SANTOS VIEIRA – Posso responder Presidente?

A SRA. ANA DA OITO – Só para pegar um gancho na palavra.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não Deputada Ana.

A SRA. ANA DA OITO – Quero cumprimentar todos os Procuradores em nome do Presidente, todos os Deputados e a população aqui presente. Senhor Presidente, Senhora Procuradora, um chamamento público aconteceu em 2011 com três instituições, esses chamamentos, eles aconteceram em 2012 e não foram concluídos e se encontram até hoje na SEAS, um que foi feito em 2012; em 2011 três chamamentos públicos aconteceram e não foi concluído na SEAS. E agora, em 2012, um chamamento público aconteceu e ele não foi concluso. Como que fica a questão de entidades que nem a APAE, se eu tenho, eu vou destinar uma emenda para a APAE e o chamamento público acontece no Estado inteiro, vem uma APAE lá de Rolim de Moura para efetuar essa emenda, essa licitação lá em Guajará-Mirim? Como vai acontecer? E eu vejo, Senhor

Presidente, nobres Parlamentares, Senhora Procuradora, que as Secretarias, elas ainda não estão preparadas para esse chamamento público, está faltando ainda o preparo para que isso aconteça realmente, aqui na Secretaria da SEAS aconteceu isso, já está nítido que não tem esse preparo, não temos técnicos, recursos humanos tampouco e os técnicos, eles precisam entender muito mais aprofundado do processo. Então, assim, não é por falta de competência, mas sim do preparo. Aí eu gostaria de saber da senhora como é que isso aconteceria?

A SRA. GLAUCIONE – Presidente, Questão de Ordem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não.

A SRA. GLAUCIONE – No mesmo sentido sobre essa questão, Procuradora, do chamamento público, tem assim balançado realmente esta Casa, a gente tem se preocupado muito, até porque as nossas emendas parlamentares, elas geram uma expectativa no Estado inteiro, no interior, na capital de uma forma geral. E aí como nós temos aqui os convênios administrativos, nós temos um checklist da Procuradoria Geral do Estado, e dentro dela tem esse chamamento público mencionado a Lei 866 da Portaria Interministerial nº 507 que foi o que o Deputado Kaká relatou essa Portaria que é Federal. Então nós fizemos uma consulta na Casa sobre a exigência de chamamento público para convênios com entidades privadas segundo o checklist da Procuradoria Geral do Estado. E eu gostaria aqui até de ler um resuminho: - A fundamentação jurídica para a PGE exigir o chamamento público nos convênios com entidades privadas é equivocada. A Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, baseada no Decreto Federal nº 6.170, de 25 de julho de 2007, ambos dispositivos jurídicos são claros quanto à abrangência de sua eficácia, estão obrigados ao chamamento público os órgãos da administração pública federal, não competente a Presidência da República nem o Ministro de Estado regular as transferências no âmbito do Estado de Rondônia. E aí vem aqui cita o Decreto 6.170, de 25 de julho, artigo 1º: - este Decreto regulamenta os convênios, contratos de repasses e termos de cooperação, celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal, grifado "administração pública federal". Então como é uma Portaria não é uma lei federal, e sim uma Portaria Interministerial eu acredito, e pelo parecer aqui do nosso próprio jurídico não caberia esse checklist, esse chamamento por que nós com esse chamamento nós não vamos conseguir atender os anseios da nossa população do Estado de Rondônia. Então uma vez que nós combinamos de pegar o gancho do assunto eu deixei claro até para a senhora responder para todos nós.

A SRA. MARIA REJANE SAMPAIO SANTOS VIEIRA – Posso responder Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pode responder Procuradora.

A SRA. MARIA REJANE SAMPAIO SANTOS VIEIRA – Os senhores, Deputado Kaká, Deputada Glaucione tem razão sim

quando dizem que há necessidade de uma normativa estadual para o chamamento público. E desde o início ficou muito evidente que não houve impedimento de se fazer nenhum convênio no âmbito do Estado de Rondônia em virtude da inexistência do chamamento público. Quero registrar para os senhores que o nosso objetivo é o objetivo de colaboração. A ciência do direito ela é uma ciência dinâmica, e existe um movimento sim em nível nacional para que esses convênios, eles também respeitem aos princípios que são norteadores da administração pública; e que estão lá elencados na Constituição Federal. O que ocorre no âmbito da Procuradoria é um movimento de estudo a respeito do tema, que existe um entendimento grande de certos Procuradores de que efetivamente o chamamento público ele vai viabilizar mais, ele vai respeitar mais o princípio da impessoalidade que é contido na Constituição Federal e que não vai impedir que as políticas públicas sejam implementadas, eu não posso, é inegável, existe sim, mas a Procuradoria não está deixando de fazer sequer um convênio por conta de chamamento público, ela não está exigindo. O fato, Deputada Glaucione de constar no checklist, nós podemos até tirar isso do checklist, mas o fato de estar no checklist não significa que nós estamos deixando de fazer o convênio por que não está havendo das emendas de Vossas Excelências, por que não está havendo o chamamento público, não. De jeito nenhum, mas uma vez eu registro que considerando essa movimentação em nível nacional, considerando o posicionamento da Procuradoria de que seria muito mais viável que nós pudéssemos; que o Estado pudesse ofertar um número maior de entidades a possibilidade de se conveniar através, sendo favorecidas pelas emendas de Vossas Excelências isso é inegável, nós entendemos, existe um entendimento de uma grande parte da Procuradoria em relação a isso. Mas de fato Deputado Kaká, teria que ter uma normativa, Deputada Glaucione, e não existe no Estado de Rondônia, por conta disso, nós não estamos fazendo essa exigência, não houve sequer nenhum convênio que tenha sido impedido. Agora sim, só a título de estudo efetivamente, nós temos uma nota técnica da Câmara de Deputados, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira em que eles obviamente lastreados nas normativas federais, Deputada Glaucione, eles vêem também nesse sentido da necessidade de que se faça seleção, de que se faça um processo de chamamento e seleção público previamente a celebração dos convênios com entidades privadas. E também tem uma coisa, a normativa federal ela usa o termo "poderá", ela não usa o termo "deverá", não é verdade doutor? Ela usa o termo "poderá". Então também fizemos algumas consultas e verificamos que o nosso Estado, o nosso querido Estado vizinho, o Estado do Acre eles têm um decreto em que eles exigem o chamamento público, exige não, me perdoe, em que eles permitem o chamamento público, é um discricionariedade o chamamento público. Mas existe sim, é inegável que existe uma tendência, mas a Procuradoria do Estado de Rondônia não deixou de realizar sequer um convênio em virtude dessa exigência, não fez essa exigência do chamamento público. Vem registrando sim esse pensamento e quem sabe senhores daqui a alguns anos essa não seja uma tendência em nível nacional, eu não sei, eu não posso, eu não tenho oráculo aqui para efetivamente fazer essa afirmação. Mas também quero dizer

aos senhores que o nosso posicionamento é que o chamamento público, ele não inviabiliza a participação dos Parlamentares na escolha da destinação objetiva da verba. O chamamento público, ele não impede que Vossas Excelências participem da realização das políticas públicas. Eu gostaria de exemplificar aqui uma coisa, por exemplo, se um determinado Deputado quer destinar uma emenda parlamentar a determinada região do Estado de Rondônia, hipoteticamente Machadinho, se eventualmente um dia o Estado de Rondônia chegar a instituir o chamamento público, a política que o Deputado queira implementar não vai estar sendo impedida, o que vai ocorrer é que ele vai destinar para aquela região. Deputada Ana, eu acredito que eu agora alcance a sua pergunta, ele estará destinando a determinada região, ele não estaria destinando aquela entidade X ou Y, mas aquela região, ou seja, a política que o Deputado quer ver implementada não vai deixar de ser alcançada o que vai ocorrer é que naquela região, naquela determinada região do Estado de Rondônia a vastidão de entidades que podem ofertar e que podem prestar aquele serviço, elas vão ter condições de se mostrar e dizer: - olha, eu também tenho interesse de participar, eu também tenho interesse de ser atendido por essa emenda. É esse o objetivo do chamamento, senhores. Mas eu quero deixar mais uma vez registrado que isso efetivamente como Vossas Excelências disseram, não está instituído legalmente, não há normativa no âmbito do Estado de Rondônia e a Procuradoria não deixou de realizar nenhum convênio por conta dessa razão.

A SRA. ANA DA OITO – Só para complementar o que a senhora falou, a senhora não me respondeu a pergunta que eu fiz à senhora, a primeira pergunta: Como fazer com as Secretarias que não estão preparadas ainda para esse chamamento?

A SRA. MARIA REJANE SAMPAIO SANTOS VIEIRA – Ah! Está certo, perfeito. Excelência a falta de preparo, eu diria assim que nós seres humanos nos temos que estar sempre abertos ao aprendizado, ninguém sabe tudo, às vezes nós não sabemos nada. A falta de preparo, ela vem no decorrer do tempo sendo corrigida exatamente com métodos pedagógicos que nós temos que ir introduzindo e esses métodos pedagógicos, senhores, eles passam por Vossas Excelências, passam pelo papel da Procuradoria do Estado, passam pelo papel do Tribunal de Contas, passam pelo papel do Ministério Público do Estado também. Então, senhores, a falta de preparo, ela se resolve com o aprendizado a ser ofertado às pessoas que estão envolvidas neste processo, entretanto, como nós não estamos nada implementado, se eventualmente esse for o objetivo do Excelentíssimo senhor Governador do Estado, com certeza haverá necessidade de um processo de transição para que nós possamos efetivamente estar todos preparados para que nada venha afetar o encaminhamento das emendas de Vossas Excelências.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Procuradora, na verdade a experiência nos mostra o que realmente está acontecendo aqui, podemos passar o resto do dia aqui que vamos chover no molhado. Essa é a verdade, nós vamos chover no molhado. Na verdade a PGE entrega para um Chefe de gabinete ou para um

Assessor que para fazer um convênio, ela diz aqui baseado no decreto e tal e tal. A Procuradora chega e fala que não tem nenhum impedimento com relação a isso. Na verdade o que está acontecendo e às vezes não é nem culpa Vossa Excelência que é Presidente hoje numa Procuradoria e que é composta por 54 ou 55 membros, e que o direito dá essa linha, o direito dá essa abertura do equilíbrio, um pensa de uma forma, lá no Supremo a gente vê desta forma, tem Ministro que defende uma tese, tem outro que vai lá e defende outra tese e totalmente o contrário, mas no final chega-se num denominador comum. Eu não tenho dúvidas que se chegar aqui ou uma instrução ou um decreto do Governador ou uma lei que esta Casa tem uma função e o objetivo de votar proibindo que se não libera mais nada; não se discuti mais isso. Ninguém esta acima da lei, ninguém quer estar acima da lei. A única coisa que os Deputados brigam e eu estou aqui falando na liderança do Governo, porque eu estou defendendo os interesses dos meus companheiros que nada mais ou nada menos querem defender o seu Município e não está batendo a conversa dentro da Procuradoria Geral do Estado, que cada Procurador fala uma coisa e é o dia a dia que mostra isso, o entendimento do Procurador tal e longe de mim vir aqui dizer se ele está errado, mas não tem uma discussão que cada um pode ter o seu grupo, cada um pensa de uma forma. Mas o nosso objetivo aqui é proteger o Estado como disse a senhora, esse é objetivo de Vossas Excelências, é proteger o Estado de Rondônia, mas o que esta acontecendo aqui é diferente, lógico que pode, aí é aquela coisa, dúvida, pode para um e não pode para outro. Um Procurador avoca um projeto vai lá e dar um parecer favorável, vai lá a Procuradora ou quem tem a prerrogativa avoca para ela e discorda daquilo. Aí nos deixa, que somos leigos, em dúvida. Então na verdade o nosso objetivo e se fosse aqui tratado uma Secretaria como a Deputada Ana falou, e a Secretaria vem à questão política, às vezes tem um técnico competente e às vezes não tem. Isso está longe da Procuradoria Geral do Estado, que está Casa corrigiu; como eu falei aqui para dar oportunidade para uma pessoa de carreira como Vossa Excelência estar ocupando esta função hoje, e lá atrás eu fui um dos que votei dando poder ao Governador para ele indicar qualquer um para ser, que vinha na contramão e esta Casa reparou isso, dando de direito a quem tem direito, a quem se preparou a quem tem uma formação e quem tem a missão como disse a Vossa Excelência de vigilância e nem todas as Secretarias podemos cobrar isso, porque o Governador é um só, bem intencionado, com vontade de contribuir. Mas a gente vê e a gente sente aqui que quando acontece alguma coisa em nível de Brasil, que não é lei federal é uma instrução, porque se fosse lei federal também não se discutia. O que é ruim, o que é para prejudicar alguém em Rondônia quer abraçar e colocar de goela abaixo. Mas quando você vê coisas boas acontecendo em qualquer lugar do Brasil, eu vou dar um exemplo aqui, que eu estava conversando com o Presidente do Sindicato, a Lei de Diretrizes Básicas da Educação, em todos os Estados da Federação, o cargo de professora é único no Brasil inteiro, aqui em Rondônia não é. Então quando é bom lá para fora serve, quando a coisa é para pegar na moleira, Rondônia tem que pagar o preço, é isso que eu quero questionar, longe de querer qualquer coisa, Deputado Claudio, dizer que o Procurador A ou B ele tem. Ai eu vejo,

como disse o Presidente Hermínio aqui, economia, o Presidente Hermínio falou aqui que a função da economia com relação às ações da Procuradoria, eu não tenho aqui em minhas mãos também, ele falou no dia 27, eu tenho aqui do dia 22, está aqui: recurso errado. Eu tenho aqui do dia 22 perda de prazo, eu tenho aqui do dia 22, perda de prazo. Eu tenho aqui: não recorreu, do dia 20. Essa é a função que tem a Procuradoria de zelar do Estado, mais nada. Essa é a função e está aqui. Então o que eu vejo hoje para encerrar, é que a nossa vontade aqui de contribuir com o Governo, de contribuir com as ações e esta Casa tem contribuído e muito, está aqui o Chefe da Casa Civil e leva essa mensagem do Governador, teve mensagem que chegou nesta Casa aqui terça-feira, foi lida, quebrou todo o interstício regimental por entender que tudo que se fizer pela saúde é importante. E esta Casa tem feito a sua parte, mas também não podemos nos calar, por que estamos ficando vedados de discutir o que você prega lá na base, como eu falei aqui, a economia do Estado balanceou e balanceou todo mundo, balanceou os poderes, balanceou nos Municípios. Então Vossas Excelências têm a função de proteger, o nosso Estado é um Estado que ele é forte, é forte, ele é tão forte que a arrecadação nossa em momento algum caiu no que se refere a arrecadação do Estado, porque é o povo produzindo, é o povo trabalhando, e ai quando vem uma medida de goela abaixo para tirar o IPI e ai nós pagamos o preço, Senhor Presidente. Então é isso que nós temos que isentar, nós temos que proteger aquilo que é importante e esta Casa é importante para isso. Como eu falei aqui, longe de querer ofender ninguém, longe de querer falar mal de ninguém, mas Vossas Excelências têm que buscar um entendimento, o que a gente ouve é isso. A PGE hoje da forma que está é o que eu acabei de falar, não tem uma unanimidade em nenhum lugar existe isso, que toda unanimidade é burra, cada um pensa de uma forma ainda mais na linha do direito que cada um defende a sua tese. Então para concluir, eu quero dizer que foi importante à vinda da senhora aqui para prestar para nós essas informações, para que realmente a senhora como Procuradora nomeada pelo Governador, por que a senhora está lá ocupando, nomeada pelo Governador, não proteja o Governador, proteja o Estado de Rondônia e discutindo aquilo que vem de interesse da sociedade e isso é unânime, que as informações que eu tenho de Vossa Excelência é que é do bem, é que é qualificada, é que a história da senhora diz isso. É essa a informação que eu tenho, por isso que eu não posso julgar, mas é muita pressão que a gente vê, são os sindicatos que quase em toda a sua unanimidade, dizendo que a Procuradoria Geral do Estado está trabalhando contra o Patrimônio, que todas as ações, enfim, então a gente fica preocupado porque vê aqui essa mesma Procuradoria errando, essa mesma Procuradoria que tem essa função. Se algum Deputado vir aqui falar uma coisa fora, ele está falando às vezes sem conhecimento por ser leigo, mas ele tem a legitimidade de representar o povo de Rondônia, porque vocês, que tem que respeitar, se preparam para isso, vocês têm o concurso público, o concurso de cada um aqui é a cada dois ou quatro anos ir para as urnas convencer o cidadão no país democrático e de direito que quem tem competência se estabelece e a gente está aqui para defender os interesses do

povo do Estado de Rondônia. Eu espero que Vossa Excelência esclareça da melhor maneira possível e saia daqui com a intenção nossa e única de que esta Casa quer o melhor, não para mim, não para senhora, não para o Presidente Hermínio e nem para o Governador Confúcio, mas para o Estado de Rondônia.

A SRA. GLAUCIONE – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputada Glaucione.

A SRA. GLAUCIONE – Só para complementar a fala do Deputado Kaká e dizer para a Dra. Rejane, a nossa Procuradora, com todo o respeito, neste momento, nesta tarde, nós estamos reunidos aqui, inclusive, com outros Poderes, participando desta reunião, o objetivo, o intuito não é crucificar ninguém da Procuradoria Geral, mas é simplesmente entrar em um entendimento. E acho que se paramos para isso nós temos que ser transparentes aqui e falar aquilo que nós estamos ouvindo, porque esta Casa é a voz do povo. E na realidade o que é que ocorre? As próprias Secretarias de Estado têm reclamado constantemente para nós Deputados da PGE, então, quando o Deputado Kaká fala: tem duplo entendimento, por exemplo, nós estamos aqui nesta Casa, hoje, não sei se com todos, mas nós temos cento e poucos funcionários da SEDAM, 179 funcionários da SEDAM aguardando desde abril de 2012 um posicionamento do Estado, e lógico que foi passado para a PGE dar esse Parecer em relação ao reenquadramento desses servidores que nós desta Casa aprovamos o PCCR, e não enquadraram nenhum funcionário. Nós fizemos um papel aqui de bobo, aprovamos um PCCR que na realidade não enquadraram nenhum servidor, e quantas reuniões eu tenho feito junto com o Presidente desta Casa, o Deputado Hermínio, junto com os servidores da SEDAM, junto com a SEAD e a última reunião nossa no mês de dezembro foi que a PGE deu o parecer contrário, sendo que em outros casos da SEAD, da Educação, tudo casos semelhantes, a PGE deu parecer favorável. Então o que há de errado nisso? Esses funcionários que hoje não estão ligados a nada, funcionários antigos que vieram compor essa Secretaria, alguns anos atrás, nós temos pessoas já para aposentar, agora é que nós aprovamos esse PCCR aqui, que o Governador mandou muito bem intencionado, por sinal, nós não conseguimos atingir o objetivo porque a PGE não consegue encontrar uma forma de dar um parecer, encontrar uma legalidade para esse fato, já que em outras Secretarias caso semelhante aconteceu. Então essa reclamação, Dra. Rejane, assim, é das Secretarias, dos Deputados e nós não podemos esconder dos senhores aqui, Procuradores hoje do Estado, não queremos crucificar ninguém, mas deixar assim bem claro, a insatisfação de muitas pessoas que de repente para a própria Procuradoria, fazer uma reflexão em cima dos atos, das ações, a forma de conduzir. Então eu deixo aqui essa fala e essa revisão talvez para a SEDAM, que hoje de manhã estivemos a reunião e não chegamos, Presidente, em consenso nenhum. Então, falei: hoje à tarde a Procuradora Geral do nosso Estado vai estar na Assembleia e nós vamos passar, eles estão no Plenário, esses servidores, e eu passo essa dificuldade que

estamos atravessando para a senhora, para a senhora avaliar o caso e ver o que pode ser feito.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputada Glaucione, por Vossa Excelência ter lembrado essa questão. Eu acho que nós já fizemos umas vinte reuniões com os servidores e o Governo, e o problema é na Procuradoria, entendeu Doutora Rejane? Por isso, vê o que está acontecendo e vamos resolver que com certeza é uma injustiça muito grande, esses trabalhadores são trabalhadores do Estado há trinta anos, Presidente, mas eram de outras Secretarias e foram todos para a SEDAM e agora estão como filhos bastardos, discriminados e se o problema é a Procuradoria mesmo, porque existe também neste Governo, todo governo ruim existe muito isso: um empurra para o outro, a incompetência, um está empurrando sempre para o outro. Mas vamos recuperar isso, aí, não custa quase nada, o impacto disso é muito pequeno e você vai corrigir aí uma distorção que esses trabalhadores que trabalham todos os dias estão lá. Eles eram da Educação saíram da Educação, foram para lá e eles não tem direito nem o plano da SEDAM e nem o plano da Educação. Como é que o Estado faz isso, se todos esses trabalhadores foram contratados através de concurso e tudo, e agora é tratado dessa forma? Eu não consigo entender, a minha revolta muitas vezes é a seguinte: porque se fosse para as usinas, se fosse para os grandões, resolve num tapa, resolve na hora, não tem dificuldades. Aqui essa SEDAM e esse IBAMA aceitam essas usinas violarem o nosso meio ambiente aqui deste Estado e ninguém faz nada. Agora se um trabalhador, se um trabalhador da roça aqui, derrubar um pé de pau, às vezes um pé de pau que não dá fruto nenhum, eles vão lá prendem, multam o trabalhador. É esse tipo de tratamento que é covarde, que é sacana contra o povo, entendeu Deputado Cláudio, porque revolta a gente. Eu estou citando, aqui, até saí um pouco do tema, Porto Chuelo está assim, o pessoal lá do Mato Grosso esse tal de Grupo MAGGI, que nunca votou no Confúcio, muito menos em mim ou em qualquer político de Rondônia, e aí chega aqui manda e desmanda. E 75 famílias que moram lá, tem gente lá com mais de 40 anos que moram lá, tem umas chácaras lá. Estão impedidos de plantar um pé de mandioca, impedidos. Não podem plantar um pé de mandioca. Aí para eles viverem, eles têm que atravessar o rio e ir pegar lá açaí, pupunha de a meia, que nem diz lá no nordeste, trabalhando para os outros e dividindo lá o trabalho. Por isso, é esse tipo de política que leva o nosso Estado a esse tipo, discriminar a maioria dos trabalhadores.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LUIZ CLÁUDIO - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Luizinho. Logo após o Deputado Luiz Cláudio.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Cumprimentar, aí, todos os Poderes representados, todas as pessoas que fazem parte desta Sessão. E Procuradora, a senhora passou uns dados ali, no quadro, no slides que falava da quantidade de processos, eram 323 e na

informação fala que 57% já foram avaliados e não fala o ano, no caso esses números são de 2013?

A SRA. MARIA REJANE SAMPAIO SANTOS VIEIRA – São precisamente esses que Vossa Excelência...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Exatamente, isso.

A SRA. MARIA REJANE SAMPAIO SANTOS VIEIRA – Esse é o comparativo, tem outro quadro que mostra o comparativo de 2012, 2010, 2011, 2012. Nós fizemos um quadro comparativo desses três anos. Podemos retornar. Esse aqui é o que foi efetuado no ano de 2012.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Certo. Isso em valores, no caso lá, o quadro que tem lá é valores, e aqui é quantidades de Processos, não é?

A SRA. MARIA REJANE SAMPAIO SANTOS VIEIRA – É Excelência.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Porque o valor em si para nós, ele não tem muito significado, por quê? Porque nem sempre o valor significa o número de convênios, nós temos convênios pequenos, portanto, importantes. E eu, até o Deputado Kaká bem falou, nós sempre valorizamos aqui a Procuradoria, sempre, sempre estivemos abertos ao diálogo. E nós, que estamos aqui como representantes do povo, eu vejo assim, tudo o que tem que vai um programa, um programa de televisão, às vezes, que vai fazer chacota de alguém, faz do político. O Deputado Kaká falou que a cada dois ou quatro anos, a gente está passando pelo crivo do voto. Infelizmente nem sempre a gente tem a coragem de falar o que realmente deveria ser falado. E a gente vê algumas distorções mesmo, eu não posso falar de emenda, eu acho até que nós poderíamos relevar emenda aqui porque a emenda poderia ficar uma coisa de Deputado, uma coisa de Deputado, e aí, não é esse, o foco não é esse, o foco é um todo, é o Estado. E aqui foram colocadas algumas questões da Deputada Glaucione, da Deputada Ana, do Deputado Maurão, e nós temos muitos Procuradores que estão chegando agora, e eu sei que a grande maioria dos que estão chegando, ou que chegaram, vieram de outros Estados. E até parabéns, mesmo, foi uma coisa aberta, o Brasil inteiro participou, passou aquele que realmente tinha competência, mas a senhora se reportou a uma decisão da Câmara Federal, em relação ao chamamento e falou também que não se condena nenhum processo em andamento por chamamento. Portanto, essa sensibilidade, e isso eu aprendi com o meu finado pai, que a humildade é o maior patrimônio que o ser humano pode ter. Então, essa sensibilidade é necessária que se tenha quando se avalia, por exemplo, eu estou há seis anos aqui na Assembleia como deputado, eu, nos meus primeiros anos de mandato eu coloquei uma emenda, no terceiro para o quarto ano uma emenda, do quinto para o sexto ano a mesma emenda, até atendia uma comunidade religiosa, e nos dois primeiros biênios deu certo, no terceiro biênio não deu mais certo com a mesma origem e aí o que aconteceu? E por pior de tudo fomos receber a notícia já no fechamento do ano porque realmente se protelou essa

decisão da Procuradoria. Conclusão da história: eu como político, eu simplesmente tive que ir lá, do meu salário, peguei até financiamento, Deputado Maurão, não sei quando vou terminar de pagar, para poder cumprir com aquele compromisso, por quê? Por que na verdade eu estava, Deputado Marcos, levando um benefício, mas que como eu assumi o compromisso e demorou demais para se definir automaticamente eu não poderia me prejudicar politicamente, mais tudo bem. Superada essa fase uma personalidade minha vamos deixar de lado. A questão dos Convênios, do chamamento mais uma vez que eu estou usando agora para ilustrar a realidade. Eu já levei através de emenda minha, um ônibus, para atender a APAE de Alvorada; um veículo, para atender a APAE de Alvorada; um ônibus em parceria com o Deputado Lebrão para atender a APAE de São Francisco; um ônibus para atender a APAE de Vilhena; um ônibus para atender a APAE de Cerejeiras e é o que a gente tem forças para fazer porque o nosso recurso é pequeno. Então, eu acredito que essa questão de chamamento tem que ser vencida mesmo que a Câmara defina lá, nós temos, o nosso Governador que tem uma preocupação muito grande com o social, ele tem essa preocupação de atender essas instituições. Então, é nesse momento que cabe a sensibilidade, portanto, eu também sei que como foi dito aqui a Procuradoria tem que zelar pelo Estado, pelos recursos públicos mais que a todo momento isso deve ser verificado com muita atenção e sensibilidade, é o meu pedido para a Procuradoria, principalmente, para os que estão chegando, chegaram no nosso Estado recentemente e que a realidade de Rondônia ela é muito diferente da realidade de Minas Gerais e São Paulo porque nós somos um Estado engatinhando, Estado criança, e nem tudo o que se executa num Estado de 500 anos pode se executar aqui em Rondônia, porque senão isso pode impedir o nosso crescimento e acima de tudo o benefício que nós podemos levar ao cidadão do nosso Estado. Se nós formos entrar no mérito, Procuradora, da questão, eu ouvi falar muito aqui desse Contrato da Vigilância, e eu também não concordo com isso, não é possível, eu conheço a realidade do Estado inteiro e nós não aumentamos realmente nenhuma escola e aumentamos em três vezes o valor desse Contrato de Vigilância. Nós temos vários Sindicatos que tem realmente buscado apoio de Parlamentares da Assembleia Legislativa em relação algumas demandas que tem lá e que não é nenhuma questão se vai ser favorável ou contrário o parecer dessas lutas que os Sindicatos e alguns servidores têm, mais por outro lado eles também vem aqui e reclamam que nós temos, por exemplo, dois servidores que o ano passado receberam os dois servidores treze milhões de reais de indenização, e parece que foi escolhido num bojo de muitos servidores foi tirado dois e receberam treze milhões de reais, que significa todo o direito que eu tenho praticamente de dois mandatos de Deputado nesta Casa de emendas. Então, realmente isso a gente não pode concordar e quando se parte principalmente para uma cifra de um valor desses tem que se verificar com muita responsabilidade e eu até acho, que eu não sei se tem, mais se não tiver, quando se chega a um ponto desse quem deveria ter a obrigação e também a prerrogativa de dar a canetada final seria o Procurador Geral e o Procurador Geral Adjunto,

até porque fala de um tema assim realmente de relevância e que causa uma estranheza muito grande neste Parlamento. Nós recebemos essa notícia aqui e até hoje nós ficamos pensando como é que pode alguns escolhidos numa forma dessas. A questão das emendas, doutora, a senhora falou e não é o tema do assunto, aqui não é se limitado a emenda, mas a emenda é diferença de um Convênio contínuo que o Estado tem; a emenda que o Deputado, que o Parlamentar tem no ano de 2013, ela tem que ser gasta, tem que ser aplicada no ano de 2013, por isso que nós pedimos, nós temos que aguardar o Poder Executivo abrir o orçamento, liberar as emendas, tramitar as emendas, pagar as emendas, e quando há uma demora da Procuradoria, nos pareceres, automaticamente essas emendas podem ser sacrificadas e isso com certeza traz uma perda muito grande, para o Parlamentar traz, mas, com certeza traz mais para a população porque é exatamente, são as pequenas coisas, Deputado Luiz Cláudio, que a gente acaba atendendo com as emendas. Lá no início da conversa, até ia pedir, mas já fugiu do tema, já superamos isso, mas a pergunta era, que veio aqui do público: "se a senhora era a Procuradora, à época de dado esse parecer para o aumento desse Contrato com a Vigilância na educação do Estado de Rondônia?". Então, essas eram as colocações e aqui o Deputado Maurão entrou um pouco nisso, a questão do financeiro, eu acho a senhora como representante, até de um Poder, a Procuradoria hoje é um Poder, ela tem um poder de decisão das ações do Executivo, enfim, do Estado, como representante deste Poder lá a senhora poderia reunir esses Secretários que tem reclamado; reunir este Parlamento que querendo ou não representa o Estado de Rondônia e pode ter a grande certeza que a senhora fazendo isso a senhora só vai crescer, está aqui os nossos Poderes estão aqui, e também tem as demandas deles porque todo mundo está sofrendo com algumas decisões tomadas pela Procuradoria Geral do Estado. Então, eram as colocações que eu tinha para fazer e quando o Deputado Maurão falou hoje, eu me deparei com uma situação Deputado Maurão, pela manhã, eu até pedi a informação mais diz que foi um parecer da Procuradoria, que a Secretaria de Estado de Saúde, Deputado Hermínio, não podia mais fazer o traslado de pessoas que acabam falecendo aqui, na Capital Porto velho para o interior do Estado, porque aqui que é o atendimento do Estado de alta complexidade e que o Estado inteiro encaminha os seus pacientes de alta complexidade para serem tratados em Porto Velho e aí a Secretaria de Saúde fazia esse traslado com três viaturas que foram doadas de compensação da implantação das usinas, hoje as viaturas estão paradas, as pessoas continuam morrendo e o Estado diz que a Secretaria de Estado não pode, não pode fazer esse transporte porque é uma obrigação da Secretaria de Estado de Assistência Social. Portanto, eu não sei se é da saúde ou se é do social, mas aqui nós temos o Ministério Público e o Tribunal de Contas, e que se eles estivessem fazendo isso não importa se é a SESAU, não importa se é a Saúde, ou muito mesmo o Poder Legislativo que não tem obrigação nenhuma de executar nada. Eu tenho certeza que esses Poderes não tomariam nenhuma decisão para punir ninguém quando a gente se depara que nem hoje uma mãe e um pai que vieram aqui; um filho com 17 dias de vida faleceu na UTI do Hospital Cosme e Damião e eu

fui lá, tive que pagar a urna, o caixão, duzentos e cinquenta reais, o Estado dá, mais quando o Estado dá pela Assistência Social, tem que ser feita a determinação que tem lá, tem que ser feita quando o Estado dá a urna ou o caixão, o transporte tem que ser feito pelo Estado. No caso, para ser um transporte particular aí o quê que acontece? Tem que comprar urnas e aí a funerária tira, aí o pai não tinha condições de pagar para transportar para Vilhena R\$ 1.800,00 que a funerária queria, sabe o que eu fiz Deputado Maurão? Paguei a urna e coloquei no meu carro e fui levar lá, e também diz que é crime transportar um corpo num veículo particular, mas aí onde que a gente fica numa situação dessa? Então essas coisas é que eu venho falar da questão da sensibilidade de todos os poderes que estão aqui, eu tenho certeza que têm essa sensibilidade, e é por isso que eu peço que a procuradoria sempre tenha a boa fé a sensibilidade, e acima de tudo, o desejo de cooperar para que nós possamos aí como um todo resolver. Por que eu sei muito bem que nós nos deparamos muito com a população, e nós sabemos mais do que qualquer um qual é o problema que o Estado, que as pessoas do nosso Estado têm e que o Estado se encontra. Por isso o motivo de essa convocação aqui hoje, e nós termos assinado para que a senhora estivesse aqui. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu vou passar a palavra ao deputado Cláudio, está lá o deputado Zequinha, está o, mas vamos ser mais objetivo para depois nós irmos para os encaminhamentos. Vamos ser bem objetivos para depois o doutor Roosevelt vai também falar e logo após a fala do doutor Roosevelt nós vamos já fazer os encaminhamentos. Deputado Cláudio Carvalho.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Senhor Presidente, cumprimentar a Procuradora Geral, Maria Rejane; em nome do Presidente do Tribunal de Justiça. Cumprimento todos da Mesa. Nobre Deputado Kaká, ainda bem que no Direito não tem unanimidade, então a vantagem que é exatamente para ter o direito do contraditório. Quanto à questão das emendas senhor Presidente, eu entrei nesta Casa a pouco, ainda não comecei a trabalhar de fato eu não tive problema dessa natureza. No entanto, entendo que as emendas nada mais são do que convênios, a diferença que é uma vontade originária do Poder Legislativo, que é que está mais próximo do povo até. Então eu não vejo diferença entre os convênios comuns e as emendas parlamentares que são originárias desta Casa, e precisa ser feito é claro, que desde que cumpra um rito legal, regido por uma legislação vigente. Uma outra situação da questão do que a gente percebe da justiça, a melhor justiça doutor Francisco Afonso é aquela que no momento de aplicar a lei, se analisa a questão social de quem está envolvido. Hoje nós tivemos agora a pouco aqui a apresentação de um requerimento assinado por oito Deputados desta Casa, encaminhando ao Presidente do Tribunal de Justiça e ao Governador do Estado, um problema que está eminente de acontecer aí, de uma retirada de mais ou menos duas mil famílias aqui de uma área, praticamente dentro dessa cidade do setor chacareiro, que está para acontecer, se a polícia for tirar aquele povo, vai acontecer um enfrentamento, porque a

vida daquelas pessoas, há mais de doze anos, tudo o que eles pegam é para fazer aquele investimento. Então é algo dessa natureza que a procuradoria do Estado, Tribunal de Justiça, mesmo tendo uma questão legal a ser cumprida, precisa analisar com muito carinho, sobretudo nesses casos da questão fundiárias do nosso Estado. Que muitas pessoas adquiriram terras aqui da forma que a gente não sabe como, ter tanta terra nas mãos de tão poucos, e outros sofrendo querendo trabalhar e não tem um pedaço de terra para plantar. Entre a questão legal jurídicas colocadas na prática nos artigos de todas as legislações, no cumprimento dela, precisa saber quem efetivamente está lá sofrendo e precisando de um aparato social. E é isso que a Procuradoria do Estado precisa estar sempre, ir junto com o judiciário e o parlamento e o Executivo, pensando no bem comum das pessoas para que efetivamente a justiça, faça a justiça. Eu estive em Extrema um Distrito que fica há trezentos e cinquenta quilômetros da nossa capital, e ainda pertence a Porto velho, nesse final de semana, encontrei um funcionário da SEDAM, que tem mais de vinte anos que trabalha na SEDAM, e ele relatava esse problema, que eu estou vendo uma faixa aqui no fundo, na questão do PCCS. E ele me dizia: Deputado vocês aprovaram uma Lei lá na Assembleia que dá esse direito do enquadramento e a Procuradoria do Estado, no entanto, não reconhece que nós aqui trabalhando há mais de vinte anos, porque não sou originário diretamente da SEDAM, tenha esse direito. E ele colocava, e eu já fiz multa de um milhão e quinhentos mil reais para o Estado de Rondônia, se eu não tenho direito a ser enquadrado nesse PCCS, e a minha multa teve validade para fazer essa arrecadação. São essas indignações que no mínimo senhor Presidente, eu como Deputado ou como um cidadão comum, que a gente observa de uma pessoa leiga na lei, que a gente precisa fazer efetivamente essa diferença, entre a aplicabilidade da lei de um lado e do outro, para não gerar a questão de dois pesos e duas medidas. Portanto, eu entendo que cabe uma legislação estadual é claro, que da vontade do Governador, porque não pode nascer deste parlamento o enquadramento desses, que já são funcionários da SEDAM, para que eles tenham o direito, porque se não esse PCCS nada mais foi, do que a provar uma legislação para quem nem existem ainda, os futuros funcionários. Quando na realidade esta Assembleia quis com esses Deputados aqui, porque eu não estava aqui, era fazer a correção de uma injustiça para esses funcionários, e nada disso surtiu efeito. Para isso é que precisa o Governador e a Procuradoria do Estado ter essa sensibilidade, para que essa aplicabilidade da lei não tenha dois pesos e duas medidas. Obrigado senhor Presidente.

O SR. MARCOS DONADON – Senhor Presidente, Questão de Ordem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Vamos ser bem objetivos. Deputado Zequinha.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO – Obrigado Presidente, eu quero apenas dizer, também cumprimentar todas as autoridades na pessoa do senhor e da nossa Procuradora, e também ser rápido porque nós temos aqui os companheiros que são da Chácara e

que nós temos que dar uma atenção especial, pessoas que estão aí a mais de dez anos morando ali, e que hoje se veem, ao invés de ter uma regularização fundiária nós estamos vendo ali, são pessoas com mandato de despejo e isso aí para nós, nos entristece muito, temos que resolver. Eu gostaria apenas de falar a senhora Procuradora que de minha parte e de muitos companheiros, a gente nota claramente, que não há essa desconfiança de que a Procuradoria esteja agindo de um lado, ou de outro, usando termos errôneos, principalmente, contra nós Deputados. Mas entendo também que nós Deputados não podemos ter também por parte da Procuradoria essa desconfiança, desconfiança que a gente nota às vezes, quando vai falar com a Procuradoria, com autoridades que venham fazer algumas perguntas, e a gente percebe que, parece assim que estão duvidando do que nós estamos levando para lá. Na verdade o que nós levamos para lá é legitimado pela população, quando nós estamos fazendo uma emenda, e aqui os companheiros já falaram, nós fazemos legitimados pela população, quantas emendas, antes de fazer as emendas nós passamos pela comunidade conversamos com eles, vemos o que é importante para a população, daí é que surge, daí é que emerge justamente essa vontade popular e daí a gente transforma nas emendas. É por isso que nós temos convicção daquilo que nós fazemos e dizer também que os sindicatos e muitos companheiros de sindicatos, sindicalistas, pessoas que estão aqui não é à toa, certamente eles estão porque tem alguns que também nos procuraram e falaram que as vezes não estão conseguindo sequer falar na Procuradoria com a pessoa que eles procuram. E aí a gente gostaria, a EMATER é um exemplo de pessoas que estão lá sofrendo bastante com essa falta de estabilidade porque não sabem se hoje são do poder público ou se são privados, se é mista ou o quê que é, e na verdade quando buscam, desde 71 que a EMATER foi instituída e hoje a EMATER/RO vive sofrendo uma consequência muito drástica e a população e os servidores de lá sofrendo assim muito com isso daí. E nós gostaríamos que tivesse um olhar claro em relação ao pessoal da EMATER, um exemplo da EMATER, outro sindicato, outros servidores que também precisam e é nesse sentido que nós gostaríamos de falar, e dizer que nós estamos à disposição, a Assembleia Legislativa é um poder independente que também busca justamente fazer isso, e por quê? Para finalizar dizer, que gostaríamos de sugerir que houvesse dentro da Procuradoria um entendimento para que buscasse outros órgãos, pessoas jurídicas, buscasse junto ao Governador, a própria Assembleia pode se propor, se colocar à disposição também. Nós temos um corpo jurídico, e porque se têm tantos processos atrasados, porque não se fazer um grande mutirão para que a gente pudesse resolver situações menores, situações, onde às vezes pode se perder por decurso de prazo ou coisa parecida. Então fica a sugestão e fica o agradecimento também pela sua presença e todos os companheiros aqui. Muito obrigado.

O SR. MARCOS DONADON – Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não Deputado Marcos Donadon.

O SR. MARCOS DONADON – Continuando as colocações aqui feitas, e aqui elogiar essa audiência essa reunião para debater todos esses temas, e aqui também agradecer a presença dos poderes constituídos que com a presença do doutor Roosevelt, doutora Érica do Tribunal de Contas, o doutor Euler; nosso representante do Ministério Público, os Deputados Estaduais, os Procuradores do nosso Estado. Então é um prestígio para essa reunião aos assuntos aqui debatidos, Procuradora, então para nós é motivo de alegria receber os demais poderes aqui nesta tarde. E dizer Procuradora que da minha parte estou satisfeito com o esclarecimento de Vossa Excelência referente a esse assunto das emendas e até aqui dizer que esse chamamento público, acredito eu, que seja importante no futuro como a senhora bem disse, mas de uma forma planejada, não de uma forma abrupta, repentinamente, sem um planejamento, sem uma discussão, sem debater com a Assembleia Legislativa, porque aí pegou todo mundo de surpresa e isso reflete negativamente para os deputados estaduais, na verdade como Poder Executivo também porque, de uma certa forma nós estamos também anunciando que o governo vai liberar essas emendas. Então, sobre esse assunto, dizer que futuramente o chamamento público, acredito eu que seja importante sim, mas um grande debate, uma grande discussão com esta Casa, com os demais Poderes constituídos, acredito eu que tem tudo para aprimorar, mas de uma forma mais planejada, mais organizada. E aqui parabenizar a senhora pela tranquilidade, pela postura de uma grande mulher, uma pessoa honrada que tem feito um papel exemplar na defesa dos interesses do Estado de Rondônia. Tive oportunidade de estar com a senhora algumas vezes e percebi sempre, na senhora, uma boa vontade, uma mulher batalhadora. Então, quero aqui, de público, elogiar a senhora como as demais mulheres aqui, aproveitar que dia 08 de março é o Dia Internacional das Mulheres, homenagear todas as mulheres na sua pessoa, que é uma mulher guerreira e trabalhadora. Parabéns pelo seu trabalho.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Meu líder, Deputado Edson.

O SR. EDSON MARTINS – Eu gostaria de também cumprimentar as autoridades que compõem a Mesa, dispensar as formalidades...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Só um minuto. Eu queria dizer o seguinte: tem algumas questões que daqui a pouco a Procuradora vai responder, principalmente a questão da deputada Glaucione, com relação aos nossos servidores. Essa questão das emendas já foi falado demais, inclusive já está resolvido. Vamos ver a questão, as outras perguntas, não vamos falar mais nesse negócio de emenda. Agora, deixo o nosso líder falar, meu líder, não é mais do governo.

O SR. EDSON MARTINS – Cumprimentando todas as autoridades, dispensar a formalidade. Foi preciso eu sair, tive um probleminha de saúde, na vista, fui ao médico, ali no Dr. Marcelo, mas eu não pude acompanhar toda discussão. Mas eu gostaria, até conversando com o Presidente, alguns Deputados, quando o assunto tão discutido era a questão das

emendas. Dr.^a Rejane, eu tenho um grande respeito pela senhora, acho que é uma profissional e sei da dinâmica, da amplitude da discussão jurídica, às vezes, não há entendimento dentro da PGE, às vezes é um assunto um pouco discutido porque às vezes os Procuradores conseguem celebrar um convênio com um município ou com uma entidade e outros não conseguem, mas a gente entende que isso fica realmente dentro da discussão técnica, da discussão jurídica. Essa questão das emendas, Dr.^a Rejane, acho que é fundamental para os deputados que estão lá na base, que conhecem as entidades responsáveis, que trabalham, que prestam realmente um serviço para a comunidade e eu acho que nós, até quando defendi com alguns deputados essa ideia brilhante essa questão da chamada pública, mas não nesse momento. Eu acho que isso seria, talvez, uma ideia brilhante. Eu acho que precisa realmente, as entidades que vão receber um benefício, elas precisam ter objetivo de prestar serviço, de atender com aquele benefício que ela vai receber para ela promover a melhoria da qualidade de vida da população. E a gente percebe que tem muitas associações que às vezes tem até recurso parado nas associações. Mas isso, eu acho que os deputados têm feito com muita responsabilidade. Eu tenho um pequeno recurso, Dr.^a Rejane, de cinco mil reais, que eu já coloquei numa pequena associação, de um pequeno equipamento, é uma despoldadeira de fruta ou uma padaria comunitária, no distrito de Tancredópolis, próximo a Alvorada, uma padaria comunitária, a gente chega lá e vê a alegria daquelas mulheres quando elas, eu passando por lá, e elas disseram: - Deputado, hoje nós fizemos, todos os dias a gente faz cinquenta pães caseiros e a gente entrega por aí e isso gera renda para a gente. Então, eu acho que é muito importante esses recursos que chegam lá na associação, mas nós não estávamos preparados, acho que nem o Estado, nem a EMATER, a gente não tem condição de dar esse assessoramento técnico e jurídico às pessoas, às vezes, adequado. Seria um momento, talvez, inoportuno para a gente fazer esse chamamento público, porque com certeza ninguém, nenhum deputado ia conseguir liberar uma emenda para uma associação, por mais que ela tivesse viabilidade realmente de um projeto, por falta, às vezes, de um acompanhamento técnico. Então eu acho, isso aconteceu comigo, quando Prefeito. Eu me lembro de uma época que nós tínhamos uma briga lá, todas as associações querendo receber um trator e nós baixamos um decreto de repente, que todas as associações apresentassem um projeto dizendo o objetivo, para o que eles queriam aquele equipamento. E aquelas que apresentassem o melhor projeto receberia o recurso. E aquelas que tinham realmente um projeto de atender mais famílias, mais pessoas com mecanização, recebia aquele recurso. Então eu acho que é louvável, Dr.^a Rejane, eu acho que o pivô da discussão seria a questão das emendas, mas eu acho que no momento nós precisamos realmente dessa transição, desse chamamento público, um tempo de dois anos, de três anos para que isso pudesse realmente acontecer. Eu tenho até que elogiar. Eu acho que a PGE esse ano, quando estivemos lá, discutindo coisas de interesse da comunidade de Urupá, com o Dr. Frank, com o Dr. Leonardo, com a Dr.^a Rejane, eu acho que houve aquela compreensão na colocação, uma fábrica de gelo que eu discutia lá para o município de Urupá, um aditivo que

realmente foi muito bem discutido e acharam uma forma, aditivaram o prazo e vai acontecer, se Deus quiser, aquele benefício lá no município de Urupá, que os piscicultores estavam saindo de Urupá para buscar gele em Cacoal. Um absurdo! Ou em Porto Velho, para atender o município de Urupá e nós perdemos cento e trinta mil reais por questão de aditivar um convênio. Então eu acho louvável essa ideia, essa discussão aqui. Agora, eu gostaria, Dr.^a Rejane, de dizer, que eu acho que foram muito boas as explicações, foi bom a senhora estar aqui. E quando chegar lá um projeto de uma emenda de algum deputado, para atender uma comunidade, uma pequena emenda, eu acho que a senhora, que todos os Procuradores têm que realmente levar a sério, aquela que puder firmar esses convênios, aquela que puder se habilitar, é lógico que ela tem que estar adimplente para receber, porque um pequeno recurso, Dr.^a Rejane, às vezes, faz uma diferença muito grande, lá numa comunidade distante e eu gostaria de deixar aqui esse pedido. Muitos outros assuntos foram discutidos, mas nessa questão das emendas eu sou testemunha de que realmente precisa ter esse prazo, precisa ter esse entendimento da PGE para que possam as coisas acontecer. Seria essa a minha colocação. Meu muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Edson. Acho que a senhora respondeu quase sobre tudo, a questão do servidor, a pergunta, o questionamento da Deputada Glaucione e depois nós vamos para os encaminhamentos. Porque logo após a senhora, nós vamos passar para o Presidente Roosevelt, logo após a fala do Dr. Roosevelt nós vamos para os encaminhamentos para que essa audiência não fique chata.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Eu fiz a pergunta para a Dr.^a Rejane, ao Dr. Luizinho, e ela respondeu algumas e a nossa não foi respondida. Eu estou preocupado...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – De resgatar o dinheiro, de buscar o dinheiro?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – É. Pelo que ela falou ela não tem nem conhecimento do que estava acontecendo. Agora, se tem um processo que foi licitado há mais de um ano e que a empresa que ganhou foi desclassificada por causa de uma certidão, é justo o Estado de Rondônia perder mais de trezentos milhões por causa de um trâmite que poderia ser regularizado? Queria que ela respondesse tanto essa como a dispensa, porque eu estou preocupado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Maurão, ela vai responder. Vamos, nos encaminhamentos a gente vai exigir isso do Estado. Ou o Estado faz isso, busca, antes de vencer o prazo, até maio, em tempo, ele vai buscar esse dinheiro, recuperar esse dinheiro de volta para o Estado ou nós vamos entrar com uma ação contra o Estado, contra o Governador e

contra a Procuradora por irresponsabilidade, incompetência e tudo o que for possível por nas costas. Isso não tem acordo. Eles têm que fazer o papel deles e buscar. Isso nos encaminhamentos vai ficar aqui o compromisso da Procuradoria de entrar com essa ação, sair daqui e já buscar isso para poder pegar esse dinheiro de volta.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Presidente, só complementando, eu estou preocupado. Eu estou aqui há quatro mandatos como deputado, tive um mandato como prefeito e hoje vejo aqui tanto recurso sendo prescrito, perdendo prazo, cinquenta e quatro Procuradores e aí você vê os recursos aí, só em um dia se anunciou sete, oito que foi perdido. O Deputado Kaká, em outro dia, mais uns oito, dez e aí isso está acontecendo todos os dias e está sendo alertado. Nós já fizemos outra reunião e cobramos da PGE é a perda desses recursos que o Estado está perdendo, então eu estou aqui Deputado Lebrão já há quase vinte anos, eu nunca vi uma PGE, hoje e quatro grupos pelo menos, você chega lá na PGE um puxa para um lado, outro puxa para outro, está assim, como é que o Estado vai dar certo se ela é o coração do Estado, ela tem a responsabilidade de tudo isso e hoje você vê a PGE nossa na situação que está. Doutora Jane, eu não quero atribuir essa culpa a V. Ex.^a. só não, eu vejo a tua vontade, mas eu vejo, e já falei com V. Ex.^a, a dificuldade de V. Ex.^a. administrar esse cargo por causa dessa divisão, a senhora às vezes quer que puxe, mas tem outros puxando contrário, tem outros puxando para que dê errado e isso o Estado de Rondônia está perdendo todos os dias. Eu espero que essa nossa convocação tenha resultado e o governo venha realmente fazer alguma coisa para que o Estado não venha continuar perdendo como vem perdendo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Doutora Rejane.

O SR. LEBRÃO – Presidente, só para uma Questão de Ordem. Eu acho que todos os deputados fizeram uso da palavra e eu gostaria de fazer um pequeno uso da palavra, apenas de meia hora, para a gente concluir essa reunião aqui. Cumprimentar todas autoridades que hoje compõem o parlamento do Estado e todo público presente. E dizer, Doutora Rejane, que existem dois motivos para que a gente convide os representantes maiores do governo para participar de uma reunião como essa, uma delas é a insatisfação do povo do Estado de Rondônia e aqui representados pelos Deputados, e a outra é quando nós damos as nossas Medalhas de Mérito às pessoas que prestam relevantes serviços para com o Estado de Rondônia, e o convite, a visita de S. Ex.^a. neste momento aqui é dada a insatisfação da Assembleia Legislativa quanto a morosidade que existe realmente hoje na Procuradoria Geral, e o desentendimento. Eu quero dizer que já tive a oportunidade através de emendas parlamentares minhas mesmo de ver três pareceres diferenciados, primeiro de produtos remanufaturados que não foram aceitos, mudaram para produtos novos e depois logo em seguida voltou a ser aprovado, e outros com pareceres que chegam a ser até cômicos e eu não vou nem dizer o que aconteceu aqui, e aí dá a impressão que existe e que realmente existe esse desentendimento e aí as pessoas cobram – será

que os procuradores que hoje compõem o Estado de Rondônia são inexperientes? Eu quando era mais jovem, enquanto meu pai era vivo, eu sempre procurava a opinião dele para poder fazer os meus negócios, e eu vejo hoje que é preciso aprender um pouquinho mais e S. Ex^a. disse em seu pronunciamento que estamos vivendo sempre um aprendizado e a gente vê aí o Estado sendo prejudicado e hoje nós temos aqui, olha, cento e setenta e nove funcionários da SEDAM que, infelizmente, não foram inseridos no plano de carreira, isso prejudicou sem dúvida nenhuma esses servidores e a gente gostaria imensamente que hoje a PGE através de seus procuradores, que são 54 procuradores, que quando tivesse alguma dúvida procurasse a experiência daqueles que já ocuparam esses cargos dentro do Estado de Rondônia para poder agilizar, agilizar e fazer com que o Estado continue crescendo da maneira que nós queremos que cresça e da maneira que o povo do Estado de Rondônia merece e tanto precisa do serviço público no Estado de Rondônia. Então são essas aqui as minhas colocações, e agradecer todos aqueles que participaram dessa grande reunião, e parabenizar o deputado Kaká Mendonça que falou tudo e mais um pouco, eu acho que não precisaria mais ninguém fazer uso da palavra depois de sua explanação, e principalmente sendo líder do Governo aqui na Assembleia legislativa. Obrigado.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO – Presidente, só uma informação.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Só dez segundos.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO – Informar, essa questão da transposição, a Deputada Marinha Raupp acaba de aprovar em caráter de urgência o projeto que garante o pagamento de salários a partir de 1º de janeiro de 2014, está tudo certo, foi em caráter de urgência, e é importante falar para a população que quer saber.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu, desse povo aí eu só acredito quando eu ver, eu não acredito em conversa não, enquanto tiver esse casal aí, essa dupla aí engana muito o povo de Rondônia, eu não acredito em conversa desse povo não, só quando eu ver. Com a palavra a Procuradora.

A SRA. MARIA REJANE SAMPAIO SANTOS VIEIRA – De fato ficou faltando a resposta que o senhor merece, embora nós já tenhamos tratado do assunto. Talvez eu não tenha sido evidente o suficiente, mas mais uma vez eu digo ao senhor que de fato o senhor levou uma cópia do procedimento administrativo que tramitou aqui na Assembleia Legislativa para meu conhecimento, não é? E o que eu devo dizer para o senhor é que tem que haver se efetivamente a intenção e o desejo do Estado, do Governo for capitanear um processo nos moldes do que houve aqui na Assembleia ao invés da opção da licitação pública tem que haver um início de um procedimento desse tipo para ser encaminhado à PGE. Mais uma vez eu registro, Deputado, a PGE não é contra e nem poderia ser, seria até criminoso dizer isso que nós estamos contra a recuperação dos créditos, de jeito nenhum, em hipótese alguma. Entretanto o procedimento que chegou dentro da PGE para ser analisado

com objeto semelhante foi um processo que foi licitado e foi para a PGE para quê? Para que nós pudéssemos nos manifestar a respeito de um pleito de uma das empresas concorrentes. A empresa queria que novo prazo fosse aberto para que ela pudesse apresentar documentos de habilitação, a SUPEL disse que não poderia mais porque já havia vencido o prazo legal, o que a PGE fez foi dizer “realmente a SUPEL está certa” e sugerir que fosse dado andamento a esse procedimento. Agora qual vai ser a decisão em relação a esse processo eu não poderia aqui, neste momento não seria correto dizer ao senhor que o procedimento será este ou aquele. O que posso dizer ao senhor é que a Procuradoria tem procurado, tem investido nesse assunto o senhor pode ter certeza, eu mesma já encaminhei ofícios relativamente a esse assunto para que esse tema e essa preocupação que o senhor tem que é louvável, eu entendo, eu compreendo o senhor que efetivamente isso seja levado a frente e que nós evitemos essa perda de recursos, que efetivamente eu não sei os valores, mas V. Ex^a. mencionou aqui um determinado montante que me parece que é mais ou menos o mesmo que foi mencionado pela imprensa, mas quero dizer para o senhor isso. E dizer que essa suposta falha não pode ser imputada à Procuradoria do Estado, a Procuradoria agiu e o que eu percebo é que está havendo uma preocupação em relação a esse tema, esta semana mesmo nós tivemos uma reunião na Procuradoria para tratar desse assunto, não posso dizer para o senhor agora, não teria dados para isso, para lhe dizer efetivamente qual vai ser a decisão, mas eu não poderia deixar de fazer esse registro para que o senhor compreenda o que efetivamente eu já tinha falado. Obrigada.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – E sobre a questão dos servidores, de enquadrar os servidores no plano, o que a Procuradoria fez colocar?

A SRA. MARIA REJANE SAMPAIO SANTOS VIEIRA – Sr. Presidente, a quantidade de processos que ingressam na PGE é muito grande, eu efetivamente não posso me dirigir a esses servidores e falar efetivamente a respeito do parecer que foi proferido no âmbito da PGE porque eu não recebi essa, na minha convocação isso não consta. O que posso falar para os senhores é que em outros momentos em relação a outros servidores quando se falava em enquadramento, eu não sei se é efetivamente esse o assunto, nós já tivemos decisão do próprio Tribunal de Justiça em relação a isso, então nós temos que verificar efetivamente se os servidores foram concursados, existem uma série de detalhes que devem ser avaliados, embora eu concorde plenamente com o senhor da necessidade de se olhar com muito respeito a situação desses servidores, agora também não posso também ser pega assim de surpresa com um tema para o qual eu não vim preparada, eu não tenho este assunto em pauta e eu peço desculpa a V. Ex^a, mas eu não tenho.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu queria dizer o seguinte: aí é que está deputada Glaucione, quantos meses eu acho que já faz anos que nós estamos e a procuradoria nem sabe e deu o parecer contrário, nem estar sabendo o que está

acontecendo, mas já deu o parecer contrário. Só em Rondônia mesmo!

A SRA. GLAUCIONE – Questão de ordem Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não Deputada.

A SRA. GLAUCIONE – Só para encaminhar o assunto Dra. Rejane, esse processo hoje, ele está na SEAD conforme informações com parecer contrário da PGE. Eu gostaria de fazer um pedido de reencaminhar esse processo direto para Procuradoria Geral, para a Presidência para que só analisasse com bastante carinho essa situação uma vez que o DETRAN já aconteceu à mesma coisa, o DER já aconteceu à mesma coisa, a Educação já aconteceu à mesma coisa. Então nós temos assim tratamentos diferenciados. Eu gostaria muito que a senhora pessoalmente tratasse desse assunto porque esses servidores são cento e setenta servidores ansiosos que nós estamos reunindo desde abril de 2012. Então eu gostaria sim de fazer um pedido de reencaminhamento do processo para a PGE se há possibilidade.

A SRA. ANA DA OITO – Uma questão de ordem Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não Deputada.

A SRA. ANA DA OITO – Eu gostaria que a procuradora respondesse a pergunta do Deputado Luizinho.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Qual foi a pergunta Deputado Luizinho?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – O público aqui mandou uma pergunta em relação aquele contrato, se quando foi aumentado o contrato da vigilância, se a senhora que estava à frente da Procuradoria.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não ela disse que não sabe disso, depois é que vai tratar desse assunto que não estar sabendo também não.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – O encaminhamento, eu gostaria que fosse franqueado agora à palavra aos poderes também que estão aqui.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – A questão desse contrato Deputado Luizinho, nós vamos pedir, nós vamos requerer o contrato antes do Cassol, da época que era o Cassol, e depois que o Confúcio assumiu, e nós vamos dar uma analisada nele e nós não precisamos de procuradoria para nós dar um jeito nele não, é nosso porque ali não precisa nem a gente ser tão inteligente para saber a má fé que tem nesse contrato, e nós vamos propor, eu acho que a Assembleia pode fazer isso e o Dr. Everton também, o Ministério Público também já vai tomar providência no sentido de nós acabarmos com essa pouca vergonha que é esse contrato. Olha Presidente, e pior que nós vamos trabalhar para derrubar esse contrato e é

propondo, por exemplo: o Estado colocar aqueles equipamentos de câmaras nas escolas é 99% mais barato e outra coisa não tem corrupção, não tem propina, não tem falta, outra coisa roubaram lá um dia desses a Secretaria ninguém viu, ninguém viu, aí como eu te falei e que nem o deputado Maurão, fala é melhor Presidente Roosevelt, é melhor nós deixarmos ser assaltado todo dia Promotor Afonso, do que esse contrato, esse contrato é muito pior do que se os assaltantes todo dia roubassem nossas escolas, não existe assalto maior do que esse contrato, se todos os dias os vagabundos entrar nas escolas e pegar um computador, pegar alguma coisa da escola é mais barato do que esse contrato, é melhor a gente ser roubado pelos moleques aí da rua, pelos malfeitores da rua de que legalmente dando a legalidade e com certeza um contrato desse deve ter passado pela Procuradoria do Estado independente de quem era procurador geral ou não e foi endossado lá como legal.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Questão de ordem Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Gostaria de colocar junto a esses requerimentos todos, requerimento de uma contratação de uma consultoria feita ainda no início do mandato de 2011, no ano de 2011 nesse mandato, a respeito de uma consultoria para tratar dívida do BERON, salvo engano, chega um montante de cinco milhões de reais um escritório de advogado, escritório de advocacia. Então eu gostaria que fosse requerido também isso para a gente comparar o tramite da contratação dessa consultoria para defesa do banco BERON que chega a cinco milhões de reais, mas também algumas modificações com êxito na defesa. Eu gostaria que fizesse aí o requerimento para a gente apreciar o tramite do momento de que se pediu a contratação da consultoria até efetivar o contrato, até a efetivação do contrato, para a gente comparar com aquilo que nós estamos dizendo aqui a respeito de restabelecer os créditos de previdência porque que notório, Procuradora, que a gente fique discutindo esse assunto porque todas as medidas que nós procuramos até agora da Secretaria de Fazenda para a recuperação estrutural da economia do Estado vem de medidas como essa de recuperação de crédito, da renegociação da dívida do BERON. Então o que a gente pergunta, qual é a medida rápida para se recuperar o Estado de Rondônia? Recuperar os créditos, então bate nessa questão da PGE por isso que foi massificado, foi tanto batida aqui essa questão, porque a Secretaria de Fazenda SEFIN, diz que a primeira atitude do Governo do Estado para recuperação econômica é a recuperação dos créditos previdenciários. Então é isso que a gente quer, a gente quer fazer um comparativo, eu peço para que Vossa Excelência nesse pacote de requerimento aí, o requerimento desse contrato de consultoria.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu só queria só para complementar no quadro dos servidores da educação tem uns trabalhadores que poderiam junto com esses equipamentos de câmara e tudo que fazem um serviço muito

bem, está o Manoelzinho, está o pessoal do SINTERO aí que sabe muito bem disso, nós temos os nossos servidores que podia também fazer isso que praticamente estão lá sem ser bem usados. Passar a palavra para o nosso Presidente Roosevelt, para que ele faça a sua explanação.

O SR. ROOSEVELT QUEIROZ DA COSTA – Cumprimento a Mesa na pessoa do nosso Presidente da Assembleia. Estamos aqui na Casa do povo um Poder Legislativo, o Executivo aqui representado pelo Dr. Marcos Antônio, Chefe da Casa Civil, o Judiciário na minha pessoa, o Ministério Público tanto estadual como também do atuante lá no Tribunal de Contas, o nosso próprio Presidente do Tribunal de Contas. Enfim, eu tenho repetido, o Estado somos todos nós, quero louvar agradecer por essa Audiência Pública porque estar tratando de interesse do Estado, todos nós envolvidos com essa problemática e que interessa a todos nós, e nós como representantes de Poderes ou Instituições nós temos mais é que realmente cumprir o dever de casa. Eu na verdade, me faço presente na verdade, em primeiro lugar prestigiando o Poder Legislativo que tem sido nosso parceiro no sentido de melhorias do Estado e prestigiando também a Procuradoria do Estado. Bom, todos sabem que a situação, a posição do Poder Judiciário é uma posição delicada, diz que a jurisdição é inerte, ou seja, o Poder Judiciário não pode ter a iniciativa de determinadas demandas, de determinadas providências. Então o Tribunal de Justiça, o Poder Judiciário é aquele que fica aguardando as demandas que vem através dos advogados, da Defensoria Pública, da Procuradoria do Estado, do Ministério Público, então nós não podemos muito tecer considerações em determinadas matérias porque isso não é admitido, não é permitido. Mas de casos passados nós podemos fazer algumas observações, aqui o Deputado Kaká fez uma observação muito interessante que a Procuradoria não deve tratar de interesses do governo, mas do Estado. Eu lembro aqui um caso muito interessante, eu fui relator de um caso em que os oficiais militares do Estado conseguiram uma lei na Assembleia Legislativa isso é coisa antiga e não é nem uma crítica ao Poder Legislativo, mas conseguiu uma lei no sentido, é mais ou menos isso, é uma coisa antiga, conseguiu uma lei no sentido de que os militares do antigo território, eles deveriam ser alijados não teriam o direito a promoções, quando a Lei é Federal é clara no sentido de que ele ficaria nas mesmas condições daqueles que vieram concursados posteriormente. O executivo, o Governador na ocasião, não é o governo atual, chegou a baixar um decreto em sentido da lei que conseguiram aqui para atender determinado grupo de oficiais. É importante isso, a Coronel Angelina, olha que mulher corajosa, e é a mulher que mais permaneceu quase 08 anos como Comandante Geral da PM e no mesmo governo e que tinha dado o decreto que era para ser cumprido, ela não cumpriu o decreto porque realmente estava atentando, afrontando a Lei Federal, era algo inconstitucional, algo absurdo. Então, eu, no meu voto, foi no sentido de atender aquele pleito da Comandante Geral, porque realmente estava adequada a Lei, ou seja, a justiça não era nem o decreto do Governador e nem a Lei que estava em determinado sentido e nem o decreto do Governador, quer dizer, é isso que o Deputado termina de dizer, é atender o interesse do Estado, é o interesse social.

Recentemente o Dr. Isaías que veio da Procuradoria, foi meu aluno na Escola de Magistratura, recentemente ele deu uma palestra para os novos, eu acho que foi os novos magistrados, o pessoal da Escola da Magistratura e ele exatamente com esse espírito público estava dando uma série de exemplos, em que a Lei, a letra fria da Lei é uma interpretação, mas com espírito público, interesse social, você tem que dar um outro entendimento. Aqui me faz lembrar, o Tribunal de Justiça, o Presidente tem um corpo jurídico para dar determinados pareceres, olha que coisa absurda, é aquilo que realmente foi lembrado aqui, cada assessor jurídico dando esse ou aquele departamento; espera aí, se são assessores do Tribunal de Justiça, do Presidente da Justiça, estão ali para me assessorar, como é que eu vou admitir um determinado, é claro que os Procuradores vão lembrar que tem a sua independência jurídica, etc., mas tem que, aquilo que foi bem dito aqui, tem que atender o interesse público, o interesse social, o interesse do Estado e eu estou dando o exemplo de um ex-procurador do Estado, o Dr. Isaías que hoje é Desembargador, que ele deu diversos exemplos que o entendimento seria um que na verdade o entendimento, a justiça é noutro sentido. Então reuni o pessoal da minha assessoria; espera aí: olha, vocês estão aqui para me assessorar. E muitas vezes tem determinado, já vi chamando atenção para alguns casos em que tem um determinado entendimento muito, quer dizer, atendendo a letra fria da lei, quer dizer, isso hoje já é corrente, é tranquilo no sentido que o juiz que é o interprete e aplicador da lei, ele na deve ser voxlegem, ser o escravo da lei. Então, é isso, quer dizer, o juiz, é aquela história, se você for um escravo da lei, você não precisa de magistrado para julgar, você basta colocar o problema no computador, coloca a lei e lá na frente está o resultado. Então, para isso que nós precisamos de interpretes, de pareceres realmente inteligentes, pareceres realmente que venha atender não o interesse de grupo ou do governador, mas o interesse do Estado, o interesse social. Eu passei, eu fui, eu fui membro da Câmara Especial e essas Câmaras Especiais, elas julgam os casos em que o Estado é réu ou é autor; eu lembro muitas situações lá que, por exemplo: nós temos, eu não vou entrar muito em detalhes e que os procuradores tenham nessas minhas observações críticas construtivas. Eu tenho uma filosofia lá em casa, de vez em quando, quando tem algum problema eu faço a mesa redonda ou eu vejo algum defeito ou alguma coisa que não estar correta, eu chamo atenção, as vezes o pessoal lá em casa chama: ah! Para!, isso vai ofender; não! vai melindrar, não! é uma crítica construtiva para gente que tem mais experiência realmente entrar nos trilhos. Então, infelizmente, realmente isso não é dessa gestão, é coisa antiga, por certo não é caso dos procuradores presentes aqui, que inclusive é ex-, alguns aqui são ex-alunos, são procuradores novos que realmente estão aí nessa linha de frente com propósito de fazer o melhor. Mas eu lembro aqui da Dra. Rejane, eu quero fazer coro a todos os elogios a ela e aos demais procuradores, como a Dra. Regina, que atender, é aquela que atende os pleitos do Tribunal de Justiça, foi designada para isso; a Dra. Jane, que é uma das antigas procuradoras, pessoa de bem também, o Dr. Ivanir Borba, também um dos antigos, foi aluno, o Dr. Luiz Cláudio, dr. Luiz Cláudio, o senhor que está aí nessa, nessa função aí

dos casos das dívidas públicas, das dívidas ativas, eu não sei se só um procurador seria suficiente, são dois não é, mas ainda não sei se tem realmente um corpo de outros profissionais para atender, porque eu acho que o grande gargalo, o grande gargalo mesmo senhores, nós já reunimos já diversas vezes, os Poderes e as Instituições, inclusive com o governador, a grande preocupação é exatamente bilhões, isso aqui é uma observação, é uma crítica, é uma exortação, realmente essa Audiência Pública, tem todo sentido, realmente os senhores procuradores tem que está atento, o próprio governador, são bilhões de cifra que deveriam ser arrecadados para o Estado e que só deve vir através de demandas ajuizadas pela Procuradoria. Então, e são dívidas que estão prescrevendo, daqui a pouco não adianta mais, entendeu, então o grande gargalo, a grande preocupação é exatamente as demandas, milhares de demandas que devem ser ajuizadas. Isso já foi objetos de reuniões, conforme foi lembrado aqui no Tribunal de Justiça através da Corregedoria, é uma preocupação minha, preocupação da Assembleia, do Executivo, do próprio Executivo, do Ministério Público e por sinal, também o Tribunal de Contas, todos nós estamos interessados nisso aí, o bolo, o bolo tem que crescer porque nós temos aí, falando em queda de arrecadação, uma série de problemas que nós deixamos de fazer, investimentos, etc., com problema de vez em quando em pagar a folha, o duodécimo que chega às vezes com deficiência e nós temos, quer dizer, o Presidente sempre lembra é um Estado rico, nós temos bilhões, são valores que devem chegar para o Estado que todos nós vamos usufruir disso aí no sentido social, de atender diversas demandas do Estado, atender políticas públicas, mas precisamos de numerários e precisa da Procuradoria, tem batido muito nisso aí, já tiveram diversas reuniões, precisamos ajuizar essas demandas, algumas já prescritas, entendeu, mas muitas outras aí para ser ajuizadas. Eu poderia lembrar como desembargador de Câmara Especial que lidava com essa matéria, muitas omissões, às vezes, desídia da Procuradoria, desculpa falar, mas é a verdade, é algo realmente que, algo real e muitas omissões dos procuradores, eu encaminhava cópia para o Governador e cópia ao Procurador do Estado para tomar alguma providência e aquilo que o Presidente arrolou aqui, que por sinal até são despachos meus, de a não admissão do recurso especial extraordinário por conta de que o Estado, eu vi os diversos casos aqui, por, ou seja, não foi admitido recurso especial e nem extraordinário porque não exauriu a instância ordinária, ou seja, comportava outros recursos no âmbito do Tribunal e não foi interposto recurso, por isso não foi admitido, enfim, quer dizer, realmente são críticas, mas críticas construtivas, é algo nós sabemos, nós temos as nossas deficiências, a Procuradoria até uns anos atrás tínhamos apenas 25 procuradores, hoje 54, quer dizer, eu reconheço, nós devemos reconhecer, é um número muito aquém das nossas necessidades. Então, daí a justificativa de algumas deficiências, mas nós precisamos está atentos as demandas do Estado, atender realmente os interesses do Estado. Mas, enfim, ficam essas observações e eu acho que realmente a grande nossa preocupação, inclusive por iniciativa do Tribunal de Justiça em reunir os procuradores e já passamos inclusive, já denunciando inclusive isso ao Ministério Público para tomar as providências, porque segundo eu tomei

conhecimento de forma oficiosa, a nossa Procuradora Geral andou tomando providências no sentido de denunciar, eu acho que até de apresentar aquele que realmente, é como no Tribunal de Justiça, nós não somos perfeitos não, lá não vamos passar a mão na cabeça de juiz, muitos juizes não veste mais a toga, foi para rua, responde processo, etc., ou seja, nós não podemos agir com, improbidade, com desídia, temos que realmente cada um cumprir o seu dever de casa. Então, se alguém como no caso nosso, os magistrados que não está nos trilhos, realmente não está cumprindo o seu dever de cada, realmente é desonesto, etc., vai responder processo, vai para rua. Se tem algum procurador realmente que não, não vestiu a camisa da Procuradoria ou realmente vai além daquilo que deve ser normal, sei lá, tem que tomar as providências, pelo que me consta a nossa Procuradora tem tomado essas providências e está aí o Ministério Público para agir. Essa história das demandas que devem ser ajuizadas, que são bilhões, o Ministério Público, segundo o Procurador Geral deve estar cobrando. Nós recentemente, o Tribunal de Justiça e de casos passados eu posso falar, recentemente o Tribunal de Justiça julgou uma demanda lá e que havia isenção de determinados valores altos das usinas, o Tribunal julgou no sentido favorável de que realmente isso não é admissível e está aí certamente a Procuradoria vai tomar providência no sentido de fazer a cobrança devida. Então, enfim, eu poderia tecer mais, tecer várias outras considerações, mas ficam essas observações como exortação, como algo muito importante e eu quero reiterar que nós devemos reconhecer como eu disse, eu compareço nessa Audiência Pública homenageando a nossa Assembleia Legislativa e também faço em homenagem a Procuradoria do Estado que tem esse papel muito importante, que quando a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça ou qualquer órgão público que precisa de defender os seus interesses, é a Procuradoria que nos socorre. Então, eu tenho a maior admiração, o maior respeito pela Procuradoria, eu sei com suas dificuldades cumprindo o seu papel, mas nós precisamos ainda estar mais atento ainda para determinadas prioridades, tem casos realmente que são prioritários, que a Procuradoria tem que atender. Mas, feitas essas observações, que é uma crítica construtiva, não destrutiva, eu quero mais uma vez reconhecer o papel relevante da Procuradoria do Estado na senda da justiça, realmente é um órgão muito importante e que merece os nossos elogios, mas essas observações feitas aqui realmente são importantes para a gente alertar e ver que algo realmente, algo mais deve ser feito. E nos mais, parabenizar a Assembleia e a Procuradoria do Estado. Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Presidente, nós é que agradecemos muito a presença do senhor aqui e do Dr. Afonso, da Dra. Érica, do Presidente Euler, vocês só enriquecem muito este momento. Presidente, nós aqui na Assembleia, por exemplo, nós temos o Procurador aqui da Casa, a Procuradoria da Casa aqui sempre foi meia discriminada, a gente assumiu aqui, nós colocamos os nossos procuradores para trabalhar, estão tocando muito bem a Assembleia. E aqui tem muitas coisas quando a gente vai fazer deputada Glaucione, que a gente tem um pouco de dúvida até

a própria Procuradoria, nós vamos lá no Ministério Público, vamos no Tribunal de Contas pegar orientação, porque a Procuradoria tem que existir é exatamente para desenrolar o trem e sempre com boa fé e visando o Estado. Se essa questão da licitação não estar correta, tem alguma falha, vocês, a Procuradoria é que tem que dar, procurar o caminho para nós ficarmos legal, para embasar ela na legalidade para poder proceder tudo bem. Aqui por exemplo, muitas coisas, até com relação a essa questão mesmo, não fui eu que fiz, mas não pagaram, o pagamento, além de ter um monte de, os procuradores terem feito o parecer, eu fui no Dr. Everton e fui no Ministério Público e eles falaram: não Hermínio, estar ok, pode fazer o pagamento. O pagamento está aí, parece que eles cobram 5% do valor que eles recuperam. Já pensou, isso aí é um contrato de risco, o Estado Presidente, não gasta, ele só vai dar, dependendo do que for acordado lá, 1%, ou 5% ou 2% eu não sei o que foi acordado, o Estado vai pagar Deputado Cláudio, aquela porcentagem do que eles recuperar, você ver, um contrato de risco, o Estado não tem a menor chance de perder nada, o Estado só ganha porque o Estado só paga um percentual do que ele, do que ele arrecada. Eu também, eu não conheço, eu não tenho relacionamento que nem conheço praticamente nenhum procurador, a nossa Procuradora Geral mesmo, eu a conheci semana passada lá na Procuradoria Geral. É isso, a gente não tem nada contra ninguém, inclusive a Assembleia lá em Ariquemes, tinha 16 Deputados lá e foi votado o Plano dos Trabalhadores da Procuradoria lá em Ariquemes e vocês precisavam de 16 votos e só tinha 16 Deputados lá e eu votei contra, porque eu não sou contra que um procurador ganhe vinte mil ou trinta mil. Mas eu não me conformo é um Estado que paga setecentos reais para um trabalhador que trabalha há 30 anos no Estado e eu voltei atrás, que o meu voto ia prejudicar vocês, e eu voltei, o Presidente na época era o Valter, me pediu e eu voltei atrás e votei a favor do Plano da Procuradoria, dos procuradores e estão aí, hoje são uns dos trabalhadores mais, que tem mais condição de trabalho, pelo menos de salário são os procuradores, eu acho que é o que menos pode reclamar de salário, é lógico que o salário da gente sempre, nunca, porque muitas vezes o salário nosso parece ser muito, de um Deputado e de um procurador ou dos juízes porque infelizmente o salário da maioria dos trabalhadores são miseráveis, mas o salário de vinte mil hoje para quem cumpre a obrigação em favor do Estado, cumpre a sua obrigação não é salário grande, não é um salário grande. Agora, vamos encaminhar Deputado Kaká, eu queria Procuradora, que a senhora dissesse aqui bem: oh, Hermínio nós vamos trabalhar, olhe Deputados, todos que estão aqui, nós vamos trabalhar para resolver rápido essa questão dos servidores, essa questão; porque parece só o que está resolvido aqui é a questão das emendas que para mim é o menos importante, a questão das emendas. A questão do dinheiro que tem que reaver, eu queria isso da Procuradoria, não, nós vamos sair daqui e já vamos correr atrás para resolver essa questão....

O SR. CLÁUDIO CARVALHO - Nós temos um encaminhamento Sr. Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sim Deputado Cláudio.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Uma proposta de encaminhamento, tem várias perguntas que foram feitas aqui, até por essa questão da Procuradora se valer da questão de não saber o quê que ia ser aqui, se tinha uma pauta e fugiu da pauta. O acho que o mais interessante é todas as perguntas que foram colocadas aqui, que ela não pode responder, ela marcar uma data para ela sentar com Assembleia e dizer, trazer a resposta a essas perguntas que a maioria delas ela não teve aqui nesse momento.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, mas tem uns que nós não queremos mais respostas não. A questão de recuperar esses créditos que é até maio o prazo, nós já queremos que ele recebe aqui já definido que é até maio, até maio, maio prescreve; a questão dos servidores não precisa mais de conversa não, nós queremos, que nós vamos entrar com ação contra o Estado, contra o Governador...

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Sr. Presidente, Questão de Ordem aqui para encaminhamento.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Kaká.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – O encaminhamento que eu sugiro aqui, é para que qualquer dúvidas se algum Deputado ou parlamentar queria ainda, a Procuradora tire essa dúvida. E o que não estar na pauta do requerimento que os Deputados que tiverem dúvidas, usando o nosso regimento faça um requerimento que ela tem um prazo regimental para cumprir e encaminhe para cá todas as informações que a Casa requerer na forma regimental. Eu acho que é mais, é o encaminhamento da melhor tranquilidade e na verdade é o que o Presidente falou, todas as informações que o Poder através de um requerimento, respeitando o regimento vai ter.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – E outra coisa que importa, que eu queria deixar claro aqui, essa questão dessa denúncia que o próprio governador que fez, que tem um esquema para saquear os cofres desse Estado envolvendo procuradores e auditores, nós vamos, se o governo não tomar nenhum tipo de providências, eu vou propor uma CPI, propor uma CPI aqui na Casa para levantar esse trem, se o governo não tomar nenhum tipo de medida nesse sentido, nós vamos abrir, saber porque que o Estado, porque que esses procuradores deixam, porque eu não acredito que é burrice do advogado fazer a defesa de forma errada ou perder prazo, eu não acredito nisso, uma vez na vida, uma vez em cem ou em mil tudo bem, agora, todas eu não acredito, isso aqui tem má fé nesse trem e se o governo não tomar a medida, nós vamos propor uma CPI aqui nesta Casa para chamar esses Procuradores aqui e dizer: por que foi que você fez esse negocio errado? Nem eu que não entendo nada de direito eu não faço um trem errado dessa forma, por que é que você que é Procurador do Estado faz? Pois não deputada.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Presidente eu gostaria de aproveitar aqui a oportunidade também Procuradora, eu tomei conhecimento até me surpreendi por que eu pensei que tivesse sendo pago, mas ali o Presidente do Sindicato da Educação tava lembrando ainda a pouco que a elevação de nível dos trabalhadores da educação, que foi aprovado em agosto do ano passado o plano de cargos e salários, até hoje não está sendo pago porque há uma divergência também na Procuradoria entre alguns Procuradores, e isso não vem sendo pago essa elevação de nível que já vários municípios já pagam, alguns Estados. Nós passamos mais de um ano, quase dois anos fazendo a discussão desse plano e tivemos a aprovação, infelizmente não está sendo pago. Então deputada Glaucione o depoimento aqui que foi colocado que várias coisas já foram concedidas e que o plano da educação é um exemplo disso, é um exemplo que foi aprovado, no entanto na prática alguns itens não estão sendo efetivados. Então gostaria de aproveitar a oportunidade que a senhora junto com os demais Procuradores pudessem verificar um pouco mais eu não digo nem de carinho, mas observando realmente um direito dos trabalhadores. Até porque houve um investimento do Estado para que eles tivessem a qualificação, tivessem a graduação para servir ao Estado que não tinha essa qualificação e hoje eles não teriam direito a esta elevação ainda mais aprovado em Lei algo que realmente nos deixa até constrangido por que foi algo que foi trabalhado durante muito tempo. Então eu gostaria que a senhora acrescentasse aí na pauta e pudesse também nos dá um retorno sobre essa situação. Obrigada.

O SR. HERMINIO COELHO (Presidente) – O que eu ia propor Maurão é o seguinte, a nossa Procuradora ela vai ficar, por exemplo, vamos dá aqui uns seis lá dez dias de prazo no máximo para que ela responda para a Assembleia que providência ela tomou ou está tomando em relação a tudo que foi discutido aqui.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – É só usar o regimento Presidente, levanta todas as duvidas que os deputados querem, coloca em sessão, por que é regimental ela vai ter o prazo regimental para passar todas informações de forma tranquila. Com relação a isso não precisa reunir mais não.

O SR. HERMINIO COELHO (Presidente) – Sim, nós vamos. Pois não, Maurão.

O SR. MAURÃO CARVALHO – Entrar com o requerimento solicitar aos Deputados eu encaminhasse o requerimento Presidente, qualquer um, os Deputados que já foram, os 20 vão registrar a sessão e depois entrar com esse requerimento pedindo, tirando toda essas dúvidas, que em 10 dias ela possa responder. Mas eu queria aqui só fazer uma ressalva Presidente, aqui nós estamos com o Chefe da Casa Civil Dr. Marcos e o Governador sempre que a gente falou, Presidente Roosevelt, ele teve essa preocupação. No início do ano nós tivemos uma audiência com o Governador, e Vossa Excelência cobrou do governador demonstrou essa preocupação da PGE, o Dr. Héverton que também está preocupado com a questão da PGE, na questão das perdas da receita, audiência até me surpreendeu no dia eu fui representar o Presidente, e justamente com os Secretários estava toda a equipe do governo justamente, a preocupação era de Vossa Excelência com a questão das perdas da receita e que o Estado estava sendo prejudicado. E o governador numa audiência que eu estive com ele, o Dr. Marcos estava presente, Dr. Benedito e ele pediu que tomasse

providência, ele determinou ao Dr. Marcos, Chefe da casa Civil, que realmente colocasse o processo para andar que era para resolver. E a PGE é para isso, eu vejo aqui Presidente a preocupação, a maioria dos deputados hoje que coloca emenda lá no DER, ela sai...

O SR. HERMINIO COELHO (Presidente) – Olha, Maurão, quem foi que determinou?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – O governador determinou para fazer, o Dr. Marcos estava junto ele falou: - eu quero que resolva, mas nada aconteceu. Ai eu vejo aqui a preocupação na questão quando, voltamos a falar nas emendas, quando nós colocamos a emenda lá no DER as emendas acontece, o processo anda e ela é liberada. Quando você coloca no DETRAN a mesma coisa, quando você coloca na Secretaria que tem a Procuradoria própria acontece. Agora doutor quando vai lá para a PGE aí o Deputado já perde a esperança porque a emenda pode não acontecer e é isso que tem acontecido. Processos que resolvia no passado com 48 horas, com 72 horas hoje, eu cheguei outro dia na PGE e procurei um dos Procuradores novos que estão aí, que a maioria nem conhecia a gente, um deles não me conheceu, eu perguntei de um dos processos nosso, d emenda, que já estava vencido o dia de fazer o convenio, ele falou: Não, Deputado, acabou de chegar agora. Tinha sessenta dias o processo e estavam uns trezentos na frente. Então essa é a nossa preocupação e isso tem dado certo nas outras nas outras Secretarias têm Procuradoria própria, estas têm dado certo. Então, senhor Presidente, eu quero só fazer essa ressalva, que o Governador determinou, através da Casa Civil, que esses processos sejam deliberados, chamou a PGE para que viesse acontecer e até agora, estou vendo o mês de maio chegando e nós perdendo, como já foi citado aí, tantos outros processos que são recursos que o Estado está perdendo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Agora, nós podíamos combinar aqui, porque se não resolver, nós não vamos mais chamar os Procuradores aqui não e nem Secretários, nós vamos chamar o Governador, convocar esse Governador e dizer: Governador como é que é o trem? V. Ex.^a manda ou não manda? Porque não dá mais para ficar chamando, se não mudar agora, Deputado Kaká, vai trazer o nosso Governador Confúcio Moura para nós darmos uma sabatinada.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Quero só, Presidente, agradecer eu acho que o encaminhamento mais correto é que o Deputada Epifânia encaminhou o que foi transcrito, se transforme em requerimento, que é regimental e a Procuradora vai ter o prazo regimental para dar todas as informações. Parabenizar...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Mas, Deputado Kaká, quero dizer aqui é o seguinte, eu estou pedindo para a nossa Procuradoria que tudo o que foi discutido aqui que eles já passem a trabalhar, passem a trabalhar para desenrolar.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Mas nada melhor do que usar o Regimento, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Para resolver.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Mas cumprindo o Regimento, dando as informações, está bom.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Mas dando as informações e não fazendo, para nós não adianta.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Isso é de forma oficial.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Presidente, Questão de Ordem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, são só os fatos concretos que foram levantados, o restante com certeza a Procuradoria vai levar em conta. Então os fatos concretos que foram citados aqui, se pudessem responder dentro do prazo regimental.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Isso. Que fique bem claro aqui, isso é importante e, às vezes, quando o Presidente menciona, líder do Governo, isso e aquilo ali; a nossa vontade é que aconteçam as coisas da melhor maneira possível. E a gente fica feliz, está aqui o Tribunal de Justiça, não é uma audiência pública, é uma convocação, mas é importante a presença Tribunal de Justiça. O pensamento que senhor passou, experiência do que acontece, porque nos somos Estado, é o que o senhor falou. Está aqui o Tribunal de Contas muito bem representado pelo Conselheiro Curi, a nossa Promotora do Tribunal de Contas, o Ministério Público aqui, é muito importante a participação de V. Ex.^{as} que têm conhecimento e têm também a função de ajudar a fiscalizar a tudo aquilo que foi indagado aqui e muitas coisas que não foram. Então isso não teve... Isso é muito importante, Procuradora, nada pessoal, como todos os Deputados deixaram claro aqui, mas o que a gente quer é uma satisfação, o que a gente quer é isso. E o Deputado Maurão foi muito feliz aqui, se chegar lá um convênio lá no DER ou do DEOSP de manhã, redondinho, como determina a lei, com dois dias está pronto para o Governador assinar. Eu acredito que os Procuradores lá têm o mesmo pensamento de fazer tudo dentro da legalidade, não diferente do DETRAN. E, às vezes, quando se discute aqui e eu vejo algumas pessoas falando com relação aos convênios de emendas parlamentares, se pegar os convênios da Deputada Glaucione, são trinta, quarenta, cinquenta convênios de quinze mil, de vinte mil, de trinta mil. Então não é nada mais do que a gente pensa ou almeja aqui. Não diferente do que os nossos servidores têm lá, que é de direito e às vezes travado, às vezes parado. Mas a senhora leve essa preocupação, a senhora, como Procuradora, a senhora está num campo minado, porque amigo é aquele que fala a verdade para você, é aquele que tem coragem de dizer o que sente e a senhora está num campo minado, a senhora está numa Casa com 54 Procuradores, a senhora tem que ver onde pisa, porque é unânime isso e em algumas Secretarias de alguns Secretários a rejeição com relação à PGE é unânime. E isso não, como eu estou falando, toda unanimidade é burra, mas dentro da Procuradoria que senhora hoje tem a honra de presidir, de ser a Procuradora Geral. Então, estou dizendo isso porque o verdadeiro amigo é aquele que tem coragem de falar a verdade olhando nos olhos. Então o que a gente quer, e eu como Deputado quero é que Deus possa abençoar a senhora para saber conduzir esse campo minado e não prejudicar o Estado de Rondônia. Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Kaká. Eu acho que era só. Inclusive nos estamos indo a Brasília, senhora Presidente, estamos indo a Brasília hoje à noite, vamos

ao DER e ao Banco Central vamos tentar fazer o papel do Estado, do Executivo. Inclusive o Dr. Everton está lá, parece que o Dr. Euler vai, está indo todo mundo, e isso os Poderes têm feito muito isso, essa ação mesmo. Nunca o Tribunal de Justiça de Rondônia, até que ele é ágil, mas ele nunca julgou tão rápido uma ação tão grande como essas das usinas e numa reunião que teve lá no Ministério Público, o Dr. Everton entrou com uma ação, o Ministério Público entrou com ação e o Tribunal de Justiça julgou rápido essa, revogando aquela lei da isenção das usinas de inconstitucionalidade, de vício de iniciativa, de um monte de coisa. E os Poderes muitas vezes não fazem nem o papel dele, Presidente, que nem o senhor falou, o papel da Justiça não é nem... Mas a gente tem procurado todos os Poderes, até o Ministério Público tem procurado fazer de forma para ajudar o Estado, para ajudar o Executivo, mas infelizmente é difícil você ajudar quem não quer ser ajudado, é muito difícil. Eu acho que era isso,

Vamos encerrar a Sessão, vai continuar depois a Sessão Ordinária normal para a gente discutir outros assuntos. Eu quero agradecer aqui com todo carinho, agradecer a presença do nosso Presidente do Tribunal de Justiça Dr. Roosevelt; Dr.^a Érica, é um prazer ter a senhora aqui mais uma vez; o Presidente Euler; o nosso Promotor Francisco Afonso. Agradecer a nossa Procuradora e pedir desculpa. Eu quero dizer que eu não tenho contra a senhora e não tenho nada contra nenhum Procurador, eu tenho contra a incompetência e a malandragem do próprio Executivo, porque tem um monte de coisa errada aí e é lógico que a desgraceira toda não adianta jogar nas costas da Procuradoria, não. Tem um monte de coisa errada, não só isso que está errado não. E o que eu quero é que mude, que a gente corrija, que nós não somos perfeitos, a gente tem que ir aprendendo e aprendendo em favor de fazer o bem neste Estado, fazer a nossa obrigação sempre a bem do Estado. Quero agradecer a todos meus companheiros Deputados, a imprensa, a nossa população, aos nossos professores, aos nossos trabalhadores da SEDAM, aos nossos trabalhadores do setor chacareiros, enfim, agradecer a todos.

Quero registrar a presença do nosso Chefe da Casa Civil Dr. Marco Antônio, eu já falei para Dr. Marco Antônio: - Eu não sei há quantos meses o senhor está na Casa Civil, mas eu acho que o senhor está demorando muito, porque é difícil uma pessoa decente ficar muito tempo nesse Governo, é difícil, mas o senhor está demorando muito e Deus lhe ajude. Porque o Governador Confúcio é uma pessoa boa, não estou dizendo que ele é bandido ou má pessoa não, para mim ele é uma pessoa que aparenta ser um homem muito bom, mas infelizmente o Governo dele, não sei quem manda, é ruim demais o Governo dele, isso não tem discussão. É muito parado. É aquilo que eu falo, Deputado Lebrão, Presidente, o Governo dele não garra, quando a gente não tem nem vontade para lutar, para brigar e mudar as coisas, está ruim, é muito frio, Promotor, o governo é frio, gelado que é difícil, mas para fazer a bandalheira em alguns casos é quente demais, até demais da conta.

Registrar o nosso Prefeito Jurandir Vieira de Santa Luzia, obrigado Jurandir; da Dr.^a Cássia, Procuradora autarquia/JUCER; senhor Valdir Lima Silva, Presidente da Associação dos Hortifrutigranjeiros da Estrada dos Periquitos – ASPHP; agradecer a todos nossos companheiros; Jorge que está sempre presente na nossa Sessão, Manoelzinho; agradecer a todos, o Toninho de Extrema que estava há pouco tempo aqui. Obrigado a todos.

Está encerrada esta Comissão Geral. Obrigado a todos, que Deus proteja nós todos.

(Encerra-se a Comissão Geral às 19 horas e 24 minutos e reabre-se a Sessão Ordinária às 19 horas e 35 minutos)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Passamos às Breves Comunicações. Não há oradores inscritos. Encerrada as Breves Comunicações, passamos ao Grande Expediente. Não há oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente, passemos às Comunicações de Liderança. Não há oradores inscritos. Encerrada as Comunicações de Liderança, passamos à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

O SR. LEBRÃO(1º Secretário) – PROJETO DE LEI DA DEPUTADA ANA DA OITO. Objetiva garantir às gestantes de alto risco internamento em hospitais da rede privada, com custeio pelo Estado, para o caso de constatada falta de leitos em hospitais da rede pública, e se tratar de deslocamentos iguais ou superiores a 200 quilômetros.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA ANA DA OITO. Cria o Programa 'Auxílio Paraesporte' no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA ANA DA OITO. Concede isenção do pagamento de taxas estaduais relativas à primeira emissão e à renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), às pessoas com deficiência e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA GLAUCIONE. Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais Novo Horizonte – APRUNH, com sede no município de Cacoal.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA. Requer à Mesa, na forma regimental, Voto de Louvor à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Rondônia – FECOMÉRCIO/RO, pelo transcurso dos seus 30 anos de atividades no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CLÁUDIO CARVALHO. Requer à Mesa Diretora, na forma regimental necessária, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Juiz de Direito da 3ª Vara Cível desta comarca de Porto Velho/RO, com cópia para o Exm.º Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e ao Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em caráter de urgência, informações acerca da área ocupada por posseiros conhecida como Fazenda São Francisco ou Gleba Militão, localizada no km 6 do Ramal dos Periquitos, limitante com a zona urbana do município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO. Indica ao Governo do Estado, através da SESDEC, a entrega de mobílias a Polícia Militar e Polícia Civil do município de Alta Floresta D'Oeste, no Estado de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO. Indica ao Governo do Estado, através da SESDEC, a entrega de Mobiliários a Polícia Militar e Polícia Civil do município de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO. Indica ao Governo do Estado, através da SESDEC, a entrega de mobílias a Polícia Militar e Polícia Civil do município de Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO. Indica ao Governo do Estado, através da SESDEC, a entrega de mobílias a Polícia Militar e Polícia Civil do município de Costa Marques, no Estado de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO. Indica ao Governo do Estado, através da SESDEC, a entrega de mobílias a Polícia Militar e Polícia Civil do município de São Francisco do Guaporé, no Estado de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO. Indica ao Governo do Estado, através da SESDEC, a entrega de mobílias a Polícia Militar e a Polícia Civil do município de Alto Alegre dos Parecis, no Estado de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO. Indica ao Governo do Estado, através da SESDEC, a entrega de mobílias a Polícia Militar e Polícia Civil do município de Pimenteiras, no Estado de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS. Indica ao Exm.º Sr. Governador do Estado Confúcio Moura, com cópia à Diretora Presidente da CAERD, Sra. Márcia Cristina Luna, a necessidade urgente da recuperação da malha asfáltica das ruas de Porto Velho que foram danificadas para a implantação da rede de distribuição de água tratada e esgoto.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS. Indica ao Poder Executivo Estadual, com cópia à Secretaria Estadual de Saúde – SESAU a necessidade de se realizar campanhas de acolhimento e orientação quanto ao agendamento de consultas, procedimentos cirúrgicos e exames de alta complexidade nas unidades de saúde estadual.

– INDICAÇÃO DO DEPUTADO EDSON MARTINS – Indica ao Governador do Estado Confúcio Moura a estadualização e encascalhamento da Linha 12, que liga o município de Seringueiras ao distrito Bom Sucesso, em uma extensão de 22 km, e a Linha 14, que liga o município citado ao distrito Planalto, numa extensão de 24 km.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO EDSON MARTINS. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia a elaboração de projetos de leis que "Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar e firmar convênios de veiculação de publicidade com as Associações e Fundações mantenedora de Radiodifusão Comunitária do Estado de Rondônia e institui a Política Estadual de Incentivo às Mídias Locais e Regionais no Estado de Rondônia e dá outras providências".

– INDICAÇÃO DO DEPUTADO EDSON MARTINS – Indica ao Excelentíssimo senhor Governador do Estado Confúcio Moura a construção de ponte em concreto sobre o rio Massangana, na Linha Vicinal C-85 – B30, do município de Alto Paraíso.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO EUCLIDES MACIEL. Indica ao senhor Governador do Estado a necessidade de criar o Bolsa Atleta, com fundamento na nova redação do Art. 210, Inciso I da Constituição Estadual.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO – Indica ao Poder Executivo, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, a necessidade de viabilizar 20 km de asfalto para área urbana do município de Rolim de Moura.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO – Indica ao Poder Executivo, com cópia para a SEDUC – Secretaria de Educação, a necessidade de CONSTRUÇÃO de uma escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio no Bairro Cidade Alta, município de Rolim de Moura.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO – Indica ao Poder Executivo, com cópia para a SEDUC – Secretaria de Educação, a necessidade de REFORMA na EEEFM Priscila Rodrigues Chagas, município de Rolim de Moura, visando atender ao corpo discente da referida escola.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JEAN DE OLIVEIRA. “Requer à Mesa, na forma regimental, Voto de Louvor à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Rondônia FECOMÉRCIO/RO, pelo transcurso de seus 30 anos de atividades no Estado de Rondônia.”

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o requerimento do Deputado Jean de Oliveira. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Antes de encerrar a presente Sessão, eu quero solicitar da Casa que seja incluído no Requerimento para a Procuradoria Geral as perguntas que já estão na ata, senhor Secretário, que já foi cobrado que não tiveram respostas, e aí que sejam captadas estas perguntas e feito o Requerimento à Procuradoria Geral, para que seja respondido no prazo de dez dias. Tem o Requerimento da Deputada Ana da 8, solicito ao senhor Secretário que leia.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE RESOLUÇÃO DA DEPUTADA ANA DA 8. Convoca Sessão Itinerante Extraordinária e transfere a sede do Poder Legislativo para o município de Buritit.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passamos às Comunicações Parlamentares. Com a palavra, pelo prazo de cinco minutos, sem apartes, o ilustre Deputado Cláudio Carvalho.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Senhor Presidente em exercício, nosso Vice-Presidente Maurão de Carvalho, os Deputados ainda presentes, a imprensa, nossos chacareiros que aqui estão até a esta hora. Nós protocolamos o nosso Requerimento, senhor Jorge, e vai ser encaminhado para os órgãos que nós combinamos, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Governador do Estado, Confúcio Moura, e também ao INCRA, ao Presidente do INCRA. Além disso, eu estou viajando e a maioria dos Deputados está viajando para Brasília hoje à noite e retornamos na quinta à noite. Voltando, eu já tenho contato de alguns de vocês, a gente vai sentar com um grupo que está

à frente dessa situação, principalmente seu Jorge que está acompanhando, para a gente traçar algumas estratégias de encaminhamentos para que a gente possa resolver aí nossos problemas, portanto, o ônibus para pegar vocês, falaram que já está chegando. A gente agradece o apoio de todos os Deputados hoje aqui, e nos próximos passos que deveremos dar para tentar resolver esse impasse. O Presidente da Assembleia conversou agora há pouco com o Presidente do Tribunal de Justiça, nós estamos conversando, acredito que vamos localizar onde estão esses processos e se estiver no Tribunal de Justiça, a gente vai solicitar uma audiência com o Presidente do Tribunal para tentar sensibilizar aquele órgão e principalmente o Presidente, para evitar que saia uma ordem de despejo contra vocês que há tanto tempo já trabalham naquele local.

Portanto, fiquem atentos, que voltando de viagem, essa Casa vai convidar vocês a participar de uma reunião com os Deputados, para dar encaminhamentos aí aos próximos passos. Portanto, obrigado, senhor Presidente, e que Deus abençoe a cada um de vocês.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Cláudio Carvalho, só para complementar as palavras do Deputado Cláudio Carvalho. O Presidente, neste momento, está conversando com Presidente do Tribunal de Justiça justamente, Deputado Cláudio, que possa encaminhar judicialmente uma mediação nessa negociação, desses dez dias que vocês têm. E aqui eu vejo o empenho desta Casa, tanto por parte do Presidente Hermínio Coelho, como o Deputado Cláudio Carvalho, Deputado Zequinha Araújo, que também já manifestou seu interesse, Deputado Maurão, Deputado Marcos Antônio, Deputada Epifânia, todos os Deputados, Deputado Lebrão, estamos todos aqui empenhados em ajudar. Sabemos da preocupação de cada um de vocês e a manifestação de vocês aqui, com certeza, hoje, deu resultado. Estava aqui presente o Ministério Público, Tribunal de Justiça, portanto, com certeza, não só vocês, mas todos nós estamos preocupados com cada situação de vocês.

Passo a palavra ao Deputado Edson Martins.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, Deputado Maurão, senhores Deputados, eu gostaria de cumprimentar nossos trabalhadores ali da Zona Leste, do Setor Chacareiro, e dizer que o Deputado Edson Martins, acho que todos os Parlamentares desta Casa, vocês podem com certeza contar com o nosso apoio. Eu conheço ali aquela região, já estive várias vezes na Associação do Vale do Sol, Sr. Luiz, ali também na Associação Boa Safra, cumprimentar o senhor Luiz, Presidente da Vale do Sol; o Silvio, Presidente da Associação Boa Safra, todos os produtores e chacareiros daquela região, uma região totalmente ocupada por pessoas trabalhadoras, que estão ali trabalhando, produzindo o alimento para colocar na mesa das pessoas. Eu acho de grande importância esse Requerimento que o Deputado Cláudio Carvalho apresentou aqui. Ontem nós assinamos juntos, todos os Deputados eu tenho certeza que estão de mãos dadas por esta causa, que é uma causa nobre, que é a causa realmente que dá direito a esses trabalhadores que estão ali de realmente se efetivarem na sua propriedade, na sua chácara e ali trabalhar e tirar o sustento da sua família.

Então, podem contar com o Deputado Edson Martins. Deputado Maurão, ali naquela Associação Boa Safra, inclusive, nós já colocamos, já recebeu dinheiro público, já colocamos lá um equipamento, um equipamento que nós colocamos lá para que eles pudessem trabalhar, que é um tratorzinho pequeno e

também um viveiro de mudas. Eu acho que precisa realmente ter uma solução, resolver essa questão desse conflito e que possam esses produtores efetivar suas posses, recebendo o documento e recebendo recurso para investir, para fazer investimento para melhorar, para fazer daquelas chácaras ali um setor rentável, uma propriedade que gere renda para vocês para que possam melhorar a renda familiar.

Então, muito obrigado e Deus que os abençoe. Podem contar com o nosso apoio para que a gente possa realmente trabalhar e ajudar vocês a liberar e receber o documento daquela propriedade que é de vocês, eu tenho certeza.

Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Concedido, Deputado.

O SR. LEBRÃO – Eu estava aqui lendo uma carta que foi escrita pelos moradores do Setor Chacareiro, e eu vi aqui uma proposta que eles fizeram da compra deste terreno aqui. Eu quero dizer para vocês que eu sou determinantemente contra a compra desse terreno através de vocês. Essa propriedade já é de vocês. Essa propriedade é das pessoas que ocupam esse espaço há vários anos ali e que hoje os especuladores querem tomar proveito e desapropriar vocês. Aliás, eu queria deixar registrado aqui, senhor Presidente, e pedir para que a Polícia Federal fizesse uma investigação minuciosa em cima desses latifundiários, como esse Moacir Crocetta, que é um ricoço do município de Vilhena, saber de onde vem a origem, de factoring, de recolhimento de dinheiro indevido. Eu quero parabenizar o Deputado Cláudio Carvalho, que assumiu essa bandeira, Deputado, e conte com a gente, nós estamos aqui para somar junto a vocês e não vamos deixar a peteca cair, não. Eu acho que as autoridades já se esqueceram do massacre de Corumbiara, já se esqueceram do massacre de Eldorado de Carajás e estão querendo criar mais um conflito desses no município de Porto Velho e nós aqui do Parlamento não vamos deixar que isso aconteça de maneira nenhuma. Fazer justiça a quem faz justiça para com o povo do Estado de Rondônia, que são vocês, que são o povo, são os trabalhadores.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Lebrão, pelas suas palavras de apoio. E com certeza vosso pedido vai ser encaminhado a esta Casa para que seja tomada a providência.

Ainda com a palavra o Deputado Marcos Donadon.

O SR. MARCOS DONADON – Senhor Presidente, também quero manifestar todo o apoio às pessoas aqui presentes, aos moradores, às famílias que vivem nesse lugar, pela batalha, pela persistência, e vocês podem ter certeza que da minha parte estou do lado de vocês para lutar e defender, sobretudo, os interesses de vocês lá.

Quero cumprimentar o Luiz Dionísio que está ali, tive também a oportunidade de colocar, quando ele era presidente, não sei se ele é presidente ainda da Associação, é o presidente da Associação, coloquei uma caminhonete que está servindo lá, através da minha emenda, que nós colocamos no Estado, Deputado Cláudio, que está neste momento defendendo vocês. Gostaria de parabenizar o trabalho do Deputado Cláudio, que é um Deputado brilhante, atuante e eu tive a oportunidade também de ajudar, estar próximo dessa Associação de homens trabalhadores, e mulheres que estão ali defendendo as suas

causas e defendendo as suas famílias. Parabéns a cada um de vocês. Cumprimentar aqui o Deputado Maurão, Deputado Lebrão, que está presidindo esta Sessão, e quero pedir licença aos demais Deputados para fazer um elogio ao nosso Deputado Maurão. Deputado Maurão, com esse jeito de companheiro, sempre muito prestativo e muito atencioso quando a gente fala com ele. E quero dizer, Deputado Maurão, que esta Audiência Pública foi muito importante, a presença da Procuradora, ela vir aqui, ouvir, debater esses assuntos, a maneira contundente que V. Ex.^a debateu esse assunto. Eu quero parabenizar a sua ação brilhante em um ponto fundamental que é a agilidade no andamento dos processos do Estado de Rondônia.

Eu vejo que o Governo Confúcio também viu com bons olhos, porque está ajudando o Governo Confúcio, ajudando toda a ação do Governo, e V. Ex.^a realmente é uma pessoa amiga, companheira. Eu quero fazer essa homenagem a V. Ex.^a, que é um grande parceiro, que sempre foi muito atento ao que a gente fala. Então, que parabenizar V. Ex.^a, o Governador Confúcio que é um Governador simples, humilde e que tem feito um bom trabalho.

Na minha visão, Deputado Lebrão, Deputado que tem feito muito pelo social do Estado, eu não me lembro de nenhum Governo que teve um programa tão arrojado no Estado de habitação. Eu não lembro. Se teve, eu estou aqui há vinte anos e nunca vi um programa tão arrojado de habitação no Estado como está neste Governo Confúcio. Na área da saúde, lá o Hospital de Cacoal fazia cento e vinte cirurgias por mês, hoje, Deputado Lebrão, já está fazendo quatrocentas cirurgias. Olha a evolução que tivemos! Não podemos negar isso. Reduziu a vinda de pessoas lá do interior para a capital, sofrendo nas ambulâncias. Continua ainda, porque a saúde é uma situação difícil no país inteiro, mas podemos dizer que já melhorou. Já melhorou em vista do que era antes. Então, quero aqui, Deputado Maurão, dizer que essa ação foi muito importante, também na questão das estradas, o maior programa de asfaltamento em Rondônia, o maior programa de asfalto de um Governo em toda história está sendo exercido agora pelo Governador Confúcio. Duas, três usinas de CBUQ que foram adquiridas pelo Estado. É asfalto bom, o Deputado Lebrão conhece asfalto, já tem experiência na área, sabe do que estou falando. Asfalto de qualidade, não são essas casquinhas de ovo que eram feitas no passado. Então quero aqui parabenizar vossa ação e dizer que o Governo está satisfeito pela maneira contundente que V. Ex.^a atuou hoje aqui, brilhante o seu papel de agilizar, ajudar o Governo. Essa é a nossa função mesmo, de ver, porque o Governo é muito grande, Rondônia é um Estado muito grande, o Governo não tem condições de estar em todo lugar. Por isso a presença da Assembleia Legislativa para atuar, cobrar dos demais Secretários, dos demais servidores do Estado de Rondônia. Parabéns a Vossa Excelência.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Marcos Donadon, pelas suas palavras. Eu quero aqui exaltar as suas palavras na questão do DER, que vem fazendo um grande trabalho, que realmente o Governo tem feito uma revolução nas estradas, tem melhorado bastante. Nós sabemos que estamos num momento de bastante chuva, Deputado Adelino, mas o DER tem se destacado com um grande trabalho. Se V. Ex.^a olhar a Saúde, que vinha pelejando, com a vinda agora do Pimentel nós já estamos vendo uma diferença grande, um cara trabalhador, preparado e que realmente está fazendo essa diferença na Saúde, que tanto nós queríamos e que tanto o povo esperava em Rondônia, era a melhoria na Saúde. E a

SEDAM hoje, nós vemos que ela vem fazendo um bom trabalho, que os processos, a deliberação dos manejos, de toda a sua ação de regularização está andando. Eu ainda não consegui ver tudo isso na Educação. O Deputado Marcos Donadon está satisfeito, eu vou ter que andar mais um pouco para eu ver esse desenvolvimento maior na Secretaria de Educação, mas está indo aí. Está indo mais ou menos. Eu acho que nós precisamos é ter a preocupação de ter pessoas mais polidas, mais políticas nos seus cargos na questão de gestor nos cargos que exercem, hoje o Secretário, que é um cargo político e que precisa atender o povo bem, que precisa atender como o Secretário Pimentel atende, que mexe com gente, como o Lúcio atende, que trabalha com gente, como a Nanci, tanto o Rui como outro Secretário que vem fazendo um trabalho e que sabe trabalhar com gente. Mas a Secretária de Educação, eu, infelizmente, as poucas audiências que tive com ela, não posso falar da mesma forma que vem acontecendo com os outros Secretários. Eu ainda tenho que ver isso na Educação, até agora eu não consegui ver. Deputado Marcos Donadon, obrigado pelas suas palavras. Eu acho que a Sessão, hoje, foi de grande importância, Deputado Lebrão, porque nós estamos aqui preocupados com a receita que está indo embora, de quem paga, de quem tem dinheiro. Tinha uma pergunta ali para ser feita, dos cem maiores empresários que devem para o Estado e acabaram esquecendo-se de perguntar e que está deixando de pagar e que no Estado, hoje, está faltando dinheiro para os fornecedores, está faltando dinheiro para a Saúde, está faltando dinheiro para o Estado, portanto nós acabamos deixando de perguntar, mas eu acho que foi muito válida a Sessão, foi brilhante a atuação de cada Deputado na preocupação de tirar, eliminar as perdas de receita que o Estado de Rondônia vem tendo e que vem tendo todos os dias, que é vergonhosa.

A SRA. ANA DA OITO – Presidente, Questão de Ordem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com a palavra a Deputada Ana.

A SRA. ANA DA OITO – Quero agradecer, Deputado, que na Sessão, anteriormente, eu havia aqui defendido a BR-425, a BR-421, e eu fiquei muito feliz quando foi uma equipe pedir para o Secretário Lúcio para fazer um paliativo ali na BR- 421, o antigo Projeto Sidnei Girão, e graças a Deus quero parabenizar o Secretário Lúcio pela dedicação e carinho que ele tem com os Deputados, recebe e atende prontamente os pedidos dos Deputados. Fomos atendidos, as máquinas já estão se direcionando ali para a Eletrônica sentido Jacinópolis, onde precisamos da recuperação daquela estrada lá. E a recuperação da BR-421, graças a Deus, já estão fazendo um paliativo ali em Nova Mamoré, o Secretário Lúcio tem sido bem eficaz nesse sentido. Quanto à Secretária de Educação, a semana passada eu estive lá na Secretaria e fui lá para ser parceira da Secretária, Deputado Maurão, e dizer que as minhas emendas de bancada eu estou alocando para a construção de novas escolas ali no município de Nova Mamoré e fui atendida pelo Secretário-Adjunto e fiquei muito sentida quando a Secretária entrou na sala, o Deputado Lebrão estava lá nesse dia, e sequer perguntou da Deputada se estava precisando de algo, o que tinha para levar em prol da comunidade da minha região, fez de conta que eu nem estava lá. Eu sou uma pessoa humilde, não levo em conta essas coisas, mas eu acho que deveria colocar

pessoas ali que também sejam políticas, que entendam da parte técnica, Deputado Cláudio Carvalho, e da parte também política. Então, quero agradecer ao Secretário Lúcio pelo papel bem desempenhado que ele faz junto ao DER.

(Às 20 horas e 04 minutos o senhor Maurão de Carvalho passa a presidência ao senhor Edson Martins)

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Deputada Ana, eu lhe dei a Questão de Ordem, mas quero aqui pedir desculpas ao nosso líder Adelino Follador, mas já pedi ao Presidente que conceda a sua palavra.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu quero cumprimentar os Deputados e o pessoal aqui presente, Deputado Cláudio, eu gostaria de me colocar à disposição, Jorge Elage, aí um grande companheiro nosso, fundador lá de Ariquemes, que veio para Porto Velho, hoje mora aqui e sempre tem trazido problemas de vocês e eu tenho sempre me colocado à disposição, estou à disposição de vocês.

Eu acho importante essa audiência no Tribunal de Justiça para que a gente consiga discutir, ver como é que está o processo, e eu quero me colocar à disposição de vocês naquilo que estiver ao nosso alcance, porque nós que conhecemos o que é a agricultura, porque o meu pai criou nove filhos em dez alqueires de terra lá no Rio Grande do Sul, eu vim para Rondônia porque lá não teve espaço para a gente ficar lá, então eu conheço o que é a realidade. E vocês hoje, com treze anos lá dentro, com certeza vocês têm todo direito daquela terra, senão a Justiça poderia ter tirado naquela época, antes de investir, antes de vocês ficarem treze anos naquela propriedade e agora dizer que não têm direito. Com certeza a questão social tem que ser vista e contem comigo. Um abraço a todos, porque nós ainda temos que ir para Brasília hoje. É pena que vocês vieram no dia um pouco impróprio, porque tinha essa outra Sessão organizada, quero pedir desculpas para vocês, porque nós já tínhamos planejado, não é, Deputado Cláudio, essa Sessão e pelo Regimento nós tínhamos que interromper, mas eu acho que foi importante a visita de vocês aqui, sensibilizou todos os Deputados aqui presentes, inclusive o pessoal do Governo que estava aqui, eu acho que foi muito importante, inclusive o Tribunal de Justiça que estava aqui, o Tribunal de Contas, todas as autoridades aqui com certeza ficaram sensibilizadas com o assunto de vocês. Um abraço e obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Encerradas as Comunicações Parlamentares.
Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura do Ato.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – “ATO Nº. 003/2013-P/ALE. Substitui Membros nas Comissões Permanentes que menciona. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, no uso de suas atribuições regimentais, em especial a alínea “a” do inciso III do artigo 14 do Regimento Interno, e considerando a renúncia do Deputado Lorival Amorim, face à sua posse no cargo de

Prefeito do município de Ariquemes, e considerando a renúncia do Deputado Kaká Mendonça da presidência e titularidade da Comissão de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, resolve:

Artigo 1º. Nomear o Deputado Adriano Boiadeiro - PRP, como membro titular nas seguintes Comissões Permanentes: Comissão de Agropecuária e Política Rural; Comissão de Transportes e Obras Públicas; Comissão de Segurança Pública e Comissão de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia; e como suplente nas seguintes Comissões Permanentes: Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social e Comissão de Fiscalização e Controle.

Artigo 2º. Nomear o Deputado Kaká Mendonça - PTB, como suplente da Comissão de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia.

Artigo 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 1º de março de 2013.

Gabinete da Presidência, 05 de março de 2013.
Deputado Hermínio Coelho."

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, comunico Sessão Solene, de autoria do senhor Deputado Zequinha Araújo, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, no dia 06 de março, às 9:00 horas, e convoco Sessão Ordinária para o dia 06 de março, no horário regimental, ou seja, às 15:00 horas.
Está encerrada esta sessão.

(Encerra-se esta sessão às 20 horas e 06 minutos).

SEC. DE PLAN. E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

PORTARIA Nº 005 SPMG-ALE/2013

Porto Velho, 19 de março de 2013.

Ajusta o Quadro de Detalhamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

O Secretário de Planejamento e Modernização da Gestão da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 001/2013-MD/ALE e conforme autorização contida no § 1º, do Artigo 8º, da Lei nº 2691, de 28 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Promover Ajuste necessário ao Quadro de Detalhamento da Despesa, para atender as necessidades, conforme abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE NEGATIVO				
	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA			
01.001.01.122.2013.1052	MODERNIZAR A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	3.3.90.30	100	50.000,00
01.001.01.122.2013.1052	MODERNIZAR A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	3.3.90.33	100	20.000,00
	TOTAL			70.000,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE POSITIVO				
	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA			
01.001.01.122.2013.1052	MODERNIZAR A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	3.3.90.39	100	70.000,00
	TOTAL			70.000,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luciano dos Santos Guimarães
Secretário de Planejamento e Modernização da Gestão